

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA
GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

ABEL PERINAZZO CASSOL

**AS INSTITUIÇÕES TÁCITAS E FORMAIS E AS NOVAS FORMAS
DE INTERAÇÃO SOCIAL NO MEIO RURAL**

PORTO ALEGRE, DEZEMBRO DE 2010

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA
GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

**AS INSTITUIÇÕES TÁCITAS E FORMAIS E AS NOVAS FORMAS
DE INTERAÇÃO SOCIAL NO MEIO RURAL**

Monografia apresentada como requisito parcial
para obtenção do título de Bacharel em
Ciências Sociais

Orientador: Profº Dr. Sergio Schneider

PORTO ALEGRE, DEZEMBRO DE 2010

BANCA EXAMINADORA

Dra. SÔNIA MARIA KARAM GUIMARÃES

Dr. FERNANDO COUTINHO COTANDA

Orientador

Dr. SERGIO SCHNEIDER

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, gostaria de agradecer as duas pessoas que tornaram possível a superação de mais esta etapa. Meus pais, seu Helio e dona Inácia, por tudo que me ensinaram ao longo da vida, transmitindo-me valores como o respeito e a solidariedade. Foi com o suor deles que tive todas as condições para estudar. Muito obrigado.

Também gostaria de agradecer minha irmã Rafaela, que apesar de neste momento estar longe, tive o prazer de conviver durante tantos anos como uma grande amiga e companheira. Ao meu irmão Tiago, por sempre manter aceso em mim o espírito libertário de que este pode (e será) um mundo mais justo.

Aos agricultores familiares do município de Três de Maio, que me acolheram em suas casas, muitas vezes interrompendo seu trabalho, de forma respeitosa e solidária, compartilhando comigo suas experiências e conhecimentos.

À COTRIMAIO, por permitir a realização deste trabalho e pela ajuda dada nas visitas às famílias e comunidades.

Aos amigos que fiz durante todo este período na graduação, com os quais tive o prazer de conviver, sempre aprendendo e trocando conhecimentos.

Ao meu orientador, professor Sergio Schneider, pela amizade e confiança depositada no meu trabalho. Por compartilhar comigo seu conhecimento e sempre me instigar a olhar as coisas através das “lentes” sociológicas.

Ao CNPq pelo auxílio em forma de bolsa de iniciação científica durante dois anos.

Também agradeço aos companheiros do Grupo de Estudos e Pesquisas Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural (GEPAD/CNPq) pelos debates e trocas de conhecimentos que muito contribuíram para a concretização deste trabalho. Nomeadamente, gostaria de agradecer a futura doutora Carolina Braz de Castilho e Silva por ter compartilhado comigo seu conhecimento e me ensinado a “domar” os dados estatísticos.

Finalmente, quero agradecer e dedicar este trabalho para uma pessoa muito especial. A ti, Lidiane, pela amizade, carinho e amor compartilhados durante todos estes anos.

*“Aprieto firme mi mano
y hundo el arado en la tierra
hace años que llevo en ella
¿cómo no estar agotado?”*

*Vuelan mariposas, cantan grillos,
la piel se me pone negra
y el sol brilla, brilla, brilla.
El sudor me hace surcos,
yo hago surcos a la tierra
sin parar.*

*Afirmo bien la esperanza
cuando pienso en la otra estrella;
nunca es tarde me dice ella
la paloma volará.*

*Vuelan mariposas, cantan grillos,
la piel se me pone negra
y el sol brilla, brilla, brilla.
y en la tarde cuando vuelvo
en el cielo apareciendo
una estrella.*

*Nunca es tarde, me dice ella,
la paloma volará, volará, volará,
como el yugo de apretado
tengo el puño esperanzado
porque todo cambiará...”*

(Canção de Victor Jara – El Arado)

RESUMO

Este trabalho de conclusão de curso analisa as transformações ocorridas nas formas de sociabilidade no interior da agricultura familiar. Argumenta-se que as alterações nas formas de produção e na base técnica da agricultura, pelo processo de modernização, alteraram de forma significativa os valores e crenças socialmente relevantes nos quais os agricultores assentavam-se. Estas alterações decorrem da mercantilização da vida social e econômica dos agricultores, transformando as relações de reciprocidade e interconhecimento típicas do modo de vida colonial, em favor da racionalidade e do individualismo. Através de estudo de caso com os agricultores associados à Cooperativa Agropecuária Alto-Uruguai Ltda (COTRIMAIO), localizados no município de Três de Maio, região Noroeste do Rio Grande do Sul, procura-se demonstrar até que ponto estas *instituições tácitas* ainda se mantêm. Assim, apesar desta “nova atmosfera” introduzida por tais processos, demonstra-se neste trabalho que as relações tácitas permanecem atuando num contexto mercantilizado, exemplificado pela cooperativa em estudo, e que são utilizadas pelos agricultores como formas de autonomia e resistência frente estes processos hegemônicos, principalmente nas suas relações de trabalho, onde as trocas de serviços entre vizinhos ainda ocorrem.

Palavras-chave: agricultura familiar, sociabilidade, instituições.

ABSTRACT

This conclusion of course work examines the changes occurring in the forms of sociability within the family farm. It is argued that changes in forms of production and technical base of agriculture, about by the modernization process, significantly changed the values and beliefs are socially relevant in which farmers themselves were based. These changes result from the commodification of social and economic life of farmers, transforming the relations of reciprocity and the typical of the colonial livelihood in favor of rationality and individualism. Through case study of farmers associated with the Agricultural Cooperative Alto-Uruguai Ltda (COTRIMAIO) located in the town of Três de Maio, northwest of Rio Grande do Sul, seeks to demonstrate to what extent these institutions are still unwritten. Thus, despite this "new atmosphere" introduced by such processes, it is demonstrated in this study implied that relations remain working in a commodified context, exemplified by the cooperative study, and are used by farmers as a form of autonomy and resistance against these hegemonic processes mainly in their working relationships, where the exchange of services between neighbors still occur.

Keywords: family farming, sociability, institutions

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Modelo de análise do Problema Social	55
Figura 2. As formas de sociabilidade e o “princípio camponês”	72
Figura 3. Princípios ordenadores da sociabilidade local.....	73

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Níveis de confiança institucional na agricultura familiar do Rio Grande do Sul (%).....	17
Tabela 2. Evolução do pessoal ocupado na atividade agrícola, por relação de gênero, Três de Maio, 1995/2006.....	59
Tabela 3. Estrutura fundiária dos associados da COTRIMAIO em todos os municípios que atua 2008/2010.....	61
Tabela 4. Relações de sociabilidade entre os agricultores da COTRIMAIO e seus vizinhos(%).....	74
Tabela 5. Escolaridade dos agricultores da COTRIMAIO (%).....	77
Tabela 6. Renda total mensal das famílias dos agricultores da COTRIMAIO (%).....	78
Tabela 7. Valor da renda bruta do último ano agrícola, dentre os agricultores da COTRIMAIO (%).....	78
Tabela 8. Participação da soja na renda dos agricultores da COTRIMAIO (%).....	79
Tabela 9. Graus de confiança institucional e credibilidade dos agricultores da COTRIMAIO (%).....	80
Tabela 10. Participação dos agricultores nas atividades oferecidas pela COTRIMAIO (%).....	80
Tabela 11. Destino da produção dos agricultores da COTRIMAIO (%).....	81
Tabela 12. Principais motivos, dentre os agricultores da COTRIMAIO, em entregar sua produção para outras empresas/agropecuárias (%).....	82

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Evolução da População, por situação de domicílio, Três de Maio, 1970/2006.....	57
Gráfico 2. Evolução da Estrutura Fundiária, Três de Maio (%), 1995/2006.....	58
Gráfico 3. Estrutura do Valor Adicionado Bruto (VAB), por setor de atividade (%), Três de Maio, 2007.....	59

SUMÁRIO

Apresentação.....	13
Introdução.....	15
CAPÍTULO 1:	
AS INSTITUIÇÕES E A MOLDAGEM DO ORDENAMENTO SOCIAL	
1.1: Por que as instituições são importantes? Tipos de instituições.....	21
1.2: Teoria social e o lugar das instituições.....	24
1.2.1 A análise econômica e os custos de transação.....	25
1.2.2 A análise antropológica e os dispositivos culturais ordenando a vida social.....	30
1.2.3 A análise sociológica e a emergência de novas formas de sociabilidade.....	36
1.3: A reciprocidade como instituição.....	41
CAPÍTULO 2:	
AS INSTITUIÇÕES E A AGRICULTURA FAMILIAR EM UM CONTEXTO RURAL EM TRANSFORMAÇÃO: A REGIÃO NOROESTE.....	
2.1 A modernização da agricultura e suas repercussões.....	46
2.2 A mercantilização da vida social: novo estilo de agricultura e nova racionalidade.....	49
2.3 Esquema de análise e perspectiva analítica para tratar o tema/problema....	53
CAPÍTULO 3:	
MUDANÇA SOCIAL E REPERCUSSÕES INSTITUCIONAIS	
3.1 O contexto mais geral de mudança social: o município de Três de Maio.....	57
3.1.2 A Cooperativa Agropecuária Alto-Uruguai Ltda.....	60
3.2 A COTRIMAIO: um caso de mudança institucional.....	62
3.3 Os efeitos sobre as formas de sociabilidade.....	68
CAPÍTULO 4:	
O PAPEL DAS INSTITUIÇÕES NA CONSTRUÇÃO DA AUTONOMIA	
4.1 Lógica mercantil X Lógica de reciprocidade.....	70
4.2 Crise de valores e crise de confiança.....	77
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	83
REFERÊNCIAS.....	88

APÊNDICE A – Questionário semi-estruturado.....	93
APÊNDICE B – Roteiro de entrevistas.....	97
ANEXOS	99

Apresentação

As idéias e questões que estão na origem da realização deste trabalho podem ser definidas através de dois aspectos: primeiramente, elas provêm de uma questão pessoal, posto que sendo neto de agricultor e oriundo do município de Três de Maio, queria entender como as relações sociais e as formas de interação ainda se mantinham entre os agricultores. Assim como eu, vários são os jovens que abandonam a cidade em busca de oportunidades de trabalho e estudo em outras regiões do Estado, o que implica numa diminuição da população jovem no município. Também, a diminuição da população rural é bastante evidente, dado que cada vez mais as famílias possuem menos membros, o trabalho não necessita de tanta mão-de-obra decorrente do acesso aos maquinários e aqueles que têm oportunidade de estudar acabam saindo de suas localidades para fazê-lo.

Neste sentido, pareceu-me relevante entender como estão se relacionando os agricultores que, por diversas razões, ainda vivem na zona rural do município, contribuindo de forma significativa para a economia local e o desenvolvimento regional. Além dessa motivação pessoal, há aquela de ordem acadêmica, posto que no decorrer do curso de Ciências Sociais, fui me deparando e me identificando com as teorias sociais acerca do universo rural, principalmente ao cursar a disciplina oferecida de Sociologia da Agricultura. A partir desse período, tive a oportunidade de ingressar como bolsista de iniciação científica através do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (PIBIC/CNPq) em projeto desenvolvido pelo professor Sergio Schneider e intitulado: *“Heterogeneidade social e modos de vida rurais: estudos comparativos sobre dinâmicas territoriais da agricultura familiar nos três estados do Sul do Brasil”*.

Durante dois anos pude desenvolver algumas pesquisas e ter contato com pesquisadores dos temas rurais, notadamente aqueles integrantes (mestrandos e doutorandos) do Grupo de Estudos e Pesquisas Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural – GEPAD/UFRGS, registrado pelo CNPq e do qual também faço parte. Mensalmente são realizadas reuniões para discussões de teorias relevantes na área dos estudos rurais e da agricultura familiar, onde os integrantes também apresentam seus trabalhos para os demais membros, gerando um espaço privilegiado de produção e agregação de conhecimento, o que tem sido muito importante na minha trajetória acadêmica.

Esse período também foi de maturação das minhas idéias, na medida em que ao tomar contato com a bibliografia das questões rurais contemporâneas e desenvolver análises de bancos de dados estatísticos, pude construir um bom projeto de pesquisa, o qual tem como resultado este trabalho de conclusão de curso. Neste sentido, fica clara a importância da atividade de iniciação científica no interior da Universidade, pois isso permite um amadurecimento do aluno enquanto pesquisador, posto que esse esteja em contato direto com seu orientador e com todo um *ethos* de pesquisa, o qual é pouco possibilitado apenas nas salas de aula, dando condições mais concretas para a produção de um conhecimento científico que realmente colabore para o entendimento das questões sociais (sociológicas).

Essa oportunidade de iniciação científica, portanto, foi que me deu subsídios para desenvolver esse trabalho que agora lhes apresento

Introdução

A agricultura familiar vem passando por inúmeras transformações ao longo das últimas quatro décadas. Essa categoria social, além de ter que modificar suas formas familiares de produção, assentadas em valores como a reciprocidade e o compadrio, transforma também suas formas de sociabilidade e os valores nos quais estas se baseiam, seja em relação à sociedade ou a si mesma.

O processo de secularização social (WEBER, 2004) observado na sociedade, trás consigo uma transformação sobre os valores socialmente relevantes nos quais os indivíduos se assentam. Neste processo, emergem como quase que exclusivos, os valores do individualismo e da concorrência entre as pessoas e/ou empresas/organizações e instituições, dando a idéia de que seria essa a natureza e a essência das relações humanas. Isso provoca no senso comum a idéia de que os valores de comunidade, amizade, reciprocidade, solidariedade e tantos outros, não são mais passíveis de existência na sociedade atual, posto que cotidianamente sejamos levados a crer que há muito esses valores deixaram de existir, se é que realmente algum dia existiram (de forma relevante).

Como muito bem demonstram Mello & Novaes (2009), este processo de secularização dos valores obedece, no Brasil, à peculiaridade da implantação do sistema capitalista. Para eles, enquanto que as formas de sociabilidade e consumo no interior do país desenvolveram-se tais quais nos países “desenvolvidos”, a integração do sistema capitalista deu-se de forma tardia e completamente vazia dos valores nos quais esse emerge na Europa. Naqueles países a modernidade avança por meio da tensão entre valores modernos não-mercantis e não-capitalistas – assentados seja religiosa ou secularmente – exemplificados pelas instituições modernas (democracia de massas, escola republicana, a família cristã, as igrejas, etc.) e os valores mercantis e utilitários típicos do capitalismo (MELLO & NOVAES, 2009, p. 45). Mais ainda: são esses valores modernos e não-mercantis que “põe freios ao funcionamento desregulado e socialmente destrutivo do capitalismo” (p. 45).

Todavia, no Brasil, essa conjugação de tensões entre tais valores não é encontrada. As conseqüências disso são o desenvolvimento de uma sociedade extremamente desigual, onde os privilégios de poucos são garantidos (p. ex. pelo Estado, no golpe de 1964; pela indústria de comunicação de massas mais recentemente, etc.), e a fabricação de falsas necessidades, onde o indivíduo sempre está insatisfeito,

intranquilo e ansioso. No lugar dos verdadeiros valores modernos (democracia, educação, etc.) coloca-se o consumo, sendo esse capaz de preencher o vazio na vida das pessoas, decorrente do trabalho subalterno e das misérias espirituais e sociais que preenchem o cotidiano. O homem vale o que consome.

Ora, esse processo brevemente aqui descrito, nada mais desenvolve nas pessoas do que a idéia de que os valores capitalistas são os únicos capazes de existir, posto que sejam os únicos considerados socialmente relevantes. A idéia de liberdade (como escolha desembaraçada frente à tradição e de obstáculos externos à manifestação da vontade); o postulado de que cada indivíduo age de forma racional (calcula vantagens e desvantagens para realizar seus interesses pessoais e materiais); o pressuposto que a concorrência entre as pessoas formalmente livres e iguais acaba premiando cada um segundo seus méritos e dons; o princípio de que o jogo de interesses de cada indivíduo leva à harmonia social e ao progresso sem limites; enfim, a essência do *homo economicus* utilitário (MELLO & NOVAES, 2009), são considerados como a essência e a fonte das relações humanas e sociais. Daí a crise de valores de solidariedade, reciprocidade e comunidade enquanto socialmente relevantes.

Outro fenômeno verificado atualmente é a crise de confiança depositada em instituições públicas. No caso da agricultura familiar, em estudo realizado anteriormente, relativo a quatro municípios do Rio Grande do Sul¹, percebeu-se que os níveis de confiança depositados pelos agricultores familiares gaúchos nas instituições de mediação públicas estão significativamente baixos (Tabela 1), incluindo-se entre estas as cooperativas. Pode-se verificar que as instituições tais como a prefeitura e os vereadores, principalmente, mas também os órgãos de extensão rural, os dirigentes do sindicato estão em situação de visível descrédito por parte dos agricultores. Contraditoriamente à suposta crise dos valores de comunidade, os vizinhos ainda são considerados como os mais confiáveis pelos agricultores familiares, em todos os quatro municípios.

¹ Este estudo, denominado “Agricultura Familiar, desenvolvimento local e pluriatividade no RS: a emergência de uma nova ruralidade” foi realizada durante os anos de 2003 e 2005, em conjunto, pela Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) e pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) com financiamento do CNPq. Este deu origem a um extenso banco de dados sobre as características principais da população rural do estado, sendo quatro municípios estudados Veranópolis – região da Serra, Morro Redondo – Região Sul, Salvador das Missões – Região das Missões, e Três Palmeiras – Região Norte.

TABELA 1: Níveis de confiança institucional no RS

Instituições	Municípios			
	Veranópolis	Morro Redondo	Salvador das Missões	Três Palmeiras
Técnicos da Emater	18,64	12,90	29,31	6,78
Pessoal da prefeitura (funcionários, agentes saúde, etc)	0,00	8,06	10,34	25,42
Vereadores	0,00	0,00	0,00	1,69
Dirigentes do sindicato	10,17	1,61	3,45	13,56
Pastor e/ou padre da igreja que frequenta	13,56	12,90	3,45	1,69
Técnicos e/ou pessoas ligadas a agroindústria e cooperativas	11,86	8,06	5,17	10,17
Compradores e intermediários que adquirem sua produção	1,69	4,84	6,90	1,69
Vizinhos	35,59	40,32	29,31	30,51
Não sabe/sem resposta	8,47	11,29	12,07	8,47
Total	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: Pesquisa AFDLP – CNPq/UFRGS/UFPEL 2005

Essa manutenção da confiança entre vizinhos não quer dizer que no meio rural a crise de valores de solidariedade e comunidade não tenha ocorrido, mas como tentará se mostrar neste estudo, apesar das transformações ocorridas, elas ainda conseguem se manter de forma determinante em alguns aspectos da vida social. .

Este trabalho de conclusão de curso analisa, portanto, estas transformações ocorridas nas formas de sociabilidades na agricultura familiar no período pós-modernização. O processo de modernização e mercantilização crescente da agricultura trouxeram consigo novas formas de sociabilidade, diferentes das quais a agricultura camponesa historicamente interagiu. Valores como o mercado e o dinheiro de repente tornaram-se dominantes, a produção tecnificou-se, se caracterizando pela crescente dependência ao uso de insumos químicos e maquinaria pesada (como tratores, por exemplo), além disso, a sociabilidade entre os indivíduos passou a ser pautada por relações racionalizadas e individualizadas (que são exemplificadas pela crise de valores descrita anteriormente).

Além dessas transformações no plano sócio-econômico, que são objeto de diversos estudos, há uma lacuna a ser preenchida quanto à análise das modificações ocorridas nos valores orientadores das práticas de sociabilidade no interior da agricultura. Se o processo de modernização altera as formas produtivas e as relações sociais, por certo que também modifica os valores considerados relevantes pelos agricultores ao relacionarem-se com as instituições e os indivíduos.

Neste sentido, cabe responder em que medida esta mudança institucional tem a ver com o processo mais geral de mercantilização da agricultura familiar? Ou, como a mercantilização da agricultura afeta os valores, crenças e percepções de vida dos agricultores na orientação de suas formas de sociabilidade?

Dito de outra forma, como as formas de sociabilidades típicas do modo de vida camponês, tais como as relações de reciprocidade e interconhecimento, conseguem se manter em um contexto – a COTRIMAIO – onde predominam as relações capitalistas do mercado de *commodities*?

Para facilitar a análise do entendimento destas transformações nos valores e formas de sociabilidade no interior da agricultura familiar, utilizo duas formas de instituições distintas que ordenam o tecido social: as *instituições tácitas* e as *instituições formais* (descreverei cada uma delas no capítulo 1).

A hipótese principal que orienta a análise da realidade empírica é de que a mercantilização, apesar de transformar e alterar as relações de reciprocidade e interconhecimento, não as destrói ou as elimina. O que ocorre é uma coexistência entre estes dois “tipos”, ou formas de reprodução/produção. (POLANYI, 1980). Ou seja, no mundo atual, secularizado, estas instituições (ou valores) mudam sim, porém não são eliminadas, elas passam a conviver com as *instituições formais* (contratos, regras, leis).

A segunda hipótese é de que nas suas relações com a Cooperativa os agricultores familiares utilizam-se das *Instituições tácitas* como formas de autonomia e resistência (PLOEG, 2008) frente o processo de mercantilização sob o qual estão submetidos. Ou seja, em determinados contextos e “situações limites” (DOUGLAS, 1998), através de um “espaço de manobra” entre as lógicas de reciprocidade e as lógicas formais, os agricultores adotam práticas que lhe sejam mais favoráveis do ponto de vista de sua reprodução social e econômica.

Neste sentido meu objetivo geral ao realizar a análise empírica das relações da cooperativa com os agricultores é compreender como estas formas de sociabilidades típicas (*instituições tácitas*) modificam-se, ou não, a partir do aumento do processo de mercantilização e secularização social, verificando até que ponto estas continuam atuando num contexto fortemente mercantilizado, representado pela cooperativa em estudo.

Como objetivos específicos pretendo estabelecer a influência das interações entre estas instituições e os agricultores familiares na consolidação de seus modos de vida e na consolidação das economias locais, buscando compreender até que ponto as

relações tácitas e os valores de comunidade e reciprocidade contribuem como estratégias de autonomia (PLOEG, 2008) desta categoria social frente à sociedade.

Por fim, analisar como estas formas de interação mercantil que são mantidas pela cooperativa e desenvolvidas pelos agricultores orienta as ações sociais destes.

Para compreender estas questões propostas, utilizei-me da metodologia de estudo de caso com os agricultores familiares associados à Cooperativa Agropecuária Alto-Uruguaí Ltda (COTRIMAIO), a qual, apesar de estender sua atuação a 21 municípios da Região Noroeste do estado do Rio Grande do Sul, tem como sede e origem o município de Três de Maio, no qual a pesquisa foi realizada. A região noroeste do Estado, como se sabe, é caracterizada por uma estrutura fundiária de pequenas propriedades (no caso de Três de Maio mais de 86% dos estabelecimentos possuem menos de 50 hectares), nas quais o principal produto produzido e comercializado é o grão da soja. Historicamente essa região foi pioneira na produção desse grão, e ainda hoje é responsável por grande parte da produção estadual e nacional deste produto (SCHLESINGER E NUNES, 2008).

Este tipo de metodologia de pesquisa é caracterizada por uma análise detalhada e exaustiva de um ou poucos objetos, permitindo dessa forma seu conhecimento efetivo (GIL, 1994). Segundo esse autor, esse tipo de análise é bastante comum em estudos sociais, pois é mais econômica e simples, porém ele alerta para o fato de haver restrições para a generalização de seus resultados. Para escapar dessa limitação, ele sugere que sejam buscados casos que sejam representativos de um universo mais amplo, ou seja, casos ou objetos que através de informações anteriores, pessoais, documentais, etc., pareçam expressar de forma geral a categoria a qual integra.

A escolha do município de Três de Maio deu-se pelo fato de nesse município a agricultura constituir-se como importante atividade, sendo levado em conta sua estrutura fundiária, o número de estabelecimentos e o tamanho do município, que de certa forma são parecidos aos demais municípios da região. Também, essa escolha se deu pelo fato da existência da COTRIMAIO, pois esta cooperativa é fundada em 1968 e a partir daí tornou-se o principal meio de acesso de seus associados aos mercados, sendo a análise das interações entre os agricultores e essa essencialmente importante para entender o que proponho nesse trabalho.

A investigação empírica foi realizada através da aplicação de 18 questionários semi-estruturados (Apêndice A) junto aos agricultores familiares associados à COTRIMAIO e residentes no município de Três de Maio. Além dos questionários semi-

estruturados, foram realizadas 04 entrevistas com informantes-chaves, através de roteiro de perguntas (Apêndice B). A escolha dos agricultores obedeceu principalmente sua estrutura fundiária, sendo que o objetivo era realizar uma estratificação social entre pequenos produtores (aqueles que possuíam menos de 50 hectares) e grandes produtores (os que possuíam mais de 50 hectares). Ao fazer isso, a idéia era confrontar de que formas esses dois grupos interagem através das duas formas de sociabilidade que me proponho analisar (*instituições tácitas* e *instituições formais*) com a cooperativa e o ambiente social mais amplo.

Portanto, a aplicação dos questionários teve como objetivo analisar aspectos sócio-econômicos, tais como o perfil produtivo, as relações com a cooperativa e as formas de sociabilidade com a comunidade. Isso de certa forma contribuiu para evidenciar até que ponto as *instituições tácitas* estão servindo como estratégia para os distintos grupos de agricultores se manterem e ordenarem suas vidas.

Além desses dados primários, foram levantados alguns dados secundários através do Censo Agropecuário 2006 do IBGE, do banco de dados eletrônico da FEE e também do site da própria COTRIMAIO. O objetivo foi caracterizar o município de Três de Maio e a própria cooperativa.

Capítulo 1: As instituições e a moldagem do ordenamento social

1.1 – Porque as instituições são importantes? Tipos de instituições.

O debate acerca do papel das instituições na regulação da vida social dos indivíduos sempre ocupou lugar importante na sociologia. Saber até que ponto os indivíduos possuem liberdade em suas escolhas ou até que ponto a sociedade é que determina estas escolhas; compreender de que formas e porque os indivíduos agem de determinadas maneiras; como as normas, convenções e regras sociais são utilizadas pelas pessoas para tomarem determinadas decisões frente à sociedade; são algumas das questões que a teoria das instituições procura responder.

A importância da análise institucional se dá pelo fato de que o estudo da realidade social deve levar em conta o conjunto de regras e convenções “cristalizadas” pela sociedade e que são impostas aos indivíduos, determinando seus modos de agir e seus modos de vida. Esta análise vêm demonstrando a importância das instituições no ordenamento e regulação das relações de grupos sociais, afirmando, de forma geral, que as trocas realizadas entre as pessoas estão permeadas de elementos pessoais, obedecendo aos valores, as normas e convenções encontrados nas sociedades.

Assim, parto da definição de instituições de Mary Douglas (1998), a qual as define como um conjunto de normas e convenções utilizadas e acessadas pelos indivíduos em situações limites.

Desta forma e a partir desta perspectiva defino duas categorias (ou conceitos) principais para a análise do caso estudado. De um lado, defino como *Instituições tácitas* (não-formais) aquelas formas de sociabilidade e interação que, em sua maioria, têm como características principais relações de reciprocidade (ajuda mútua, compartilhamento de recursos, etc.) e que são amparadas pelo princípio da dádiva (MAUSS, 1974). Como exemplos têm as relações de confiança, amizade, parentesco, compadrio, vizinhança². Por outro lado, defino como *Instituições formais* aquelas formas de sociabilidade e interação nas quais, em suas generalidades, orientam-se por relações capitalistas, secularizadas, pautadas por contratos e regras de inserção formais/rationais. Como exemplos têm as prefeituras, os sindicatos, as cooperativas.

² Esta categoria, de certa forma, se atém às dimensões simbólicas e culturais das relações sociais e econômicas, mais precisamente àquelas características tradicionais das populações rurais (MENDRAS, 1978; WOLF, 1976), que as análises marxistas do campesinato previam extinguir-se com a introdução das formas capitalistas de produção na agricultura.

Ou seja, estes dois princípios ordenadores das formas de sociabilidade dos indivíduos – neste caso, dos agricultores familiares – são considerados como um conjunto de valores, costumes, crenças, regras que são constantemente (re)atualizados e acessados pelos indivíduos quando estes se deparam com determinadas situações e relações sociais (DOUGLAS, 1998).

Neste sentido, procuro determinar como estas formas distintas de sociabilidade contribuem para as estratégias sócio-econômicas dos agricultores familiares. Se tomarmos as relações econômicas enquanto instituição (no sentido de Mary Douglas, 1998), poderemos constatar que estas relações obedecem aos contextos sociais e culturais nas quais estão imersas (POLANYI, 1980), posto que são regras e processos instituídos e utilizados socialmente.

Estas relações foram muito estudadas por diversos autores nas Ciências Sociais, notadamente aquelas referentes às relações sociais da troca, que tinham como principal objetivo analisar as transformações sociais ocorridas pela introdução do sistema capitalista nas sociedades. Ou seja, como a economia aqui é vista enquanto uma instituição, o processo capitalista ao desenvolver-se logicamente também modifica as racionalidades e formas culturais e sociais anteriores a ele, modificando igualmente as relações econômicas.

Autores da antropologia (MAUSS, 1974; MALINOWSKI, 2003; DOUGLAS, 1998), sociologia (WEBER, 1991; 2004; GRANOVETTER, 2007; ABRAMOVAY, 2004) e economia (HODGSON, 1994; POLANYI, 1980; NORTH, 2006), chamaram atenção, seguindo a teoria de Polanyi (1980), para o fato de que as relações econômicas estão inscritas e imersas em relações sociais, e que somente dão certo e funcionam porque existem *instituições tácitas* que asseguram seu funcionamento, tais como a confiança e a reciprocidade.

Porém ao analisar esta literatura, surgem algumas indagações: será que estes autores não estudaram grupos sociais ou situações que eram propícias a este tipo de conformação das relações? E se o contexto fosse diferente, se houvesse uma mudança de tempo e espaço, como estas relações reagiriam? Ou, dito de forma direta: será que em sociedades altamente mercantilizadas e secularizadas estas relações de confiança se mantêm?

É neste sentido que a análise do caso estudado, a Cooperativa Agropecuária Alto-Uruguaí Ltda., entra como uma realidade empírica para a compreensão destas questões. Ou seja, num contexto fortemente mercantilizado, no qual os valores tácitos não são

dominantes, onde a secularização social esta consolidada, ainda existem relações econômicas assentadas na confiança mútua e na reciprocidade? Este estudo procurará identificar, conforme já descrito, até que ponto as *instituições tácitas* seguem atuando neste contexto.

Assim sendo, de forma geral, este trabalho também busca mobilizar teorias e autores que analisam os processos econômicos e os mercados como uma construção social, entendendo que estas esferas da vida são consolidadas e construídas pelos grupos sociais existentes, e não são meras abstrações reificadas de regulação e controle sociais. Neste sentido, os atores sociais não são vistos como atomizados, nem muito menos como naturalmente racionais, com comportamento maximizador traduzido na adaptação de recursos escassos, pré-dispostos à barganha e ao lucro, mas antes de tudo, são concebidos conjuntamente através dos aspectos sociais e simbólicos da sociedade na qual estão inseridos.

A economia aqui é vista enquanto “processo instituído” (POLANYI, 1980), analisada em termos de movimento através de sua concepção substantiva, na qual o indivíduo interage dialeticamente com seu ambiente social e econômico, pois a racionalidade econômica é apenas um dos fatores existentes na economia humana.

Cabe aqui ressaltar também que o conceito de instituições que utilizo difere daqueles nos quais a teoria econômica institucionalista vêm orientando-se, posto que as perspectivas antropológicas das análises institucionais permitem que se leve em conta, de forma mais aprofundada, os aspectos simbólicos, cognitivos e culturais de formação dos indivíduos enquanto seres sociais, além dos quais as teorias institucionalistas econômicas não são capazes de abordar.

Estas questões teóricas que orientaram a análise da realidade através do trabalho de campo serão descritas e discutidas no próximo item. Vale a pena ressaltar que foram utilizadas análises de três campos/áreas distintos do conhecimento científico, a saber: economia, antropologia e sociologia.

Através de autores que orientaram seus estudos à análise das trocas (não necessariamente de mercadorias) embasadas na confiança. Estes autores demonstraram a importância das instituições no ordenamento e regulação das relações de grupos sociais, afirmando, de forma geral, que as pessoas trocam produtos e mercadorias com outras pessoas a partir de relações pessoais – parentesco, proximidade (vizinhança) ou interconhecimento – e, ao assim proceder, criam laços sociais fortes ou instituições

(tácitas) baseadas na reciprocidade e proximidade, que se assentam, acima de tudo, na confiança que existem entre eles.

Passemos então a eles.

1.2 – Teoria social e o lugar das instituições

Os debates acerca do papel central das instituições no ordenamento e regulação das relações sociais dos grupos de indivíduos sempre foi objeto de estudos nas Ciências Sociais, sendo que em cada uma de suas disciplinas estas relações foram abordadas de formas distintas, através de elementos ontológicos diferentes.

Como sabemos estes elementos ontológicos sempre propiciaram formas extremamente distintas, em muitos pontos contraditórias, de perceber e interpretar os mesmos fenômenos sociais. Assim, ao passo que estas diferenças existem, muitos autores buscaram ver estes processos institucionais de regulação da vida social e econômica através de perspectivas mais abrangentes que a simples idéia do indivíduo auto-interessado, reconhecendo que os indivíduos agem de forma não utilitarista.

As discussões acerca das relações econômicas entre grupos sociais e indivíduos adquirem importância fulcral nesses debates. De acordo com alguns autores (SMITH, 1996; BOUDON, 1981; LAZARSELD, 1967) os atores sociais agem por motivações estritamente racionais, sendo os processos econômicos regulados pelas leis de oferta e procura no interior dos mercados. Para estes, os mercados são considerados uma espécie de entes abstratos, capazes de regular as economias e as motivações dos indivíduos, os quais são vistos como atomizados.

Já para outros (POLANYI, 1980; 1947, HODGSON, 1994; ABRAMOVAY, 2004, SABOURIN, 2009; 2010), o que permite às relações sociais de troca se constituírem são as relações de confiança e reciprocidade existentes entre os indivíduos. É a confiança depositada no outro que faz com que as trocas sejam realizadas de forma efetiva, manifestadas através das relações pessoais (e sociais) com as quais os indivíduos interagem. Para esses autores, a racionalidade não é vista como a única forma de socialização, mas apenas como um dos fatores (mais importante em algumas sociedades do que em outras) significativos das relações econômicas. Os mercados aqui são vistos enquanto construções sociais, como instituições objetivas que compreendem não apenas relações abstratas e impessoais, mas um conjunto de valores, crenças, regras que são determinados socialmente e que regulam e influenciam as vidas dos seres humanos.

Neste subcapítulo, irei tratar desta segunda perspectiva, a qual sempre esteve à margem dos debates da teoria econômica *mainstream*. Para tanto, mobilizarei autores de diferentes áreas das ciências sociais – economia, antropologia e sociologia – com o intuito de demonstrar como as *instituições tácitas* é que conferem estabilidade às relações de trocas. Seguindo a teoria de Polanyi, se conclui que as relações de troca - ou relações econômicas - estão imersas e inscritas em relações sociais e que somente dão certo e funcionam porque existem instituições tácitas que asseguram seu funcionamento, tal como a confiança e a reciprocidade. Contudo, essas diferentes áreas do conhecimento abordam o problema e suas implicações de formas diferentes, como explanarei a seguir.

1.2.1 A análise econômica e os custos de transação

Como referido na introdução, a teoria da economia política desenvolvida por Karl Polanyi é o centro da minha análise neste trabalho. Em sua época, o autor travou interessante debate acerca da metodologia utilizada para compreender as relações econômicas ao longo da história (MACHADO, 2009), debate esse polarizado entre os economistas formalistas e substantivistas.

Para os primeiros o comportamento humano é tomado como maximizador e se traduz na adaptação de recursos escassos a fins alternativos, gerando uma espécie de “economização” das relações, as quais estariam presentes em todas as sociedades humanas. Neste sentido, o individualismo metodológico seria passível de verificação em todas as sociedades ao longo da história. Essa economia formal é derivada do caráter lógico/racional da relação meios/fins, onde a escolha se dá por um conjunto de meios induzida pela insuficiência destes mesmos meios.

Já para os segundos, a economia é vista enquanto um processo instituído de interação entre o homem e a natureza (ambiente), e deriva justamente da dependência do homem da própria natureza para assegurar sua sobrevivência. A interação entre os seres humanos e o meio é que assegura a satisfação de suas necessidades, tal qual acontece com todos os seres vivos. Neste sentido, a teoria econômica moderna não pode explicar as economias primitivas, mas apenas as sociedades de mercado (economia capitalista), nas quais os preços têm papel crucial.

Como já referido, Polanyi encontra-se ao lado deste segundo grupo, e toda sua obra pode ser analisada como uma busca incessante na formulação de uma metodologia

(através de uma nova teoria) que justifique e explique o lugar ocupado pela economia na sociedade. Desta maneira, ele aponta falhas e propõe críticas às formulações formais da economia, tentando desalojar o que chama de “falácia economicista”³ do lugar estratégico que ocupa no pensamento contemporâneo.

Como afirmado por Machado (2009), Polanyi reivindica que “(...) mesmo se estiver presente numa dada sociedade, a racionalidade econômica não existe num vácuo mas, antes, está inserida numa complexidade de valores que não podem ser assumidos como sendo consistentes ou não competitivos uns com os outros” (p. 35). Disso podemos concluir, portanto, que para Polanyi, a economia humana está imersa (*embedded*) e imiscuída (*emmeshed*) nas instituições, econômicas e não-econômicas, sendo a inclusão dos aspectos não-econômicos essenciais⁴. Porém, apesar dessa afirmação de que a economia estaria imersa nos valores sociais, Polanyi não explica quais são as origens dessas relações sociais, as quais segundo alguns antropólogos originar-se-iam através das estruturas de reciprocidade⁵.

Desta forma o estudo do lugar ocupado pela economia na sociedade nada mais é para Polanyi que a análise da maneira pela qual o econômico esta instituído em diferentes épocas e contextos. Para realizar essa análise ele desenvolve os instrumentos necessários, denominados por ele como as três formas de integração – reciprocidade, redistribuição e troca (mercado) – pelas quais a economia adquire unidade e estabilidade ao longo da história. Brevemente descrevamos cada uma delas.

De forma resumida, a reciprocidade consiste em “movimentos entre pontos correlativos de grupos simétricos”, a redistribuição designa “movimentos apropriativos em direção a um centro, e também em sentido inverso (do centro “para fora”) e a troca refere-se “aos movimentos ‘vice-versa’ que ocorrem entre ‘mãos’ sob um sistema de mercado” (POLANY *apud* MACHADO, 2009).

Para Polanyi, em geral, a reciprocidade está presente nas sociedades primitivas e tribais, onde haveria espaço também para algumas formas de redistribuição; a redistribuição opera nas sociedades arcaicas, juntamente com algumas formas de troca; e a troca emerge apenas nas sociedades modernas, nas quais os mercados auto-

³ Essa “falácia economicista” consistiria na idéia artificial da ligação da economia apenas com a sua forma de mercado.

⁴ Essa idéia vai de encontro ao que neste trabalho defino como *Instituições tácitas*, posto que estes tipos de instituições dizem respeito as formas não-mercantis ou não-econômicas de análise das relações societárias.

⁵ Adentrarei neste debate no ponto 1.3.

regulados – padrões institucionais relativamente recentes - tornam-se uma forma de integração dominante. Essa tipologia tem origem nas influências que a obra de Malinowski (2003) e Thurnwald impeliram ao pensamento de Polanyi.

Neste sentido, a principal contribuição desse autor para a análise da evolução histórica dos processos e das relações econômicas nas distintas sociedades está no fato de que esse demonstra que há outras formas de socialização (sociabilidades) além da troca mercantil descrita e advogada pela teoria econômica moderna como fundadora dos laços sociais. Também, essas formas de integração permitem que as características da nossa sociedade sejam comparáveis às sociedades primitivas, posto que possamos aferir elementos integrantes ou excludentes, de acordo com essas formas, no interior das distintas sociedades ao longo da história de cada uma delas.

Outro autor relevante que concebe os mercados e as relações econômicas a partir desta mesma ótica é Geoffrey Hodgson (1994). Ao demonstrar em sua análise a debilidade da teoria econômica clássica como modelo de interpretação da realidade, na medida em que não consegue explicar fenômenos econômicos e nem gerar políticas que resolvam os principais problemas a eles relacionados, Hodgson chama atenção para certa ideologização da teoria econômica dominante, o que segundo ele confere uma análise teórica simplista, pois “apesar do alto grau de satisfação formal, a carroça ideológica segue quase sempre à frente dos bois teóricos” (prefácio).

Neste sentido demonstra como os conceitos da teoria neoclássica se deram a partir de uma “perspectiva ultrapassada e teoricamente inaceitável do indivíduo”, herdada do liberalismo clássico do século XIX. Ao colocar isto, reivindica o papel central das instituições, práticas sociais e da história, na formação de nossas idéias, percepções e atos. Assim, refuta a noção econômica clássica de que o comportamento é racional e maximizador por parte de todos os indivíduos; integra na análise os problemas crônicos de informação (incerteza quanto ao futuro; divergências cognitivas individuais de fenômenos comuns; etc.) que a teoria clássica não aborda; e por fim, rejeita a noção de estados de equilíbrio estável, em favor de uma interpretação dos processos contínuos de transformação ao longo do tempo histórico.

A partir dessa reivindicação notamos o crescente desenvolvimento crítico acerca dos postulados liberais clássicos da ciência econômica, que como demonstra o autor, vão desde a aplicação da teoria dos jogos à teoria econômica, passando pela teoria das normas e convenções, assim como o desenvolvimento de uma nova economia institucional. Estas diversas abordagens atentam para temas comuns, os quais põem em

xeque as três características do pensamento econômico clássico descritos no parágrafo anterior, e ainda reconhecem o papel central das instituições na vida econômica. Segundo estas vertentes, a coordenação da economia não se dá isoladamente com a sinalização dos preços pelos mercados, mas ela depende (e interage) com diversas instituições tanto econômicas como sociais e culturais.

É precisamente esta a idéia desenvolvida neste trabalho, demonstrar como interagem diferentes tipos de instituições (formas de sociabilidade) que atuam na agricultura familiar, e como estas influenciam a unidade familiar, na medida em que os atores sociais (agricultores) adotam determinados tipos de ação social a partir destas interações. Assim, o estudo do caso da COTRIMAIO, ou melhor, dos agricultores associados a ela, ajuda a entender as formas pelas quais os indivíduos socializam-se a partir dos contextos com os quais são confrontados e como se mantêm as formas tácitas de sociabilidade no ordenamento de suas vidas.

Com esta interação entre diferentes instituições, a solução para os problemas acerca do acesso a informação e ao conhecimento necessita que seja levado em conta aspectos cognitivos e epistemológicos, pois segundo Hodgson, a natureza destes (informação e conhecimento), estão imbricadas com os processos sociais, os quais por sua vez relacionam-se com as normas, hábitos e convenções da cultura e das instituições. Ou seja, para o autor – assim como para Mary Douglas (1998) – os processos cognitivos são também essencialmente sociais, pois apesar de serem interpretados individualmente, são também ao mesmo tempo coletivos, na medida em que os dados sensoriais são enquadrados e “dependem das normas e práticas da vida social” (p.7).

É, invariavelmente por causa destes aspectos, que a racionalidade econômica não pode ser considerada predominante nas vidas dos atores sociais, nem em contextos estritamente econômicos (se estes de fato existirem). Há no próprio interior das estruturas econômicas (da “vida econômica”) a influência de um conhecimento e consciência prática, os quais acabam também por influenciar – interagindo – a retenção do conhecimento pela sociedade. Este pode ser considerado mais um argumento em favor da importância do estudo das instituições sociais.

Assim define o autor (HODGSON, 1994) o conceito de instituições:

Aqui é definida como uma organização social que, por efeito da tradição, dos costumes ou dos constrangimentos legais, tende a criar padrões de comportamento duradouros e rotinizados. É essa mesma durabilidade e rotinização, num mundo altamente complexo e

por vezes volátil, que confere às ciências sociais a possibilidade de alguma aplicabilidade prática (p. 10).

Note-se que apesar do autor atribuir significativa importância às instituições sociais nos processos de cognição e aprendizagem, na formação das preferências, e também, de forma geral, nas motivações das ações, este não cai no erro das análises deterministas, ao afirmar que “a atividade humana não é determinada, completa ou mecanicamente, pelo seu tegumento social” (p. 10). Ou seja, apesar de importante influência nas disposições da vida social e individual como um todo, a análise das instituições não têm o poder de determinar *a priori* as ações e os acontecimentos futuros, como faz a teoria econômica clássica, ao atribuir este poder aos próprios indivíduos de forma reificada e atomizada.

Segundo Hodgson (1994),

A opinião que aqui defendemos é que há influências externas que moldam os propósitos e as ações dos indivíduos, mas que a ação não é inteiramente determinada por elas. O ambiente é importante mas não determina completamente aquilo que o indivíduo decide fazer ou o que ele ou ela poderá alcançar. Há ações que podem não ter uma causa, mas, ao mesmo tempo, existem padrões de comportamento que podem estar relacionados com o meio cultural ou institucional no qual a pessoa atua. Em resumo, a ação é parcialmente determinada, e parcialmente indeterminada: é previsível em parte, mas imprevisível noutra parte, mesmo em termos do cálculo das probabilidades ou do risco (p. 11\12)

A citação acima dá uma idéia da complexidade das questões referentes à análise das instituições sociais, de suas relações com os indivíduos e a tomada de decisões por parte destes. Desta forma, Hodgson (1994) propõe uma análise “holista”⁶ no sentido que ela deve abordar todas as variáveis e elementos relevantes, o que permite ir além da análise da teoria econômica clássica e não tomar os gostos e preferências dos indivíduos e as possibilidades e restrições tecnológicas como fatores exógenos ou dados *a priori*.

Neste sentido, ao analisar os contratos e direitos de propriedade, Hodgson argumenta que é necessário em quaisquer sistemas desenvolvidos de trocas de mercadorias a existência de um sistema legal de regulação, que proteja os direitos de propriedade individual e empresarial, e que desenvolva uma legislação com critérios que atem para a distinção entre trocas voluntárias e involuntárias de bens e serviços.

⁶ Segundo o autor, “neste livro, o termo é usado num sentido que é diferente desta última definição (de que se estudaria o conjunto sem considerar de forma significativa as partes) como um imperativo flexível segundo o qual as teorias econômica e social deveriam ser ampliadas de modo a abrangerem todas as variáveis e elementos relevantes” (p. 16\17).

Apesar de não mencionar quais critérios seriam estes, o autor adentra em questões pouco abordadas pela teoria econômica dominante, e afirma, ao contrário desta, que “a base dos acordos não é simplesmente o cálculo racional de indivíduos abstratos, tendo em conta os custos e benefícios; é uma combinação de legislação formal e legitimação, e de costumes e tradições, de um tipo menos formal, herdadas” (p. 157\158).

No caso dos agricultores familiares do município de Três de Maio e suas relações com a cooperativa, se verá no capítulo 3 que a base dos contratos e acordos não se dá, exclusivamente, por relações formais\legais – o que estou chamando de *instituições formais* – mas sim através do que aqui delimito como *instituições tácitas* (relações não formais) e que como será descrito, obedecem às lógicas simbólicas e habituais de apropriação cultural, servindo como uma estratégia de resistência e autonomia.

Essas idéias vão de encontro às análises de Durkheim (1995) e Polanyi (1980). O primeiro chama a atenção para a inexistência de contratos puros de trocas, pois segundo ele, em todas as relações sociais existem elementos não contratuais, e, além disso, até mesmo em sociedades onde o mercado e a divisão social do trabalho são bem desenvolvidos, há a necessidade destes elementos para garantir a existência de uma solidariedade social “orgânica” para além dos vínculos sociais. Já o segundo, chama atenção para o papel central que desempenham estes valores não contratuais (confiança, reciprocidade, redistribuição, etc.) para a existência de qualquer sistema de trocas (o de mercado, por exemplo), pois estes valores diminuem o grau de incerteza e interpretam a complexidade. Contudo, como bem coloca Hodgson (1994), “embora haja sempre elementos não contratuais em qualquer contrato, num sistema capitalista desenvolvido estes não dominam as transações” (p. 169).

1.2.2 A análise antropológica e os dispositivos culturais ordenando a vida social

Marcel Mauss (1974) através do seu *Ensaio sobre a Dádiva* pode ser considerado como um dos precursores do debate acerca das origens das relações econômicas das sociedades no campo da antropologia. Neste estudo ele analisa as motivações dos indivíduos, ao realizarem práticas de ações recíprocas, sendo que estas estariam divididas em três momentos distintos, porém simultâneos: o dar, o receber e o retribuir.

Para ele estas três dimensões da dádiva são fenômenos que fazem parte da totalidade em que os seres humanos estão envolvidos, sendo que as relações sociais que envolvem atos de troca pressupõem um caráter impositivo de dar presentes, receber e retribuir. Neste sentido, a dádiva seria contrária à troca mercantil, e esta tripla obrigação (dar, receber e retribuir) seria expressão da reciprocidade que está no início dos ciclos de dádiva (SABOURIN, 2010).

Assim sendo, nesta abordagem proposta por Mauss, as relações mercantis constituir-se-iam não apenas como meros câmbios de produtos/objetos, mas como fenômeno social “total”, o qual não diria respeito somente à esfera econômica, mas também abrangeria qualquer outra espécie de instituição, tais como política, familiar, religiosa, enfim, todo o sistema simbólico das sociedades, onde a noção de totalidade seria central na medida em que estas práticas sociais seriam observadas em todas as instituições societárias. Logo, estas práticas não se restringem ao campo econômico, mas compreendem o sistema simbólico e social das coletividades.

O autor identifica uma forma de relação que denomina de dádiva-troca, existente nas sociedades primitivas (antigas), que seria diferente da troca mercantil, na medida em que a dádiva-troca carregaria consigo um elemento moral e ético, associado à transação econômica.

Destarte, Mauss estabelece que as trocas são realizadas através de obrigações mútuas entre os grupos e comunidades e não de forma individual. Seu objetivo ao escrever o referido ensaio é entender o “caráter voluntário (...), aparentemente livre e gratuito e, no entanto, imposto e interessado dessas prestações” (Mauss, 1974, p. 41).

Para realizar tal objetivo, este analisa sociedades tradicionais, nas quais estes “sistemas de prestação total”⁷ estariam presentes. Segundo Mauss, os fenômenos do *potlatch*, dos índios do noroeste norte-americano, e o *kula*, das sociedades polinésias, seriam exemplos destes sistemas, e contribuiriam para entender as formas de mercado e trocas realizadas pelas sociedades durante a história. É a partir destas análises que ele percebe a centralidade da dádiva e das relações recíprocas na construção da ordem social.

Daí deriva o problema central da obra de Mauss, qual seja: o que explica a obrigação de retribuição do presente recebido? O que existe na coisa dada que faz com

⁷ Segundo Mauss(1974) , um “sistema de prestação total” seria aquele onde “há prestação total no sentido de que é de fato todo o clã que contrata por todos, por tudo que possui e por tudo que faz, através da figura do chefe como intermediário” (p. 46/47).

que o donatário a retribua? . O autor identifica dois aspectos importantes que constituem a coisa dada, nas sociedades polinésias, o *mana* que estaria ligado a um elemento de honra e prestígio e que confere a obrigação de retribuir sob pena de perder essa autoridade, e, também constata que além de conter esta espécie de autoridade (*mana*), os presentes doados possuem uma espécie de “espírito”, o qual, nas sociedades maori é denominado de “*hau*”.

Neste sentido o que cria a obrigação em relação à troca – o presente recebido e trocado – é o fato de que a coisa recebida não é inerte. Ou seja, quando práticas sociais de troca são realizadas entre indivíduos, o objeto trocado carrega consigo uma parte que é constitutiva do próprio donatário, sendo que esta “parte de si” (o *hau*) pode ser interpretada como uma alma, a alma do indivíduo transferida para o objeto trocado, o que acaba por criar um “vínculo de almas” entre os respectivos permutadores, permitindo que se compreenda melhor a natureza das trocas por dádivas.

Assim sendo, a obrigação não seria o motivo pelo qual as pessoas seriam coagidas a retribuir seus presentes, mas justamente a liberdade de fazê-la (a retribuição) é que serviria de constrangimento para incentivar os indivíduos a retribuir os objetos recebidos, justamente porque estes carregam consigo uma espécie de “espírito” que deve ser repassado.

Desta maneira, a principal contribuição de Marcel Mauss e seu *Ensaio sobre a dádiva* é a noção de que as relações de reciprocidade, sobretudo as dádivas trocadas e retribuídas, fazem um apelo à generosidade humana, na medida em que este acentua a importância da dimensão da gratuidade nas relações sociais que envolvem trocas.

Contemporaneamente à obra de Marcel Mauss, Bronislaw Malinowski (2003) analisa as diferentes relações de reciprocidade. Ele identifica a existência de uma complementaridade econômica entre os grupos que estuda através da reciprocidade. Ou seja, a reciprocidade seria uma espécie de complemento que permitiria a existência de prestações mútuas de alimentos, por exemplo, que muito se assemelham à dádiva descrita por Mauss. Para ele, a base da organização econômica e social dualista da sociedade estaria no princípio de reciprocidade (SABOURIN, 2010).

Neste sentido, o princípio de reciprocidade seria a base das estruturas sociais para Malinowski (2003), posto que na análise das relações gerais que descreve, constata que o princípio de reciprocidade encontra-se na base de todas as regras. A reciprocidade atuaria como uma força moral (tal qual a dádiva de Mauss), que conduziriam as condutas pessoais dos indivíduos.

A principal contribuição de Malinowski, além do fato de identificar as relações de reciprocidade, “terá sido demonstrar que as sociedades melanésias não poderiam ser taxadas de selvagens, colocadas à *espontaneidade do instinto*, mas que elas desenvolveram uma civilização fundada em regras sociais tão sofisticadas e eficazes quanto as do mundo ocidental” (SABOURIN, 2010, p. 16).

Outra autora que vai de encontro a estas análises é Mary Douglas (1998). A antropóloga reivindica “uma teoria das instituições que modifique a atual visão não-sociológica da cognição humana, bem como uma teoria cognitiva que ofereça um suplemento às debilidades das análises institucionais” (p. 11). Para tanto, a autora resgata a obra de dois autores clássicos da teoria social, Émile Durkheim e Robert Merton, com os quais dialoga para colocar em evidência a análise sobre os laços sociais.

A partir disso, Mary Douglas (1998) demonstra como, até certo ponto, o pensamento depende das instituições⁸. Ao abordar conceitos como solidariedade, cooperação e confiança, ela também coloca a insuficiência da análise econômica ortodoxa, pois essa não consegue compreender de que forma estas relações coletivas, de reciprocidade entre os indivíduos acontece. Assim, utiliza-se da teoria durkheimniana para afirmar que a solidariedade social entre os indivíduos só é possível por estes partilharem as categorias de seu pensamento (sobre solidariedade). Ou seja, de alguma forma, quando os indivíduos são colocados em situações limites, estes se utilizam das normas e convenções habituais da sociedade, expressas em seu conjunto pelas instituições, que como as entendemos neste trabalho, são eminentemente sociais. Como será apresentado no capítulo 4, os agricultores familiares associados a cooperativa, em determinados contextos, utilizam-se de uma ou outra forma de Instituições que defini anteriormente. Portanto, o que está também em jogo é a discussão acerca da natureza do laço social.

Assim, desenvolve sua argumentação (embasada em Durkheim) no sentido de que as questões sobre o conhecimento devem em primeiro lugar serem tratadas em sua base coletiva. Ou seja, o laço social só é capaz de concretizar-se a partir do momento em que os indivíduos inserem em suas mentes modelos da ordem social. Obviamente, estes modelos serão sociais, e não individuais.

⁸ Ao se propor a isso, a autora reconhece estar indo contra o que muitos filósofos consideram inaceitável, pois, em sua maioria, tem como axioma básico uma teoria do comportamento racional, onde os indivíduos têm capacidade e plena autonomia para decidir, sem nenhuma influência estrutural e/ou cultural.

Como descreve a autora, todo processo de apropriação de uma idéia é um processo social. Isso está de acordo com a filosofia da ciência, a qual concebe como correto a apropriação de uma teoria em virtude de sua coerência com as demais. Adotando este argumento, fica implicado que todo processo de apropriação de uma teoria, é tão social quanto cognitivo. Diferentemente, segundo Douglas (1998), a apropriação de uma instituição é tomada como essencialmente sendo um processo intelectual, político e econômico. Por este motivo, argumenta a autora:

A fim de adquirir legitimidade, toda instituição precisa de uma fórmula que encontra sua correção na razão e na natureza. Metade de nossa tarefa consiste em demonstrar este processo cognitivo na fundamentação da ordem social. A outra metade da tarefa é demonstrar que o processo cognitivo mais elementar do indivíduo depende das instituições sociais (p.55).

Fica clara, a partir desta afirmação, a complexidade da análise que está em questão. Para dar conta destas duas “metades” acima referidas, Mary Douglas argumenta que o fortalecimento – e legitimidade – das instituições se dá através de uma capacidade de analogia, por meio da qual a estrutura social de um conjunto de relações sociais pode ser encontrada na natureza. Ou seja, as instituições fundamentam-se na analogia para consolidarem-se enquanto “um agrupamento social legitimado”⁹ (p. 56). Portanto, para Mary Douglas, a fundamentação das instituições se dá quando estas se baseiam na natureza, e por consequência, na razão.

Complementando a outra metade da argumentação, a autora coloca que as instituições sociais apresentam três processos simultâneos, os quais são expressos a) pelos requisitos intelectuais (aparato cognitivo que fundamenta as instituições na natureza e na razão); b) pelos requisitos sociais de classificação (geralmente dualistas, tais como masculino X feminino; esquerda X direita, etc.); e c) pelo que a autora chama de “energia moral” dos membros da instituição.

Ainda no campo da antropologia encontramos outros dois autores que analisam de forma interessante como as relações econômicas assentadas na confiança mútua e na reciprocidade são resultado dos dispositivos culturais acessados pelos indivíduos. Um deles é Arjun Appadurai (2008) que analisa o processo de mercantilização social sob

⁹ Mary Douglas define instituições como “um agrupamento social legitimado”. Estas instituições podem ser uma família ou uma cerimônia; pode ser legitimada por uma autoridade pessoal (p. ex. o pai), ou ser difusa, baseada em algum princípio fundante. Segundo ela, “(...), presume-se que a maior parte das instituições mais estabelecidas, quando desafiadas, sejam capazes de concatenar suas reivindicações à legitimidade com sua adequação à natureza do universo” (p. 56).

uma perspectiva cultural. Para este autor, é necessário deslocar a análise das mercadorias das funções e formas de trocas, e se concentrar nas próprias coisas trocadas, o que segundo ele “possibilita a argumentação de que o que cria o vínculo entre a troca e o valor é a *política*, em seu sentido mais amplo” (p. 15).

Assim, tomando como base estudos da antropologia social, Appadurai faz um resgate das idéias de Marx sobre as origens da valoração das mercadorias, demonstrando como apenas uma parte (mais restrita) de sua obra ganhou importância no meio intelectual. Para o autor, restringir a abordagem das mercadorias de Marx ao sistema capitalista é um erro, já que devemos nos concentrar nas trajetórias nas quais as mercadorias vão sendo valoradas – através da troca – pelas condições institucionais, psicológicas e econômicas, independente do sistema ser definido como capitalista ou não.

Ao fazer esta constatação o autor desenvolve uma perspectiva cultural das coisas, enfatizando que assim é possível distinguir entre as diferentes formas nas quais as coisas são classificadas, tais como mercadoria e dádiva, por exemplo. Assim, o autor faz uma retomada de estudos da antropologia econômica para demonstrar as diferenças entre troca de mercadorias, permuta e troca de presentes (dádivas).

Para ele, as oposições feitas entre as teorias desenvolvidas por Marcel Mauss (dádiva) e Karl Marx (mercadoria) são demasiado simplistas, o que não permite a identificação de que estas duas concepções das coisas trocadas possuem importantes aspectos em comum. Isso decorre, segundo o autor, pelo fato de que a produção acadêmica antropológica idealiza as sociedades de pequena escala, não percebe que mesmo no capitalismo as coisas sofrem influências da cultura e diminuem os aspectos de cálculo impessoais nas sociedades não-capitalistas. Isso faz com que geralmente as dádivas – e as relações de reciprocidade e sociabilidade que geram quando são trocadas – sejam colocadas em oposição aos sentimentos de ganância e cálculo que compõe a circulação das mercadorias. Por outro lado,

enquanto presentes vinculam coisas a pessoas e inserem o fluxo de coisas no fluxo de relações sociais, mercadorias supostamente representam o movimento – em grande parte livre de coerções morais ou culturais – de bens uns pelos outros, movimento mediado pelo dinheiro, não pela sociabilidade (APPADURAI, 2008, p. 25).

Ao fazer esta constatação, Appadurai restitui a dimensão cultural em sociedades descritas, geralmente, apenas como econômicas, e insere nas sociedades retratadas quase sempre como de solidariedade, a dimensão calculista. Ele propõe a situação

mercantil das coisas da seguinte maneira: “a situação mercantil na vida social de qualquer ‘coisa’ seja (é) definida como a situação em que sua trocabilidade (passada, presente ou futura) por alguma outra coisa constitui seu traço social relevante” (p. 27).

Assim, a situação mercantil das coisas pode ser decomposta em três formas: “1) a fase mercantil da vida social de qualquer coisa; 2) a candidatura de qualquer coisa ao estado de mercadoria; 3) o contexto mercantil em que qualquer coisa pode ser alocada” (p. 27). Ou seja, para Appadurai, as coisas não recebem valor apenas quando são trocadas, mas elas passam, ao longo de suas vidas sociais (trajetórias) por distintos processos que, em determinados contextos e por determinadas causas, lhes conferem valor enquanto mercadorias, ou seja, enquanto coisas que podem ser trocadas.

O segundo autor é Marshall Sahlins (2003), que tem como objetivo nessa obra realizar uma crítica antropológica às teorias assentadas na idéia de que as culturas humanas são formuladas a partir da atividade prática ou, fundamentalmente, pelo auto-interesse utilitário. Contrapõe-se assim a qualquer espécie de razão prática (inclusive criticando de forma contundente o materialismo histórico marxista) em favor de uma análise da razão “simbólica” ou “significativa”.

No decorrer do livro, utilizando de estudos e pesquisas de outros autores que analisaram aspectos relativos à constituição material e social dos seres humanos ao longo da história, Sahlins critica algumas formulações com o objetivo de demonstrar que o traço distintivo do homem não é extrair do meio sua sobrevivência (material), mas o fato de que o faz de acordo com um esquema significativo criado por si próprio, ou seja, a cultura. Neste sentido, é a cultura que constitui a utilidade, e não o contrário.

1.2.3 A análise sociológica e a emergência de novas formas de sociabilidade

Como se viu a partir deste capítulo, minha proposta de análise da realidade social e econômica das transformações ocorridas na agricultura nas últimas décadas, tem como objetivo ir além das noções e pressupostos da economia clássica, na medida em que toma como importante as dimensões culturais e simbólicas nas quais estas transformações ocorrem. Desta forma, ao analisar as formações dos mercados no interior da Cooperativa, e os mecanismos utilizados pelos agricultores para acessarem/interagirem com estes, adotarei a perspectiva na qual “os mercados passam a ser encarados como formas de coordenação social caracterizada por conflitos,

dependências, estruturas e imprevisibilidades muito distantes da imagem canônica consagrada na teoria do equilíbrio geral” (ABRAMOVAY, 2004, p. 38).

Neste sentido, os mercados são vistos enquanto estruturas sociais, construídas coletivamente e influenciadas não somente através das subjetividades dos agentes econômicos – como enfatiza boa parte da teoria econômica – mas também pelos contextos históricos e culturais, pelas formas de coordenação, pelas representações mentais dos indivíduos em relação uns com os outros, pelas normas e convenções. Portanto, os mercados aqui são concebidos como Instituições, posto que sejam “entidades vivas” situadas historicamente.

A análise do artigo de Abramovay (2004) nos elucidam os pressupostos teóricos adotados pelos autores clássicos da ciência econômica. Como demonstra este autor, antes de construir sua teoria acerca do homem racional (auto-interessado), Adam Smith cria uma espécie de fundamento moral necessário ao exercício deste auto-interesse. Assim, ele separa a análise da esfera econômica das esferas sociais, pois concebe como de domínio particular as ações realizadas pelos indivíduos no interior desta, sob a forma de interesse egoísta, escapando assim da moralidade mais ampla que permeia a sociedade.

Ou seja, “Adam Smith teve que oferecer um fundamento metafísico para a legitimidade ética da busca do interesse individual” (ABRAMOVAY, 2004, p. 39). Esta teria sido a operação decisiva na história das idéias para que a esfera econômica fosse vista, de forma ética, como autônoma da vida social.

Assim, ao abordar a questão do processo de mercantilização na agricultura, verificamos que no interior da produção agrícola e formação social dos agricultores, dois tipos distintos de relações emergem e relacionam-se entre si, sejam elas o que foi chamado de *formais* (mercantilizadas) e *tácitas* (não-mercantilizadas). Assim sendo, torna-se importante abordar o que Mark Granovetter (2007) analisa em seu estudo clássico “*Ação Econômica e Estrutura Social: o problema da imersão*”. Nesse ensaio, o autor avança no debate polarizado entre formalistas e substantivistas, criticando essas duas “escolas” em favor de uma análise conjunta entre as instituições e os indivíduos.

Como vimos a agricultura familiar necessita de uma análise sociológica multidimensional, que abarque tanto as diferentes formas sociais familiares, como também os mecanismos de construção de estratégias dos atores sociais frente às instituições e os mercados. Neste sentido, o estudo realizado por Granovetter (2007), apoiado na teoria de Polanyi, demonstra como as ações econômicas – organização da

produção, estratégias de interação com os mercados e instituições, no caso da agricultura familiar – estão imersas nas relações sociais existentes entre os indivíduos na sociedade – amizade, compadrio, reciprocidade e confiança são exemplos destas relações sociais.

Assim sendo, Granovetter busca demonstrar como as análises da economia clássica e neoclássica sobre as interações entre as instituições e as relações sociais caracterizam-se por uma visão sub-socializada e atomizada da ação humana, conferindo um caráter utilitarista a estas ações. Por outro lado, o autor faz uma crítica à escola substantivista da qual Karl Polanyi é o principal expoente, pois essa concebe o homem sociológico através de uma visão super-socializada, visto que este obedece às regras estruturais que lhes são impostas de forma mecânica. Segundo esta visão, a influência societária no comportamento individual é mecânica.

Desta forma, na concepção super-socializada, tem-se a noção de que as estruturas e as relações sociais são irrelevantes, na medida em que as influências societárias impostas aos indivíduos, como dito acima, são mecânicas: uma vez que se conhece sua classe social ou seu segmento no mercado de trabalho, todo o resto em termos de comportamento é automático, posto que aqueles (os indivíduos) são tão bem socializados.

Ainda em sua análise sobre as determinações históricas que permitiram a emergência destas duas teorias do comportamento humano, Granovetter identifica um problema analítico comum a estas duas concepções um tanto quanto opostas, qual seja, a visão que ambas têm de que as ações e decisões econômicas são conduzidas por atores atomizados, ou seja, nenhuma destas duas análises leva em conta o contexto social no qual os indivíduos, e a própria ação econômica estão inseridos. Nas palavras do autor:

Na abordagem sub-socializada, a atomização resulta de uma busca estritamente utilitarista dos interesses próprios; na super-socializada, deriva da idéia de que os padrões comportamentais são interiorizados e, portanto, as relações sociais existentes exercem efeitos apenas periféricos sobre os comportamentos (2007, p. 6).

Neste sentido, Granovetter (2007) coloca a necessidade de evitarmos a análise das ações humanas em tais perspectivas – sub e super-socializadas – visto que isto implica na atomização dos indivíduos como (a)históricos. Pelo contrário, devemos analisar as ações humanas levando em conta os contextos sociais e as estruturas de relações sociais nas quais estão imersos, posto que os indivíduos de maneira alguma

“adotam de forma servil um roteiro escrito para eles pela interseção específica de categorias sociais que eles por ventura ocupem” (p. 6).

Para fugir desta armadilha analítica, o autor desenvolve um conceito próprio sobre como as ações econômicas realizadas por indivíduos não atomizados, respondem a certas regras e tradições advindas das relações sociais. Este conceito é denominado “imersão” (*embeddedness*) e tem como característica principal a idéia de que analisar o comportamento individual e as instituições de forma separada, como sendo elementos independentes é um grave mal entendido, na medida em que estes são continuamente compelidos pelas relações sociais.

Com relação ao desenvolvimento de relações de confiança nos contextos de mercados competitivos, o autor critica a análise da chamada “Nova Economia Institucional”, a qual percebe as instituições e os arranjos institucionais não mais como um resultado casual de forças legais, políticas, históricas ou sociais, mas apenas como soluções eficientes para determinados problemas econômicos. Neste sentido, esta corrente teórica considera que a má fé nas transações é evitada por estes arranjos institucionais inteligentes, os quais fazem com que o envolvimento com esta má fé seja custoso demais, o que acaba por desencorajar tal relação. É importante notar aqui que estes arranjos institucionais, nesta perspectiva, não produzem confiança, mas representam um substituto formal para ela.

Assim sendo, Granovetter postula que o argumento da imersão enfatiza,

o papel das relações pessoais concretas e as estruturas (ou ‘redes’) dessas relações na origem da confiança e no desencorajamento da má fé. A preferência dominante em fazer transações com indivíduos de reputação conhecida implica que poucos estão realmente dispostos a confiar na moralidade generalizada¹⁰ ou nos dispositivos institucionais para evitar problemas (p. 11).

Ora, no caso da presente pesquisa, com se verá mais adiante na análise dos dados, fica nítida a comprovação das afirmações de Granovetter, na medida em que as relações de transações, tanto no que diz respeito à economia (comércio), ao acesso ao conhecimento (novas formas produtivas) e às relações sociais como um todo, que são realizadas pelos agricultores familiares, privilegiam uma maior confiança no que aqui está sendo chamado de *instituições tácitas*, ou seja, estes indivíduos ao interagirem

¹⁰ Esta moralidade generalizada a qual o autor se refere, seria a explicação de muitos economistas que afirmam que certo grau de confiança precisa existir nas transações econômicas, porém estes não conseguem atribuir de onde viria tal confiança, e por isso fazem uso “à existência de uma ‘moralidade generalizada’” (Granovetter, 2007, p. 10).

entre si e a cooperativa, preferem aquelas transações nas quais a reputação dos indivíduos já são conhecidas, por isso um maior grau de confiança é depositado nos vizinhos, os quais são moradores da mesma comunidade. No caso estudado, são as relações de reciprocidade e interconhecimento que geram a confiança necessária entre os indivíduos.

Assim, ao invés de colocar a emergência da confiança nas relações mercadológicas e transacionais como papel dos dispositivos institucionais ou da moralidade generalizada – como as duas concepções que critica – Granovetter (2007) atribui o surgimento desta a partir das relações sociais. Nas palavras do autor,

A abordagem da imersão para o problema da confiança e da ordem na vida econômica, portanto, se define entre a abordagem super-socializada da moralidade generalizada e a abordagem sub-socializada dos dispositivos institucionais impessoais ao identificar e analisar padrões concretos de relações sociais. Diferentemente das duas alternativas (...), essa visão não produz previsões generalizáveis (e, portanto improváveis) de ordem ou desordem universal, mas sustenta que cada situação será determinada pelos detalhes da estrutura social (p. 14).

Contudo, apesar de ser considerado um dos fundadores da Nova Sociologia Econômica (ABRAMOVAY, 2004; RAUD-MATTEDI 2005), através deste ensaio discutido acima, Granovetter não deixa de estar sujeito a críticas. Como muito bem analisado por Raud-Mattedi (2005), Granovetter pode ser considerado um autor da vertente “teórica” da Sociologia Econômica, em oposição ao pólo “crítico”. Isto porque este autor se aproxima muito das concepções weberianas de mercado e instituições, pois tal como este, desenvolve uma teoria sociológica complementar à teoria econômica.

Assim como Weber (1991), a análise sociológica da economia de Granovetter pode ser definida pela busca do entendimento das ações econômicas realizadas pelos indivíduos. Para Weber (1991, p. 37) a ação econômica é definida como aquela ação “(...) orientada para a satisfação de necessidades definidas pelos indivíduos em situação de escassez”. Percebe-se aqui que nenhum destes autores negam a existência de racionalidade entre os atores. Outro ponto em comum entre eles é a noção de que a ação econômica é uma forma de ação social, e que, portanto, os atores, além de perseguirem objetivos econômicos, também “perseguem objetivos sociais, como a sociabilidade, o reconhecimento, o estatuto e o poder” (RAUD-MATTEDI, 2005, p. 63).

Porém, diferentemente de Weber, que focaliza sua análise da regulação dos mercados e da economia a partir de quatro tipos de causa – tradicional, convencional, jurídica ou voluntária – e que envolve na sua análise dos sentidos das ações sociais uma tipologia das ações, compostas além da forma racional referente a fins, pela ação

tradicional e pela ação afetiva, Granovetter só dá importância a primeira (RAUD-MATTEDI, 2005). Isto faz com que ele substitua o *homo economicus* por um *homo sociologicus* (ibidem, 2005).

Por sua vez, Max Weber (1991; 2004) analisa em seus estudos o desenvolvimento da sociedade moderna capitalista e suas implicações nos sentidos das ações desenvolvidas pelos atores sociais. Assim, ele demonstra como gradativamente, nas relações sociais, vão desaparecendo as formas calcadas no caráter sagrado, ritualista, tradicional, com participação em interesses comuns e harmonia, em favor de relações primordialmente profanas ou seculares, desenvolvendo-se uma racionalidade baseada no individualismo e na especificidade. A sociedade, desta forma vai se desencantando, na medida em que perde suas referências simbólicas e rituais em favor de uma lógica racional assentada nos valores e nos fins.

No contexto agrícola, como se verá, estas transformações são resultado dos processos de modernização e mercantilização social nos quais os indivíduos são postos. As formas de sociabilidade assentadas em valores de comunidade e interconhecimento, típicas do modo de vida colonial dos agricultores, vão dando lugar as relações racionais e individuais. Podemos desta forma auferir, que o processo de mercantilização presente na agricultura, assim como o processo de secularização da sociedade, acaba por “desencantar” as relações entre os indivíduos, inserindo-os em um contexto onde suas referências simbólicas e culturais sofrem um “esvaziamento”, que tem como consequência uma crise em valores de comunidade, como foi argumentado na introdução deste trabalho.

1.3 A reciprocidade como instituição

Como já referido anteriormente e através das análises dos autores acima discutidos podemos afirmar que as relações econômicas estão imersas e inscritas nas relações sociais. Todavia, uma pergunta ainda permanece sem resposta: qual é a origem desses valores sociais nos quais a economia está imersa?

Como muito bem indicado por Eric Sabourin (2010), Polanyi não avança na sua análise no sentido de explicar as origens desses valores sociais nos quais a economia está imersa. Para esse autor, o limite das análises de Polanyi não está em sua constatação de que o econômico está imerso no social, mas, pelo contrário, de que ele

nunca propôs uma diferenciação entre troca (que não considerava uma categoria geral relevante) e redistribuição e reciprocidade. Fazendo isso, Sabourin (2009) afirma que

(...) o reconhecimento de uma co-existência dialética entre princípio de troca e princípio de reciprocidade confirma a natureza, por vezes híbrida, de tantas situações econômicas contemporâneas (...). A reciprocidade não se mistura à troca, e vice-versa. No melhor dos casos elas convivem; e, muitas vezes, uma domina a outra (p. 267/268)

Neste sentido, se tomarmos as relações (estruturas) de reciprocidade como instituições, que são caracterizadas por relações de natureza tácitas, constantemente (re)atualizadas pelos indivíduos e utilizadas por esses como formas de estratégia, poderemos auferir que a origem do laço social, da vida social, são as estruturas de reciprocidade. Sabourin (2010) reivindica a análise das organizações camponesas a partir de uma ótica baseada nas estruturas de reciprocidade. Ao apoiar-se nas teorias de diversos antropólogos que se preocuparam com a economia, nomeadamente os estudos recentes de Temple e Chabal, o autor demonstra como as diferentes estruturas de reciprocidade geram valores sociais específicos que dão estabilidade às relações econômicas.

As relações de reciprocidade geram valores específicos de acordo com as diferentes estruturas nas quais são analisadas, e podem atuar em três níveis distintos: o real, o simbólico (a linguagem) e o imaginário (as representações) (SABOURIN, 2010). Para Temple e Chabal (*apud* SABOURIN, 2010) a reciprocidade não seria desinteressada (como a dádiva de Mauss), mas teria como característica uma preocupação pelo outro. Assim sendo, as relações de reciprocidade simétrica (as quais geram valores como amizade e confiança) diferem das relações de troca recíprocas (que tem mais a ver com a satisfação dos interesses de cada parceiro).

Portanto, a reciprocidade faz aparecer entre os indivíduos uma espécie de realidade espiritual, o Terceiro incluso¹¹, de onde emerge a função simbólica. A troca, por sua vez realiza uma complementaridade de interesses, e no máximo pode ser reduzida as coisas trocadas.

Essas relações de reciprocidade podem ser consideradas como formas de resistência camponesa na medida em que são capazes de gerar práticas econômicas que mobilizam valores éticos, humanos e afetivos, e não estritamente mercantis. Essas

¹¹ Esse “Terceiro incluído” é desenvolvido por Scubla (*apud* SABOURIN, 2010) e tem como intuito demonstrar como a economia da reciprocidade tem seu próprio valor (nascido de uma relação intersubjetiva), resultando num valor econômico que não é o valor de troca (nascido de uma relação objetiva). Também, essa idéia permite a análise da reciprocidade através de sua lógica ternária (p. 30)

relações produzem bens materiais e imateriais, além de valores simbólicos, poder e sentimentos.

Meu objetivo não é adentrar na análise das diversas estruturas elementares ou fundamentais de reciprocidade, mas apenas demonstrar como são elas que são capazes de gerar valores diferentes, que são resultado das três formas de reciprocidade (o real, o simbólico e o imaginário) que lhes conferem imaginários diferentes.

Assim, conforme Sabourin (2009, p. 58/59) as estruturas de reciprocidade simétricas geram valores éticos e afetivos. Dentre as principais estruturas temos:

- a) As estruturas de reciprocidade binárias: relações de aliança (casamento, compadrio, etc.) estabelecidas entre indivíduos, famílias e grupos. A relação de reciprocidade binária simétrica gera a amizade (relação face-a-face). Já a relação de reciprocidade binária assimétrica traz prestígio ao doador e submete o donatário através da obrigação (dádiva agonística, *potlach* de Mauss).
- b) As estruturas de reciprocidade ternárias: envolvem pelo menos três partes. Essa pode ser unilateral (dádiva intergeracional da relação pais e filhos) a qual gera o sentido de responsabilidade. Ou pode ser bilateral (compartilhamento de recursos comuns), as quais produzem confiança e justiça.
- c) As estruturas de reciprocidade centralizadas: aqui as decisões e prestações são distribuídas por um centro de redistribuição (o chefe, o rei, o poder religioso ou o Estado). Nessa estrutura a confiança torna-se obrigação e obediência ao centro redistribuidor.

Neste sentido sigo, portanto, a afirmação de Eric Sabourin (2010, p. 30), “a teoria (aqui) proposta considera não as três formas da economia como Polanyi, mas dois princípios econômicos ao mesmo tempo opostos e complementares: o princípio da reciprocidade e o princípio da troca (...)”.

Essa teoria é semelhante às duas categorias que defini para analisar a realidade social dos agricultores associados à cooperativa. Ela estará presente, norteando a análise dos dados empíricos descritos no capítulo quatro. Também analisarei duas instituições estruturantes da reciprocidade no caso estudado, exemplificadas pelo compartilhamento de recursos (empréstimo de maquinário, troca de conhecimentos) e pela ajuda mútua (grupos de trabalho para produção de silagem, ajuda nas colheitas e plantio) entre os agricultores de Três de Maio.

Capítulo 2: As instituições e a agricultura familiar em um contexto rural em transformação: a Região Noroeste

A região Noroeste do estado do Rio Grande do Sul foi ocupada predominantemente por descendentes de italianos e alemães que migraram das chamadas “colônias velhas” em busca de melhores condições e maior número de terras para produzirem.

Na origem, a agricultura praticada nesta região era aquela caracterizada como colonial. Este sistema produtivo pode ser caracterizado brevemente por uma agricultura governada quase exclusivamente pela família e pela sua relativa autonomia em relação ao contexto social e econômico (GAZOLLA, 2004). Neste sistema produtivo, o mercado existia na forma de vínculos pessoais e personalizados com os vizinhos, com os comerciantes locais e com os mercados locais e/ou regionais de gêneros alimentícios, quando estes existiam.

As formas de cultivo dos colonos eram extremamente primitivas, caracterizadas por um sistema de exploração das terras através de queimadas, sendo que com o esgotamento de determinada área, migrava-se para outra região de mata, onde esta era derrubada novamente e iniciado o cultivo. Os gêneros produzidos eram principalmente para subsistência, e dentre os mais importantes destacavam-se o milho, a batata-inglesa, o feijão preto e a mandioca (GAZOLLA, 2004). Havia também a criação de pequenos animais, tais como porcos e galinhas.

Resumidamente, o modo de vida colonial pode ser definido como “uma forma de produzir e uma forma de sociabilidade, implementada pelos colonos, configurando uma estrutura social e econômica” (SCHNEIDER, 1999, p. 21). Neste modo de vida, as formas de sociabilidade davam-se entre os agricultores e suas famílias com o ambiente externo, no qual as relações de parentesco, vizinhança, solidariedade, as práticas religiosas e as festas comunitárias exerciam um papel extremamente significativo. Já a produção era pautada pela exploração e expansão das terras para matas ainda virgens, pelo uso de ferramentas rudimentares e pela produção das necessidades da família, sendo apenas o excedente trocado ou vendido no mercado.

Esse modelo, todavia, entra em crise a partir da década de 1930, pela soma de fatores tais como o aumento (pressão) demográfico das famílias por lote de terra; o fracionamento das propriedades entre os familiares (pois essas geralmente eram

repassadas através de herança); o esgotamento dos solos; a falta de novas terras que permitissem a expansão das atividades produtivas; e a própria defasagem do modelo produtivo.

Essa crise de reprodução da agricultura colonial é substituída por uma fase na qual a especialização produtiva começa a tomar forma, e torna-se prática corrente entre os agricultores. A melhoria das condições de infra-estrutura e tecnológicas permite a introdução de algumas culturas comerciais, tais como o trigo e a soja, na região Noroeste do Rio Grande do Sul.

Uma segunda etapa de crise pode ser identificada a partir dos anos 1960, onde a inserção dos agricultores nos mercados passa a ser mais constante. Somadas aos outros fatores que determinaram a crise deste modelo está o processo de modernização da agricultura, que é imposto a todas as regiões do país como modelo de desenvolvimento agrícola.

No contexto do município de Três de Maio, pode-se dizer que a agricultura, até meados dos anos 50, era baseada nas características da agricultura colonial, onde a produção do trigo era a principal cultura. Estes colonos também produziam, em rotação com o trigo, o grão da soja, que era utilizado como fonte de proteína na alimentação de suínos e como adubo (SCHLESINGER & NUNES, 2008). Contudo, com o desenvolvimento das cooperativas¹² e o aumento da produção de aves e suínos em nível nacional, o farelo de soja passa a ter uma demanda crescente, e as condições climáticas favoráveis contribuem para a difusão da plantação em escala comercial da soja na região da grande Santa Rosa, da qual Três de Maio faz parte. Neste avanço, a soja passa a ocupar os espaços anteriormente destinados à lavoura de subsistência e ao mercado interno.

A crise do modelo colonial pode ser identificada, neste município, através do desenvolvimento da produção de soja em escala comercial, o que passa a ocorrer a partir das décadas de 1950/60. É nesta época que podemos falar da transformação dos elementos de reprodução e produção social e econômica dos colonos, onde as

¹² Anteriormente à fundação da COTRIMAIO, que é aqui objeto de estudo, já existia na região diversas cooperativas, principalmente voltadas para a produção de trigo e soja em menor escala. Dentre as mais importantes estão a COTRISA – Cooperativa Triticola Regional Santo Ângelo (fundada em 1956 no município de Santo Ângelo); a COTRIJUI – Cooperativa Triticola Serrana Ltda (fundada em 1957 no município de Ijuí); e a COTRICAMPO – Cooperativa Triticola Mista de Campo Novo (fundada em 1967 no município de Campo Novo). Pode-se afirmar que estas experiências influenciaram diretamente a fundação da COTRIMAIO, pelos agricultores três-maienses em 1968.

estratégias de reprodução são convertidas de uma agricultura colonial para uma agricultura familiar mercantilizada (CONTERATO, 2004).

Para Navarro (2002) esta expansão da produção de soja constitui-se como o principal fenômeno da constituição da “agricultura moderna” no Sul do Brasil. Para este autor, quatro são os principais fatores determinantes das mudanças tecnológicas e da incorporação econômica dos agricultores na região sul. Além da introdução da produção da soja, a qual impulsionou a economia destas regiões e “monetizou o mundo rural como nenhum outro dos demais processos produtivos (...) e, da mesma forma, foi o que mais colaborou para a mercantilização geral desses ambientes sociais, diretamente ligados à agricultura ou indiretamente a ela relacionados” (NAVARRO, 2002); a transformação rápida de zonas comerciais pré-existentes, através da ação governamental por meio de crédito e financiamentos fartos, contribuindo para a implantação das formas capitalistas (a produção de café no norte do Paraná, e a produção de arroz na metade meridional do Rio Grande do Sul são exemplos); o terceiro fator é a expansão notável das agroindústrias integradas criadoras de aves e suínos (principalmente no Oeste catarinense e na Serra gaúcha); e o quarto e último fator representativo do processo de mercantilização da agricultura familiar, e considerado pelo autor o mais débil de todos, são aquelas regiões que ficaram de fora deste processo (a metade Sul do Rio Grande do Sul e a região Oeste deste estado), o que contribuiu para o aumento das assimetrias entre elas.

Note-se que a região noroeste gaúcha, aqui objeto de estudo, encontra-se entre uma das maiores produtoras de soja do país (SCHLESINGER E NUNES, 2008). Portanto, constitui-se como um contexto no qual a mercantilização da vida social pode ser considerada como uma das mais fortes e consolidadas da região sul.

2.1 A modernização da agricultura e suas repercussões

As transformações sociais ocorridas no meio rural brasileiro iniciam a partir da década de 1960 com a implantação do pacote tecnológico da Revolução Verde, trazendo profundas modificações nas formas de produção e reprodução da agricultura no país. Estas transformações afetam especialmente as formas familiares, compostas por pequenos produtores rurais (denominados no Brasil, a partir dos anos 90 de

“agricultores familiares”¹³), os quais além de sentirem as mudanças nas formas de produção (base técnica) deparam-se com uma radical transformação de seus modos de vida.

De maneira geral, as transformações ocorridas no plano econômico podem ser caracterizadas através das mudanças ocorridas na base tecnológica da agricultura, que introduz a utilização de insumos industriais na produção agrícola. Este processo faz com que a produção e reprodução das relações produtivas e de trabalho passassem a depender da inserção dos agricultores na economia de mercado. Podemos afirmar que esse processo se consolida com a crise do modelo colonial de produção em favor de uma agricultura familiar mercantilizada, descrito anteriormente.

Para Delgado (1985) o final dos anos 60 marca um momento de transição entre duas fases do desenvolvimento rural no Brasil: por um lado, inicia-se um processo de forte mudança na base técnica da agricultura, que modifica a relação desta com o “laboratório natural da terra e da força de trabalho rurais” (p. 19), e por outro, intensifica-se um processo de migração e intensa urbanização no país, crescendo drasticamente a oferta de empregos não agrícolas e a demanda por alimentos.

Outra característica importante desse processo de mudança na base técnica da agricultura brasileira, e que segundo Graziano da Silva (1996) permitiu a sua consolidação de fato, foi a internalização, pelo mercado brasileiro, do setor industrial produtor de bens de capital e insumos básicos para a agricultura (o chamado D1). É a partir dessa internalização que o processo de “industrialização da agricultura” é consolidado.

Como consequência, o consumo intermediário¹⁴ aumenta de forma significativa sua participação no valor bruto da produção agrícola, sendo que essa passa a depender cada vez mais de compras (intra e intersetoriais) para que possa se efetivar. “Em outras palavras, o processo de produzir se torna cada vez mais complexo, mais dependente da produção de outros setores da economia, mais intensivo no uso de capital fixo e circulante” (GRAZIANO DA SILVA, 1996, p. 22).

¹³ Defino este grupo com relação ao conceito difundido por Abramovay, para o qual existiriam três características básicas que definiriam a constituição deste grupo, quais sejam, o fato da gestão, da propriedade e da maior parte do trabalho serem atribuídos à família, ou mais precisamente “a indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou casamento” (Abramovay, 1999, p.3).

¹⁴ O consumo intermediário nada mais é do que a soma dos gastos para realização da produção, tais como manutenção de maquinário, compra de insumos/adubos, compra de sementes, etc.

Essas foram as transformações ocorridas no plano econômico com a modernização agrícola. Mas e no plano social? Quais foram as mudanças significativas para a população e suas implicações nas formas culturais e simbólicas? Que alterações os modos de vida dos agricultores sofrem com uma mudança tão profunda e rápida nas formas de produção (base técnica)?

Basicamente, no plano social, este processo levado a cabo no Brasil trás consigo uma série de mudanças nas formas tradicionais típicas de organização e gestão do trabalho familiar¹⁵. O saber-fazer histórico das populações rurais dá lugar a formas de produção mais integradas e dependentes do mercado e da economia externas à unidade de produção. Os conhecimentos tácitos dos agricultores dão lugar há um conhecimento dito “científico”, caracterizado pelo planejamento, controle e tecnificação da produção. Cada vez mais a reprodução social e econômica destes está condicionada a fatores da “porteira pra fora”, com os quais os agricultores passam a interagir.

Como define Van der Ploeg (1992), a absorção por parte dos agricultores do progresso técnico na agricultura a partir da modernização, que gradualmente substitui as antigas técnicas de produção, acaba por gerar uma “cientificização”, que além de interferir e modelar a produção agrícola também resulta no crescimento da externalização e das relações mercantis aos agricultores. Contudo, apesar desse processo de “cientificização” impelido aos agricultores submetê-los de alguma forma ao capital, este contribui significativamente para a manutenção da reprodução social da agricultura familiar em contextos extremamente mercantilizados – como no caso de Três de Maio – posto que permita um aumento significativo da produção e uma diminuição da exigência de mão-de-obra para o trabalho agrícola (GRAZIANO DA SILVA, 2003). Podemos dizer, portanto, que uma agricultura familiar mercantilizada não necessariamente signifique uma agricultura familiar fragilizada

Essas modificações, no entanto, não ficam restritas ao ambiente interno da família rural, mas podem ser verificadas tanto em âmbito local/comunitário, onde se relacionam os agricultores entre si, quanto a nível mais geral, onde tais relações se dão entre agricultores e instituições mediadoras, ou entre estes e o Estado.

¹⁵ Considero como “formas tradicionais e típicas” de gestão do trabalho e formas de organização/sociabilidade na agricultura, as cinco características principais nas quais se assentavam as sociedades camponesas, tal com descritas por Mendras (1978) (ver também WOLF, 1976), a saber: relativa autonomia em relação à sociedade global; importância estruturante do trabalho familiar e do grupo doméstico; sistema econômico diversificado, em parte autônomo, em parte ligado a diferentes mercados; relações de interconhecimento e; existência de mediadores entre comunidades locais e sociedade global.

Na região Sul do Brasil, a modernização da agricultura também se caracterizou por processo através do qual os habitantes do meio rural foram integrados aos diferentes mercados a partir da década de 1960. Essa integração acelerou processos de incorporação institucional e fez emergir novos campos de disputas e conflitos para a consolidação da reprodução social destes indivíduos, o que gerou novas formas de racionalidade e comportamentos sociais (NAVARRO, 2002). A abrangência e a intensidade deste processo de transformações da estrutura social tiveram como reação a emergência de novas formas de representação de interesses e novos formatos organizativos.

Gradualmente (a partir deste período) foi sendo materializada uma nova sociabilidade, “a qual vem se distanciando rapidamente do passado estritamente rural e marcadamente agrícola nesta região” (NAVARRO, 2002, p. 3). Esta nova forma de sociabilidade está estritamente ligada à mercantilização da vida social.

2.2 A mercantilização da vida social: novo estilo de agricultura e nova racionalidade

Van der Ploeg (1992; 2008) define como “mercantilização social da agricultura”, o processo caracterizado pela dependência cada vez maior dos agricultores familiares dos mercados e instituições externas à propriedade, implicando numa reordenação (ou reorganização) destes em relação às formas de interação social. As bases nas quais a família retirava suas condições, materiais e simbólicas, alteram-se de forma significativa.

Isso não quer dizer que a agricultura familiar, no passado, não interagisse com os mercados, porém, como em outras regiões (CONTERATO, 2004) seu grau de mercantilização era menor.

Essa externalização dos fatores de produção implica num aumento da individualização e profissionalização dos agricultores familiares, o que acaba por torná-los dependentes do mercado mundial de preços e das novas tecnologias, sem as quais sua reprodução produtiva não será garantida. Ploeg (1992) afirma que o resultado desse processo de dependência é que cada vez mais, e em menor espaço de tempo, o agricultor necessita se “atualizar” tecnologicamente e “renovar” seus vínculos com os mercados, pois a cada ano agrícola necessita adquirir novos insumos produtivos

indispensáveis à produção (os quais estão sujeitos às variações de preços do mercado agrícola global).

Norman Long (2007) também se dedica ao estudo dos processos de diferenciação e transformação da agricultura e dos agricultores através da consolidação da mercantilização social no sistema capitalista. Para ele, o conceito de mercantilização¹⁶ surge a partir da necessidade de aprofundar a análise sobre economia política e troca de mercadorias dentro da agricultura. Esta necessidade advém do contraste das interpretações consideradas clássicas da análise econômica dentro das unidades de produção familiares da agricultura, buscando, neste sentido ir além do modelo leninista de diferenciação, o qual previa o fim das formas camponesas de produção com o advento das práticas capitalistas de acumulação dentro da agricultura, e também de superar a análise chayanoviana que acentuava a lógica interna e a viabilidade das formas de organização camponesas dentro do sistema capitalista (LONG, 2007).

Long (2007, p. 186) propõe que o conceito de mercantilização deve ser compreendido como abrangente dos diferentes valores sociais e culturais existentes nos distintos contextos aos quais a agricultura e o processo de produção agrícola estão inseridos. Segundo ele, mercantilização iria muito mais além que o simples ato da troca de mercadorias, e seria constituída como um processo social amplo, dentro do qual as estratégias e tomadas de decisões dos atores sociais obedeceriam a certas dinâmicas territoriais.

Por constituir-se como um processo histórico, a noção de mercantilização deve levar em conta as diferenças existentes na história da expansão do capitalismo, a qual ocorreu de forma extremamente heterogênea, conferindo à mercantilização diferenças contextuais e temporais.

A principal contribuição desta noção está no fato de que ela traz a análise das formas de produção simples de mercadorias, no meio rural, para o interior dos processos

¹⁶ Segundo Long (2007), este conceito seria caracterizado pelos “procesos por los cuales la noción de ‘valor de intercambio’ – no necesariamente a expensas del ‘valor de uso’ – desempeña un creciente papel evaluativo y normativo de la vida económica de una unidad social dada (...). A diferencia de la noción de comercialización, que se enfoca en los procesos por los cuales los productos adquieren valor de intercambio mediante las relaciones de mercado, la mercantilización tiene un alcance más amplio, ya que se aplica a todas las fases diferentes de producción y reproducción. Por lo tanto, la mercantilización no sólo cubre los procesos por los cuales se valoran los bienes en el mercado, sino también los que moldean el consumo, producción, distribución, intercambio, circulación y patrones de inversión, valores y conductas culturales” (p. 185/186).

econômicos capitalistas de acumulação. Desta forma, estes estudos estariam demonstrando como a inserção crescente das formas agrícolas de produção nos mercados estaria influenciando os modos de vida rurais dos agricultores, na medida em que estes dependem cada vez mais dos mercados e do capital para sua reprodução social.

Contudo apesar de afirmar a influência da mercantilização nas formas de produção e modos de vida dos agricultores, o autor afirma que este processo não implica que todas as etapas da produção (vida econômica), ou as tomadas de decisões (estratégias de sustento) estejam “mercantilizadas”, ao passo que estes atores sociais diretamente envolvidos no processo obtêm importantes fatores de produção (tais como terra, trabalho, conhecimento agrícola) a partir de relações não mercantilizadas (amizade, reciprocidade, parentesco) (LONG, 2007, p. 199).

Como se vê, o processo de mercantilização social ocorrido na agricultura, apesar de constituir-se de forma geral, não domina todas as esferas ou formas de interação nas quais os agricultores estão inseridos e com as quais se relacionam. Pelo contrário, há determinados espaços e contextos nos quais as relações mercantilizadas não são capazes de penetrar, seja por empecilho de questões culturais ou tradicionais, seja porque os agricultores estão a todo o momento (re)atualizando práticas baseadas em formas de sociabilidades calcadas em relações de reciprocidade, amizade, confiança, parentesco, as quais atuam como uma espécie de estratégia frente esse processo geral de dependência ao qual estão expostos.

Ou seja, estas formas não mercantilizadas de acesso à produção e comercialização dos produtos, conferem aos agricultores familiares uma “autonomia relativa” (PLOEG, 2008), posto que se pensarmos que estes assumem uma perspectiva ativa neste processo verificaremos que são eles mesmos que interagem e ordenam estes novos fatores, o que lhes permite o controle da organização do seu trabalho. Sendo assim, a análise da teoria da mercantilização impõe à necessidade de se levar em conta a maneira pela qual as instituições não capitalistas (chamadas neste trabalho de *instituições tácitas*) e as formas culturais servem de mediação entre o processo de mercantilização e os modos de vida dos agricultores familiares.

Isto quer dizer que apesar da mercantilização imposta aos agricultores determinar em grande parte as suas estratégias de reprodução social, ela sofre uma espécie de “filtro”, onde as formas culturais e as *instituições tácitas* são utilizadas por eles para determinar de que forma esta reprodução social se dará. Apesar de a

mercantilização ser dominante e muitas vezes subjugar os agricultores, eles conseguem “driblá-la”, utilizando-se das relações de reciprocidade e do seu saber-fazer cultural. É neste sentido que as formas tácitas e culturais atuam como mediadoras das formas capitalistas de sociabilidade, representadas pelo processo de mercantilização.

Além disso, a busca por novas formas de organização, tanto econômica quanto produtivas, decorrentes do processo de modernização da base técnica da agricultura, leva os agricultores familiares a desenvolver práticas de reciprocidade e confiança dentro de suas localidades, desenvolvendo de forma significativa relações não mercantilizadas, o que implica em inúmeros estilos e formas de se fazer agricultura. (CONTERATO, 2008; PLOEG, 2008).

São essas diferentes formas ou estilos de agricultura que permitem aos agricultores familiares sua adequação frente aos contextos locais nos quais estão inseridos. Em estudo realizado na região das Missões, Niederle (2007) faz uso deste conceito de estilos de agricultura para analisar as diferentes estratégias adotadas pelos agricultores familiares.

Este conceito está intrinsecamente ligado a três componentes estruturadores dos modos de vida agrícolas: as normas, as práticas e as relações com os mercados estabelecidas pelos agricultores e suas famílias. Segundo o autor (NIEDERLE, 2007) esta análise parte do princípio de que os agricultores possuem um papel ativo frente ao processo de mercantilização, e que os resultados das transformações dos modos de vida; das formas de produção; das relações comunitárias, trazidos por esse, se devem mais ao processo conflitivo “onde os agricultores desenvolvem um conjunto de respostas diferenciadas, congruentes às suas condições socioeconômicas e repertórios culturais historicamente reproduzidos, do que ao resultado de uma imposição estrutural” (p. 25)

Neste sentido, o autor identifica três estilos de agricultura dentre os agricultores do município de Salvador das Missões. O primeiro diz respeito ao conjunto de agricultores altamente tecnificados e signatários do processo de modernização, especializados na produção de soja e trigo em grande escala. O segundo estilo refere-se aos agricultores também associados ao projeto modernizador, porém menos tecnificados e menos integrados aos mercados como os anteriores. E o terceiro e último estilo, mais complicado de classificar, seriam aqueles agricultores que estão em níveis intermediários de tecnificação e mercantilização, e que estão desenvolvendo uma gama diversa de estratégias reprodutivas que vão de encontro aos princípios da modernização (NIEDERLE, 2007, p. 146).

Assim sendo, concorda-se aqui com Navarro (2002) quando este afirma que a mercantilização, além de conformar novas relações de trabalho e novas formas de produção, foi responsável pela emergência de uma “nova atmosfera” de relações culturais, sociais e simbólicas, materializadas gradualmente numa nova sociabilidade, desconectada da agricultura do passado.

2.3 Esquema de análise e perspectiva analítica para tratar o tema/problema

Assim, para tratar das transformações ocorridas nas formas de sociabilidade no interior da agricultura familiar, analisando até que ponto os valores, crenças e percepções de vida são modificados com a mercantilização da vida social, adoto a perspectiva analítica desenvolvida por Karl Polanyi (1980).

Este autor, ao desenvolver os elementos para sua ciência econômica comparada, busca evidências que demonstrem que as relações econômicas, tais quais a teoria neoclássica desenvolve, não são passíveis de existência em sociedades “primitivas” (pré-mercantis), posto que a teoria econômica – seus princípios fundamentais – só se aplicam à moderna economia de mercado.

Ao afirmar isso o autor demonstra como nas sociedades pré-mercantis as relações econômicas encontravam-se imersas (*embedded*) e enraizadas nas relações sociais; e a economia não constituía uma esfera distinta e capaz de determinar a vida dos seres humanos. Apenas na Europa do século XIX é que a economia se “desincrustou” (POLANYI, 1980) da estrutura social, os motivos econômicos libertaram-se do domínio social e teve início um movimento no qual as considerações econômicas passaram a dominar a sociedade.

Neste sentido, Polanyi (1980) ao identificar os três padrões principais (“formas de integração) que conferem estabilidade à economia ao longo da história das sociedades humanas, descritos no capítulo anterior, contribui de forma significativa para a teoria da economia política ao demonstrar que a troca (de equivalentes) não é a única forma de socialização e que a separação da economia e do trabalho do campo global da vida, representam um fenômeno recente, limitado à sociedade capitalista.

Ou seja, o desenvolvimento da moderna sociedade de mercado sempre esteve atrelado a estas três formas de integração, sendo que historicamente uma teve domínio sobre a outra. Essa idéia permite pensar que, diferentemente das teorias marxistas – que pregavam o domínio exclusivo das formas mercantis capitalistas no interior da

agricultura com a consolidação deste sistema – e das teorias antropológicas culturalistas – as quais conferem importância exclusiva aos dispositivos culturais acessados pelos atores na sua ordenação do mundo – verifica-se uma co-existência entre diferentes formas de integração e socialização, apesar de que em determinados contextos e situações históricas, uma sobressaia-se sobre a(s) outra(s).

Desta forma somos levados a crer que as formas de sociabilidade típicas do campesinato estão convivendo com as formas mercantis de sociabilidade decorrentes do processo de secularização social advindas do desenvolvimento e consolidação do sistema capitalista (WEBER, 2004), apesar de estas serem dominantes sobre aquelas.

Também parto do princípio de que estes dois tipos de instituições que estou definindo, são capazes de gerar (ou orientar) formas de ações sociais dentro das categorias criadas por Weber (1991). Ou seja, se predominam as *instituições formais* na conformação das relações entre os agricultores e a cooperativa, estes tendem a agir de forma racional referente a fins (de acordo com expectativas de outras pessoas, utilizando estas expectativas como condições ou meios para alcançar seus objetivos pessoais); ou de forma racional referente a valores (crença consciente no valor, qualquer que seja sua interpretação). Já se, por outro lado, são as *instituições tácitas* que predominam na estruturação de suas relações com a cooperativa, estes tendem a orientar suas ações de modo afetivo (emocional); ou de modo tradicional (por costume arraigado) (Veja figura 1).

Os agricultores familiares ordenam suas formas de sociabilidade através das instituições tácitas e formais, conforme os sentidos das setas. Todavia, estas instituições estão imersas no ambiente econômico e social, representados pelos princípios de troca e reciprocidade, que se relacionam dialeticamente, em determinados contextos um dominando o outro. Assim, estas formas de interação social, que se relacionam com o ambiente socioeconômico dos agricultores e estruturam um princípio de reciprocidade ou de troca, acabam influenciando (gerando) distintos tipos de ação social.

Sobre esse processo Karl Marx e Max Weber, apesar de adotarem pontos de vista diferentes, evidenciaram que a secularização produzida pelos processos de mercantilização no capitalismo são responsáveis pela emergência de uma sociabilidade baseada em *instituições formais*, tais como os mercados e o dinheiro. Contudo, existem evidências consistentes indicando que as *instituições tácitas* tais como o interconhecimento e a reciprocidade, não deixaram de ter seu papel ordenador do tecido social, principalmente no interior das famílias rurais.

Ou seja, o processo de mercantilização altera e transforma as formas de sociabilidades típicas, todavia apesar disso, essas relações continuam ordenando a vida social dos agricultores, e em alguns casos até mesmo se fortalecendo (RADOMSKY, 2006; SABOURIN, 2009).

Em trabalho realizado no município de Veranópolis, Rio Grande do Sul, Guilherme Radomsky (2006) analisa como a reciprocidade e as redes sociais entre os indivíduos estão na base do desenvolvimento deste município. O autor identifica cinco redes de reciprocidade e trabalho distintas, que estão vinculadas: 1) ao mercado de trabalho na indústria de calçados/artigos esportivos; 2) às indústrias de microfusão; 3) aos fruteiros; 4) às vinícolas e 5) aos produtores ecológicos. Assim, o autor demonstra que estas redes sociais têm, neste município, raízes históricas, amparadas nas relações de parentesco e proximidade características da sociabilidade do modo de vida colonial.

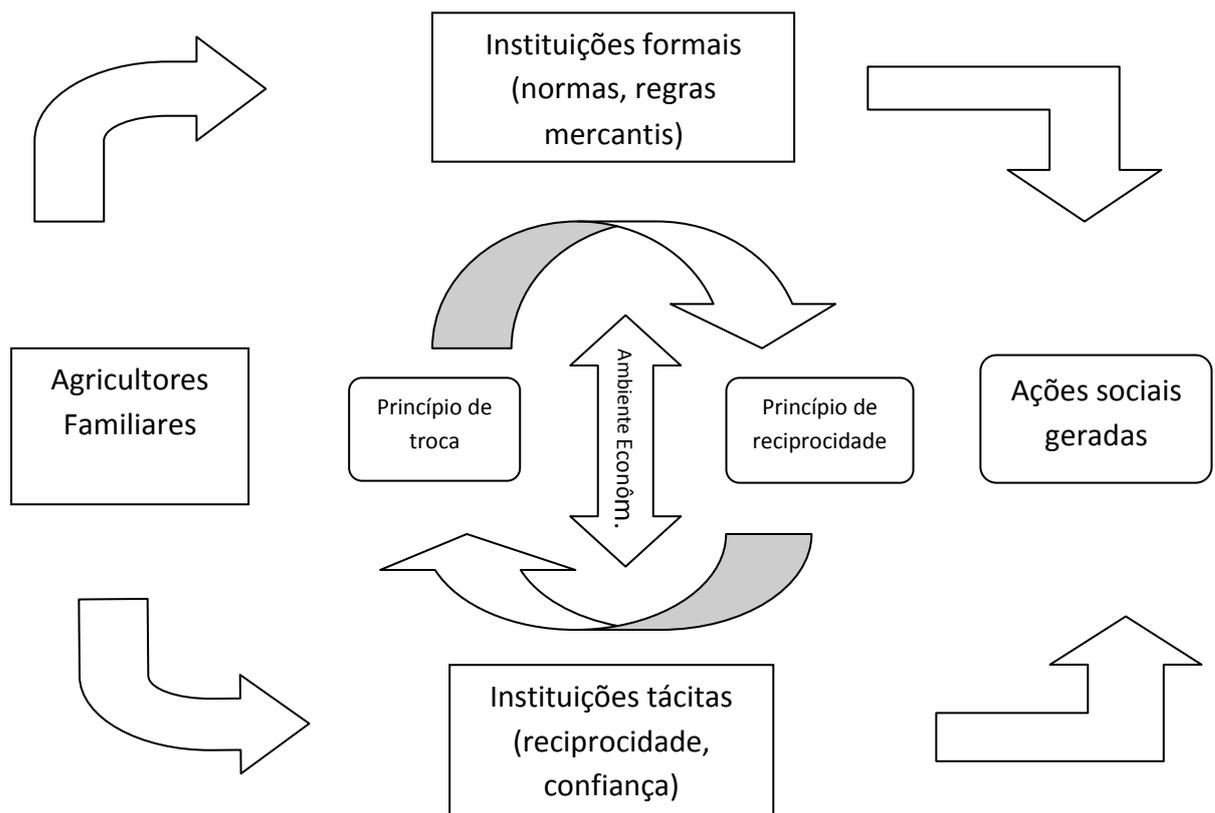


Figura 1: Modelo de análise do Problema Social

Radomsky (2006) demonstra como as relações de reciprocidade e interconhecimento que fundamentavam as redes sociais são afetadas pelo processo de

mercantilização social e econômica verificado na agricultura, caracterizando diferenças sensíveis segundo o tipo de atividade, as características das relações de trabalho, as formas de hierarquia e concorrência.

Contudo, apesar destas transformações, para o autor, são justamente as relações de reciprocidade, proximidade e parentesco os mecanismos para a formação das redes sociais de trabalho e sociabilidade. São estas redes que estruturam as relações de trabalho entre os indivíduos, regulando os mercados, a concorrência econômica e os conflitos locais, contribuindo na dinamização das economias rurais e urbanas do território do município de Veranópolis.

Outro estudo que demonstra como as formas de sociabilidade típicas do campesinato ainda estão se mantendo é desenvolvido por Eric Sabourin (2009), na região Nordeste do país. Este autor analisa as iniciativas dos agricultores familiares na constituição de práticas organizativas (o que denomina de “dispositivos coletivos”). Para ele, estas práticas além de visarem a produção de valores materiais destinados à troca mercantil, também contribuem para a produção de valores materiais de uso associadas à produção de valores afetivos (amizade, respeito) e éticos (confiança, responsabilidade, justiça, equidade, etc.). Ou seja, ao organizarem-se ou adotarem determinadas práticas de interação, os agricultores não utilizam estritamente de relações capitalistas, ou de valores racionais, mercantilizados; mas também fazem uso das práticas culturais, da tradição e de relações e formas de sociabilidade calcadas na reciprocidade, na proximidade e nos laços de parentesco.

Apesar de encontrarem-se em um ambiente fortemente mercantilizado, os agricultores familiares do município de Três de Maio, como demonstrarei, fazem uso de formas de trabalho assentadas em relações de amizade e compadrio, onde as trocas de serviços entre os vizinhos são expressões da manutenção de suas sociabilidades tradicionais.

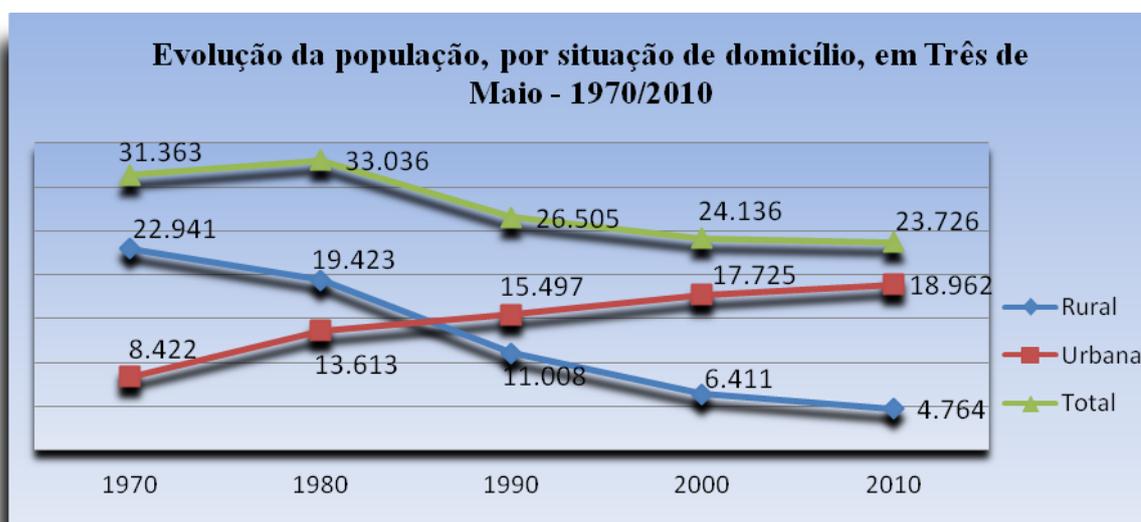
Capítulo 3: Mudança social e repercussões institucionais

3.1 O contexto mais geral da mudança social: o município de Três de Maio

O município de Três de Maio encontra-se na região noroeste do estado do Rio Grande do Sul, mais precisamente na sub-região Fronteira Noroeste. A região também é conhecida historicamente como região celeiro, posto que seja tradicional produtora de grãos e pioneira no cultivo de soja no Brasil.

Sua população total é de 23.726 habitantes (Gráfico 1), sendo que dentre estes 18.962 encontram-se na área urbana, e 4.764 na área rural. No gráfico abaixo podemos perceber a evolução da população do município ao longo dos últimos quarenta anos. Conforme nota-se, neste município, a população urbana veio a superar numericamente a população rural em meados da década de 1980, relativamente tarde se comparado com a tendência ocorrida no país e no estado do Rio Grande do Sul, onde esta superação se dá já na década de 70.

Os habitantes da área rural do município estão dispersos em 2.075 estabelecimentos agropecuários, sendo que destes, 1.768 (85,20%) são considerados familiares (dados do IBGE).



Fonte: Censos Demográficos IBGE

Gráfico 1: População, por situação de domicílio, no município de Três de Maio/RS – 1970/2010

A estrutura fundiária do município é predominantemente de propriedades familiares, pois de acordo com os dados do gráfico 2, verifica-se que 86% dos produtores possuem menos de 50 hectares, o que caracteriza uma produção em pequenas áreas.

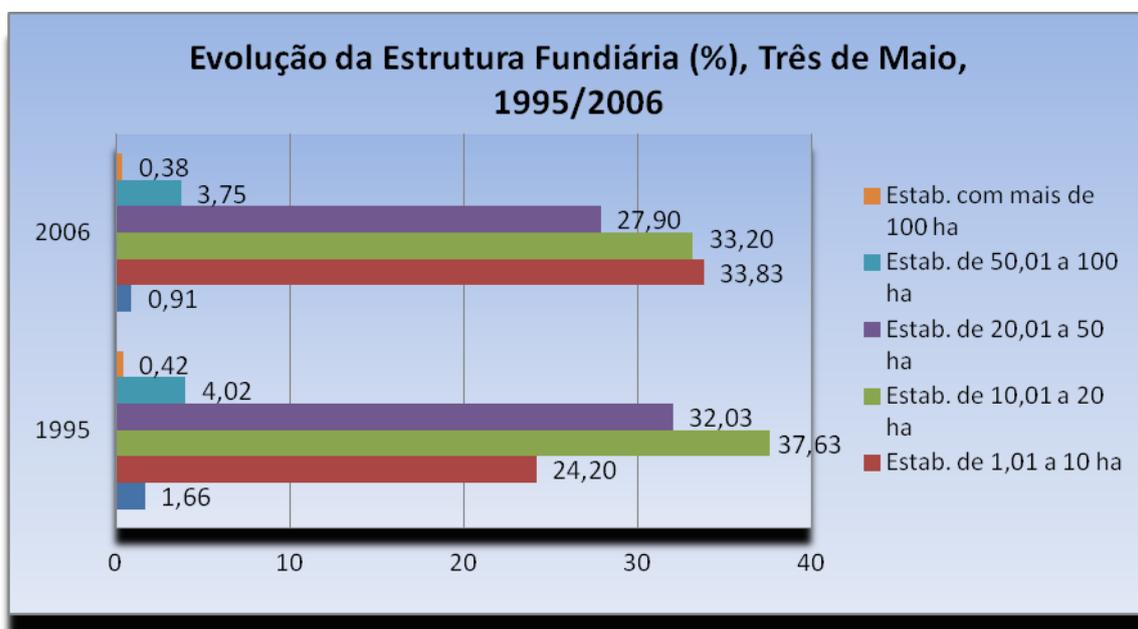


Gráfico 2: Evolução da Estrutura Fundiária, Três de Maio, 1995/2006

Vale registrar que houve uma diminuição considerável no número de estabelecimentos agropecuários no município ao longo destes anos. Enquanto que no ano de 1995 estes eram 2.338, em 2006 este número caiu para 2.075 estabelecimentos. Percebe-se analisando o gráfico, que apesar deste número ter diminuído a terra não se concentrou, pois o número de estabelecimentos com área entre 10,01 e 20 hectares é o único que aumenta de forma considerável, passando de 24,20% para 33,83% da área total.

Podemos notar também, a partir dos dados da tabela 2, uma diminuição extremamente significativa na mão-de-obra ocupada na atividade agrícola. Enquanto que em 1995, o total do pessoal ocupado era de 7.050 pessoas, em 2006 este número caiu para 4.761, o que significa um esvaziamento do campo. Dentre a relação de gênero, segue predominando a mão-de-obra masculina, que ainda responde por 62,06 % das atividades, enquanto as mulheres respondem por 37,93 % da ocupação de mão-de-obra.

Tabela 2: Evolução do pessoal ocupado na atividade agrícola, por relação de gênero, Três de Maio, 1995/2006

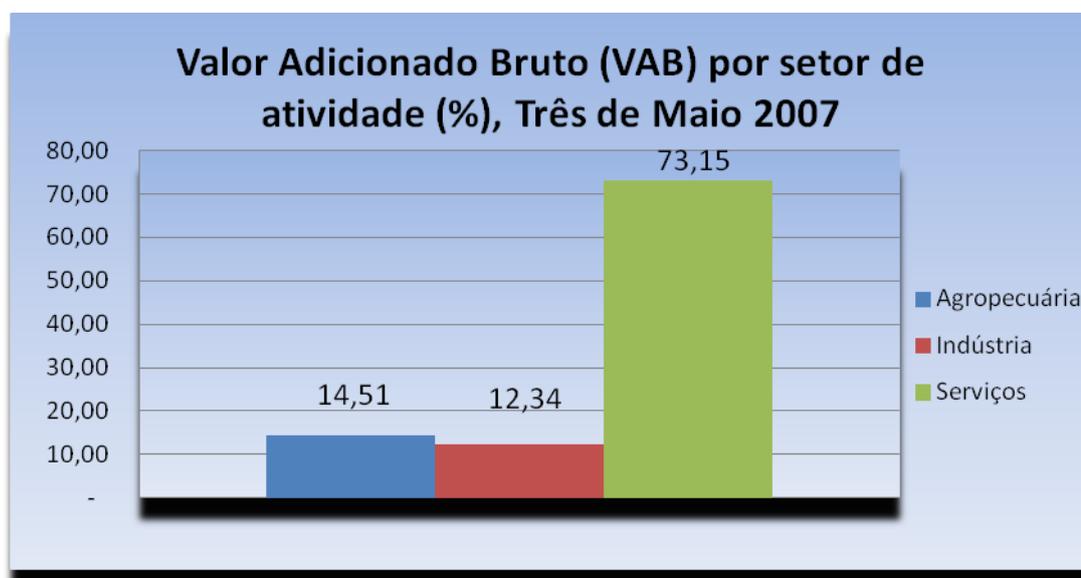
Pessoal ocupado* por relação de gênero	Anos	
	1995	2006
Homens	4.104	2.955
Mulheres	2.946	1.806
Total	7.050	4.761

*incluindo o produtor

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário

Em relação aos indicadores socioeconômicos do município, o setor agropecuário leva pequena vantagem sobre o setor industrial quanto ao valor produzido (ver gráfico 2). Através de dados do IBGE, podemos verificar também, que o valor do PIB *per capita* do município é de R\$ 16.240,00 que acaba por gerar um Índice de Desenvolvimento Humano - IDH relativamente alto (0,83).

Portanto, tais dados descritos acima, confirmam a importância da agricultura familiar no desenvolvimento social e econômico do município de Três de Maio, pois além do setor agrícola ocupar significativa mão-de-obra, ele também contribui de forma importante para a geração de valor no interior do município, sendo superado apenas pelo setor de serviços em termos de geração de valor.



Fonte: FEE/RS

Gráfico 3: Estrutura do Valor Adicionado Bruto, por setor de atividade, no município de Três de Maio em 2007

Estes dados contribuem também para reforçar a importância da realização de um estudo com os agricultores deste município, posto que tentar entender de quais formas estes indivíduos se mantêm e se reproduzem e como se dão as formas de sociabilidade que orientam suas ações ajudará a compreender de forma mais lúcida a realidade social na qual estão inseridos.

Desta forma, o papel da Cooperativa Agropecuária Alto-Uruguaí Ltda. (COTRIMAIO) torna-se importante, pois ela é a principal forma de acesso dos agricultores deste município aos mercados, constituindo-se como uma instituição (formal) representativa do setor agrícola municipal e regional. Passemos então para a sua caracterização.

3.1.2 – A Cooperativa Agropecuária Alto-Uruguaí Ltda.

A Cooperativa Agropecuária Alto-Uruguaí Ltda. – COTRIMAIO é fundada em dois de fevereiro de 1968, através da iniciativa de 25 agricultores do município de Três de Maio. O principal objetivo da constituição desta era criar formas de armazenamento e comercialização conjuntas da produção de trigo dos agricultores, os quais, devido ao aumento da produção naqueles anos, não tinham mais espaço para armazenar seus grãos, individualmente, em suas respectivas propriedades.

Pode-se dizer que na origem, a COTRIMAIO instala-se como uma empresa comercial, onde a proximidade com os sócios dava-se através da produção primária e da comercialização desses produtos. Como coloca Antonello (1996), neste primeiro período (1968-1981), o processo de burocratização diretiva ainda é incipiente. Num segundo momento, identificado pelo autor como o período entre 1981 a 1995, a diretoria administrativa da cooperativa assume um caráter profissionalizante e burocrático, identificado através da especialização produtiva e do avanço às atividades agroindustriais (ANTONELLO, 1996, p. 39). Apesar de algumas manifestações democráticas, o processo decisório da diretoria vê-se cada vez mais afastado das bases, porém seu funcionamento (da cooperativa) não pode ocorrer sem a participação dos associados.

Um terceiro período de atuação (de 1995 em diante) é identificado pelo autor como aquele onde assumem a diretoria da cooperativa indivíduos comprometidos com o segundo período, sendo que os mesmos procuram avançar neste processo.

Neste sentido, pode-se verificar que ao longo desses 42 anos de existência, a COTRIMAIO vem expandindo de forma consistente sua área de atuação. Nos dois primeiros períodos identificados por Antonello (1996) a cooperativa ganha força regionalmente, instalando-se em diversos municípios próximos a Três de Maio. Porém, a partir dos anos 2000, esta se expande para outras regiões do estado, ao adquirir cooperativas tradicionais falidas e empresas agropecuárias, assumindo assim, uma lógica totalmente formal e integrada aos mercados de *commodities* internacionais (ver Anexo 1).

Ou seja, com o passar dos anos, a cooperativa passa a atuar como uma empresa, buscando eficiência e resultados principalmente no plano econômico, deixando de lado, de alguma forma, as questões referentes aos anseios e preferências historicamente constituídas pelos agricultores familiares associados a ela. Por tornar-se uma empresa, esta busca primeiramente o lucro, colocando este a frente das questões sociais e culturais dos seus associados.

Desta forma, apesar de 62,91% dos agricultores associados à cooperativa serem caracterizados como pequenos proprietários, possuindo entre 5,01ha e 15ha de terra (ver tabela 4), a cooperativa passa a priorizar nos últimos anos a expansão do mercado, agregando novos sócios em diferentes regiões, o que é criticado pelos agricultores da “Sede”, ou seja, pelos agricultores três-maienses, que de alguma forma sentem que a proximidade antes existente com a cooperativa está cada vez menor.

Analisando os dados da tabela, é possível notar que o número de associados com mais de 80ha vêm crescendo nos últimos anos (quase dobrando de 2008 à 2010), isso se deve à expansão para novas regiões – municípios de Palmeira das Missões e Cruz-Alta – onde as características dos produtores diferem das tradicionalmente encontradas na “Sede”.

Tabela 3 – Estrutura fundiária dos associados da COTRIMAIO em todos os municípios em que atua

Tamanho da área (Ha)	Nº de Associados por Ano			
	2008	2007	2006	2010
Até 5 há	1.323	1.315	1.124	1.746
Entre 5,01 e 15 há	7.242	7.256	7.696	8.245
Entre 15,01 e 80 há	1.824	1.949	2.212	2.983
Acima de 80 há	83	112	146	130
Total	10.472	10.632	11.178	13.104

Fonte: Setor de Comunicação COTRIMAIO

Segundo agricultor entrevistado, quando questionado acerca das relações existentes entre a cooperativa e os agricultores, e destes entre si,

(Antigamente) há havia, bem mais (relações de compadrio e amizade entre a comunidade). Bem mais tranqüilo, um vizinho ajudava o outro...É que naquela época não havia essa gleba de maquinário que se tem hoje...E a cooperativa também tava mais próxima da sede... (Entrevista 02)

Do mesmo modo, isso também aparece na fala de um dos diretores da cooperativa, que ao falar das relações da época em que esta foi criada, refere-se aos valores de compadrio e amizade como “em crise”, em favor das lógicas formais/individuais de interação, sendo estas hoje predominantes nas relações entre a cooperativa e os agricultores. Segundo ele, hoje em dia as relações,

São mais formais. Hoje eu te diria assim, na época os produtores criaram a Cotrimaio, no caso, para trazer um desenvolvimento social, cultural e econômico. Que seria o que: colher o trigo, porque cada um tinha um galpãozinho que não cabia mais o trigo que colhia, então “vamos fazer uma cooperativa!”. Ai fizeram um mutirão pra fazer os buracos pra esconder o trigo ali dentro... Quer dizer, foi nesse sentido, todo mundo colhia e tudo pra cá! (Entrevista 01).

Percebe-se aí que a cooperativa assume como forma de interação principal, ao longo de sua evolução, o que neste trabalho estou definindo como *Instituição formal*, na medida em que esta se pauta por regras e contratos formais capitalistas no seu funcionamento e nas suas relações com os indivíduos. Porém não o faz em detrimento das formas tradicionais tácitas, como se verá adiante. Ou seja, apesar de dar prioridade às lógicas formais, ainda existem espaços de socialização onde as lógicas tácitas é que predominam.

3.2 A COTRIMAIO: um caso de mudança institucional

O processo de racionalização da vida é analisado por Max Weber (2004) a partir de seu estudo sobre as origens do sistema capitalista ocidental em sua obra seminal “A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo”. Segundo ele, o racionalismo puritano seria caracterizado pelo “domínio racional do mundo” (p. 248), e este seria o modelo ocidental de racionalização, umbilicalmente ligado ao desenvolvimento do capitalismo, posto que este emancipa-se do controle ético religioso, sendo a vida puritana caracteristicamente “sóbria e metódica, dedicada à acumulação e ao investimento em riqueza” (WEBER, 2004, p. 277).

Para Weber, esse modelo de racionalidade envolve seis processos culturais e sociais fundamentais e largamente ramificados, sejam eles:

- 1- O desencanto e a intelectualização do mundo, e a resultante tendência a ver o mundo como um mecanismo causal sujeito, em princípio, ao controle racional;
- 2- o surgimento de um *ethos* de realização secular impessoal, historicamente alicerçado na ética puritana da vocação;
- 3- a crescente importância do conhecimento técnico especializado em economia, administração e educação;
- 4- a objetificação e despersonalização do direito, da economia e da organização política do estado, e o conseqüente recrudescimento da regularidade e da calculabilidade da ação nesses domínios;
- 5- o progressivo desenvolvimento dos meios tecnicamente racionais de controle sobre o homem e a natureza;
- 6- a tendência ao deslocamento da orientação da ação tradicional assente em valores racionais (*wertrational*) para a ação puramente instrumental (*zweckrational*) (WEBER, 1991, p. 123).

Esses processos, que possuem raízes históricas diferenciadas, têm em comum o fato do favorecimento da racionalidade formal frente à da racionalidade substantiva. Ou seja, ao invés de preocuparem-se com os fins ou valores informativos da ação, eles estimulam a calculabilidade da ação indiferentemente aos fins e valores. O modelo ocidental de racionalização é específico e peculiar, segundo Weber, porque “o ‘fim’ em função do qual a ordem social é racionalizada – calculabilidade máxima – não ser (é) realmente um fim, mas um *meio generalizado* que facilita indiscriminadamente a busca deliberada de todos os fins substantivos”.

Esse processo descrito acima acaba por causar o desenvolvimento de uma “secularização social”, que pode ser vista como a sociedade deixando de ser basicamente de caráter sagrado, ritualista, tradicional, com participação em interesses comuns e harmonia, para tornar-se primordialmente profana ou secular, reinando em seu interior a individualidade, a racionalidade e a especificidade. Alguns autores perceberam essa distinção, tais como o contínuo de *Gemeinschaft* (comunidade) para *Gesellschaft* (sociedade) (TÖNNIES, 1947), de vínculos de solidariedade mecânica para orgânica (DURKHEIM, 1995) e de sociedade tradicional para urbana (REDFIELD, 1949).

Antonello (1996) analisa este processo de secularização no sistema cooperativista no Rio Grande do Sul. Para este autor, o surgimento das cooperativas neste estado remetem ao ano de 1902, entre os imigrantes italianos e alemães, que tinham como principal finalidade comercializar seus produtos excedentes e adquirir produtos que não eram capazes de produzir. As características principais destas cooperativas eram em geral mistas, ou no máximo de caráter municipal, com pouco

capital de giro e pouca preocupação empresarial, pois corriam poucos riscos (ANTONELLO, 1996, p. 56). Suas preocupações básicas eram “concorrer com o capital comercial, organizando a venda do excedente e a compra dos produtos que necessitavam” (Ibidem, p. 57).

Esta realidade sofre poucas alterações até a década de 1950, quando surgem as cooperativas de trigo e soja. Estas já estão mais preocupadas com os mercados, e seu caráter empresarial vem de sua ação com vista a esse. Apesar de a COTRIMAIO ser uma empresa voltada para a produção destes produtos, ela possui em sua fundação além dos grandes produtores (“granjeiros”), pequenos agricultores, que na época criavam suínos e que não eram assimilados pelas cooperativas tritícolas da região¹⁷, e que, portanto, não viam na produção de trigo um meio de “fazer negócio” (ANTONELLO, 1996).

Antonello (1996, p. 61) demonstra que pelo fato de as cooperativas terem sua política produtiva voltada para a produção primária e à comercialização, as diretorias desenvolvem práticas (políticas) organizativas adequadas a este contexto. Assim destaca-se o procedimento destas diretorias administrativas, onde “para uma determinada política produtiva existe a exigência de adequação de uma política organizativa, ou seja, estas cooperativas ao iniciarem as suas atividades as fazem adotando procedimentos de comerciantes” (ibidem, p. 61). Todavia, estes procedimentos não conseguem responder satisfatoriamente por muito tempo em relação aos objetivos de consolidação da produção primária, das atividades comerciais e industriais. Por isso as cooperativas desenvolvem uma forma empresarial de gestão.

Assim, o cooperativismo que surge embasado principalmente nos ideais do que convencionalmente é chamado de “doutrina cooperativa”, com o passar dos anos e a necessidade de ajustamento das cooperativas aos mercados (produção de *commodities*, por exemplo, no caso das cooperativas de grãos) e juntamente com o desenvolvimento do pacote tecnológico implantado no meio rural brasileiro, passa a assentar-se em valores empresariais. Isto gera um dilema – principalmente entre as diretorias – sobre como proceder: realizar as demandas dos agricultores, que na maioria das vezes estão de acordo com a “doutrina cooperativista”¹⁸, ou, pelo contrário, dar total importância à sua

¹⁷ COTRIJUÍ, COTRISA E COTRICAMPO.

¹⁸ Esta “doutrina cooperativista” pode muito bem ser encaixada no que aqui defino como instituições tácitas, na medida em que ela revela uma gama de relações sociais embasadas em princípios de

inserção no mercado através do desenvolvimento de práticas capitalistas de acumulação (ou aquilo que Max Weber define como *ação social referente a fins*).

Em outro estudo, Aline Savi (2006) também analisa as transformações encontradas no decorrer histórico de atuação das cooperativas. Ao analisar a Cooperativa Regional Sananduva de Carnes e Derivados, ela está preocupada em determinar a partir de quais fins e valores os agricultores familiares da referida cooperativa agem, em diferentes momentos históricos, ao relacionarem-se com esta. Neste sentido, ela demonstra que com o avanço do processo histórico, os agricultores produtores de suínos da cooperativa, transformam-se, diversificando-se quanto a seu tipo.

Todavia, ela identifica dois tipos predominantes de agricultores, os orientados através de lógicas e valores tradicionais, e os que se orientam através de uma lógica empresarial. Por seu lado, a cooperativa, progressivamente, assume como hegemônico nas suas relações e formas de gestão, o modo empresarial, caracterizado por uma burocratização das relações e uma ação calcada em fins e valores, ainda que permaneçam algumas formas de dominação tradicional na sua relação com os agricultores e ela associados.

É exatamente por esse processo que a COTRIMAIO passa durante os três períodos de sua existência, identificados anteriormente. Através da orientação de sua gestão para o desenvolvimento agroindustrial, notadamente iniciada no ano de 1987, onde são adotadas práticas que busquem padrões de qualidade e produtividade na atividade leiteira, e da aquisição em 1989 de um frigorífico para a produção de carnes. Porém, segundo Antonello (1996) estas práticas não são acompanhadas por uma política organizativa embasada neste novo momento. Isto contribuiu como um dos fatores para a crise financeira pela qual passou a cooperativa no ano de 1995, onde uma ampla discussão foi realizada entre seus associados e tiveram início as aproximações dos associados através dos núcleos¹⁹.

Igualmente, esta transformação da COTRIMAIO para uma lógica empresarial pode ser verificada através do desenvolvimento de um quadro técnico prestador de

reciprocidade, amizade e confiança entre os agricultores, os quais agem no interior das cooperativas através destes laços.

¹⁹ Este processo citado da produção leiteira foi extremamente mal sucedido na cooperativa, sendo que a produção de leite somente nos anos recentes vem ganhando força novamente entre os produtores. Os núcleos são pequenas assembléias realizadas em cada uma das comunidades onde há associados da COTRIMAIO. Cada núcleo possui um representante, que dialoga com os diretores.

serviços para os associados, e de sua expansão para além da região de origem nos últimos anos.

Ou seja, ao tornar-se uma empresa, a cooperativa tem como principal meta a eficiência produtiva através da valorização do capital (ANTONELLO, 1996), sendo que o associado permanece na cooperativa se esta lhe trazer benefício econômico.

Esse processo de secularização evidenciado na COTRIMAIO pode ser exemplificado através da fala de um diretor entrevistado, o qual quando questionado sobre a participação dos associados em cursos e palestras oferecidos pela cooperativa, chama atenção para o fato de que estes participam porque

(...) a gente tem uma área técnica, tem um engenheiro agrônomo que só faz palestras. Então ele trabalha quase todos os itens que tem lá na propriedade. Então vamos supor que agora é o plantio de milho; então ele está fazendo palestras em todas as filiais falando sobre milho, como plantar milho, como é que vai dessecar, quantas sementes por metro, qual é a adubação, qual é os dias mais apropriados, enfim toda uma... depois é a da soja, a do trigo... esse apoio técnico. (Entrevista 03)

Note-se aqui a grande importância conferida aos aspectos técnicos de produção. Além, é claro, de os agricultores buscarem conhecimento sobre novas formas de produção que lhes são oferecidos pela cooperativa nesses cursos, esta lhes transmite uma lógica baseada na especificidade técnica e na produtividade do trabalho, dando ênfase a questões específicas, que lhes garantam uma maior produtividade.

Os agricultores associados à cooperativa a utilizam principalmente como meio através do qual conseguem acessar os mercados para destinar sua produção, sendo papel desta zelar pelos princípios anteriormente descritos de comunidade, reciprocidade e amizade. Todavia, ao responder sobre como se dava a mediação entre os agricultores e os mercados, papel representado pela cooperativa se eram discutidos preços e formas de comercialização nas assembléias e palestras, o diretor entrevistado responde que,

Na verdade assim, não existe uma discussão de preços. O que existe, por exemplo, é um mercado que manda né, tanto da soja quanto do trigo e do milho, essas commodities já vêm com preços praticamente determinados né! Então a cooperativa também pratica, tirando a margem dela, pratica o mesmo preço, ou em muitas ocasiões até mais, paga mais até para o produtor. Porque a cooperativa consegue colocar os produtos em programas de governo, por exemplo, programas específicos como o “Fome Zero”, “Programa Biodiesel”, “Escoamento do Trigo”. Então o associado ainda acaba ganhando uma bonificação em cima da sua produção... (Entrevista 01)

Essa frase sublinhada é emblemática quanto ao grau de formalização e integração da cooperativa aos processos internacionais de produção de *commodities*, sendo que, apesar de a cooperativa buscar alternativas frente a isso – notadamente pelas

tentativas de inclusão dos produtores em programas do governo federal – ela está “presa” às formas de financeirização e especulação dos organismos internacionais e das empresas de insumos que “regulam” o mercado internacional. Esse é um dos aspectos que mais adiante se verá reclamado pelos agricultores, pois estes não conseguem planejar de forma mínima que seja sua produção para as próximas safras, visto que os preços pagos aos produtos, além dos preços cobrados pelos insumos, variam ano após ano.

Porém, apesar dessa proeminência das lógicas formais/rationais no interior e na gestão da cooperativa, há diversos momentos onde ainda manifestam-se fortemente as lógicas tácitas de reciprocidade e confiança. Como descrito por Antonello (1996), o trabalho cooperativo e construído sob tensões e lógicas opostas, sejam elas a lógica empresarial e a doutrina, descritas anteriormente. Desta forma, o que acontece na prática é uma aproximação na direção de uma ou outra lógica de acordo com o contexto, evitando muitas vezes a emergência de relações conflituosas e tensionadas.

Assim,

(...) as lógicas ao constituírem relações procuram estabelecê-las de forma não tensa, pois na sociedade que estabelece relações, as lógicas existem de forma imbricada através de misturas, adaptações e combinações. As lógicas não se fundem, mas existem de formas imbricadas umas com as outras (...) (ANTONELLO, 1996, p. 117).

Ora, essa afirmativa vai ao encontro da idéia de Polanyi (1980) de que nas sociedades modernas caracterizadas por relações de mercado, a esfera do econômico está imersa e enraizada nas esferas de reciprocidade e redistribuição, conferindo uma situação complexa, onde os valores culturais e sociais exercem importância na formação e orientação do econômico. Igualmente, no caso da cooperativa e seus associados, a complexidade se dá pelas características racional burocrática do quadro administrativo (ou das formas de gestão) em relação à figura do associado, que impõe respeito aos valores e ao processo histórico tacitamente.

A manutenção dessas formas tácitas de interação podem ser vistas empiricamente através da análise da relação estabelecida entre os agricultores e os técnicos agrícolas. Ao visitar as propriedades para aplicação dos questionários, fui sempre acompanhado de um técnico agrícola, o qual realizava seu trabalho de inspeção das lavouras e entrega de alguns produtos adquiridos pelos agricultores. Desse modo, pude constatar que grande parte da confiança depositada pelos associados na cooperativa, advém dessa relação com os técnicos, as quais se dão de formas

horizontais, e não verticais. Existe, para além das questões técnicas de quais as melhores formas de produção devem ser adotados, quais os melhores produtos a se utilizar, uma relação de amizade (fortalecida pela troca de conhecimentos constante) e de ajuda mútua – que passa da troca de informações até o conserto de uma máquina/equipamento.

Essas relações de caráter tácito têm enorme importância para o fortalecimento dos laços entre associados e cooperativa, posto que seja com os técnicos os contatos mais frequentes e próximos dos agricultores. Isso é evidenciado na entrevista 03, segundo o técnico agrícola entrevistado, ao referir-se à sua relação com os agricultores:

Na verdade a minha relação é muito íntima com os produtores, então é a parte da cooperativa, a assistência técnica, é a parte que mais se liga ao produtor. Vamos dizer, é o canal de ligação entre a cooperativa e o agricultor. (...) na verdade tu vai lá no intuito pra prestar assistência mesmo, a venda na verdade é uma consequência. O trabalho mesmo é de troca de informações. (Entrevista 03).

Além dessa relação de confiança evidenciada nas relações de trabalho entre os técnicos da cooperativa e os agricultores, existem outros momentos onde as instituições tácitas atuam de forma significativa. É esse o caso da admissão de novos associados, que segundo diretor entrevistado, além de ser obrigatória a apresentação da inscrição estadual comprovando que o agricultor é dono ou arrendatário da terra, este tem que passar por uma reunião no conselho administrativo, do qual fazem parte

20 conselheiros que a Cotrimaio tem mais a diretoria executiva. É avaliado o nome dele, alguém geralmente conhece... o conselheiro daquele determinado município conhece o cara. Daí alguém sempre conhece e diz “olha eu conheço o cara, ele trabalha com isso, com aquilo, participa na comunidade, enfim, desenha a vida do cara. Ai os demais “não, então vamos conceder a associação do cara”. (Entrevista 01)

Novamente percebe-se a atuação de relações de interconhecimento atuando no interior da cooperativa, que apesar de assumir uma lógica formal voltada aos mercados de commodities, mantém espaços onde as formas típicas do campesinato ainda são consideradas como importantes.

3.3 Os efeitos sobre as formas de sociabilidade

Os efeitos deste processo de mudança institucional no interior da cooperativa são o desenvolvimento de relações racionalizadas entre os agricultores e o desvirtuamento do princípio cooperativista enquanto norteador das relações entre associados e cooperativa. Desta forma, as relações formais são predominantes no contexto da

cooperativa, exemplificadas pela grande importância dada aos aspectos técnicos da produção, da sua expansão para outras regiões de atuação nestes últimos anos e pela sua relação totalmente integrada aos mercados de *commodities*.

Já as relações tácitas, apesar de não constituírem-se como predominantes neste contexto, não são extintas, mas passam a atuar em alguns contextos específicos, tais como nas escolhas de novos membros e nas relações dos técnicos agrícolas com os agricultores.

Desta forma, precisamos agora analisar como estas relações manifestam-se entre os agricultores nas suas relações com a cooperativa e a comunidade em geral. Como argumentarei a seguir, estes se utilizam destas duas formas distintas para organizarem sua reprodução econômica e social. Porém, essa organização, realizada através da estruturação destas formas de interação diferentes, não são utilizadas da mesma forma o pelos pequenos produtores em relação aos grandes produtores. Como se verá, os contextos nos quais estes se orientam por esta ou aquela forma de sociabilidade diferem de forma significativa.

Capítulo 4: O papel das instituições na construção da autonomia

4.1 Lógica mercantil X lógica de reciprocidade

Jan Dowe Van der Ploeg (2008) em sua seminal obra discute os processos de autonomia dos agricultores frente processos hegemônicos instituídos pela lógica produtivista do mercado capitalista através das grandes empresas multinacionais – os chamados impérios agroalimentares.

Através de três estudos de casos longitudinais (sobre 30 anos) no Peru, Holanda e Itália, demonstra como esses processos não são hegemônicos e tão pouco homogêneos, mas que obedecem a fatores contextuais determinantes, como a cultura, o desenvolvimento dos mercados, o papel do estado, etc..

Neste sentido, para o autor o campesinato seria caracterizado, em sua essência, por uma luta constante dos indivíduos por autonomia e resistência. A partir desta afirmação, ele desenvolve o conceito de “condição camponesa”²⁰ no qual faz uma crítica às lacunas encontradas na teoria campesinista clássica, buscando (re)atualizar o debate sobre as formas de produção camponesa no interior da globalização. Essas lutas por autonomia são evidenciadas pela autogestão de recursos compartilhados e por iniciativas organizativas e associativas, e é através dessa “condição camponesa” que os agricultores conseguem desenvolver práticas reprodutivas e produtivas distintas das formas hegemônicas do agronegócio e da empresa agrícola.

A essas diferentes práticas de resistência o autor denomina como um processo de reconstituição do campesinato, ou seja, um processo de “recampesinização”, o qual estaria acontecendo até mesmo nos países europeus fortemente industrializados, nos quais as características das sociedades camponesas (MENDRAS, 1978; WOLF, 1976) estão em extinção.

²⁰ As características fundamentais da “condição camponesa” seriam: “1) a luta por autonomia que se realiza em 2) um contexto caracterizado por relações de dependência, marginalização e privações. Essa condição tem por objetivo e se concretiza em 3) a criação e desenvolvimento de uma base de recursos auto-controlada (...), a qual por sua vez permite 4) formas de co-produção entre homem e natureza viva que 5) interagem com o mercado, 6) permitem a sobrevivência e perspectivas de futuro e 7) se realimentam na base de recursos e a fortalecem, melhorando a co-produção e fomentando a autonomia, e dessa forma, 8) reduzem a dependência” (PLOEG, 2008, p. 40). Ainda, dependendo do contexto socioeconômico particular, a manutenção e fortalecimento da base de recursos própria poderão ser 9) fortalecidos através de atividades não agrícolas; e 10) existem padrões de cooperação que fortalecem e regulam essas inter-relações.

Esse processo também é visto pelo autor como uma alternativa frente às crises econômicas, sociais e alimentares que freqüentemente assolam o mundo, e que fortalecem ainda mais os mercados capitalistas dos sistemas produtivos agrícolas.

Ou seja, as características da condição camponesa contemporânea seriam um conjunto de relações dialéticas existentes entre as ações concretamente desenvolvidas pelos agricultores e o contexto (“ambiente hostil”) no qual estes estão inseridos. Da mesma forma que as ações são influenciadas pelo ambiente, este é influenciado também pelas ações adotadas pelos agricultores. As respostas dadas pelos agricultores face um ambiente desfavorável, no qual estes têm de agir, permite que se fale em “graus de autonomia” no enfrentamento de relações desfavoráveis de dependência e privação.

Essas “respostas multifacetadas” (PLOEG, 2008, p. 288) seriam a expressão predominante da resistência dos agricultores frente aos contextos desfavoráveis, e estão umbilicalmente ligadas à noção emancipatória de “princípio camponês”. Segundo o autor, o princípio camponês seria evidenciado a partir das práticas heterogêneas adotadas pelos agricultores e que constituiriam ao campesinato sua forma de ser “*distintamente diferente*” (p. 289) (figura 2).

Ou seja, o ambiente hostil ao qual os agricultores defrontam-se é caracterizado pela oposição entre duas formas predominantes de sociabilidade. Estas formas interagem entre si, dialeticamente, dando origem a uma diversidade de respostas e relações – que dependem de vários motivos, tais como o contexto, a cultura, a tradição, etc. – expressas através do conceito de “princípio camponês”.

Esse princípio deve ser visto, em suma, como uma condição capaz de “enfrentar e superar as dificuldades para construir as condições que permitem a *condição de agente*” (Idem, p. 299, grifo meu). Ele contém a promessa de um caminho futuro, que só pode se concretizar a partir da disponibilidade de espaço, ou “espaço de manobra” no qual é permitido aos indivíduos desenvolverem uma autonomia relativa²¹.

Ou seja, os agricultores estão sempre se relacionando dialeticamente com o ambiente hostil com o qual se deparam, sendo confrontadas lógicas de interação distintas e opostas, das quais se utilizam através de uma autonomia relativa proporcionada pelos “espaços de manobra”.

²¹ Note-se que Van der Ploeg fala em “autonomia relativa” e não em autonomia (não-relativa). É por isso que ele desenvolve o conceito (atualizado) de “Condição camponesa” e não utiliza o conceito clássico de “Sociedades camponesas”, pois estas continham a idéia de que a autonomia dos camponeses sempre era total (não-relativa).

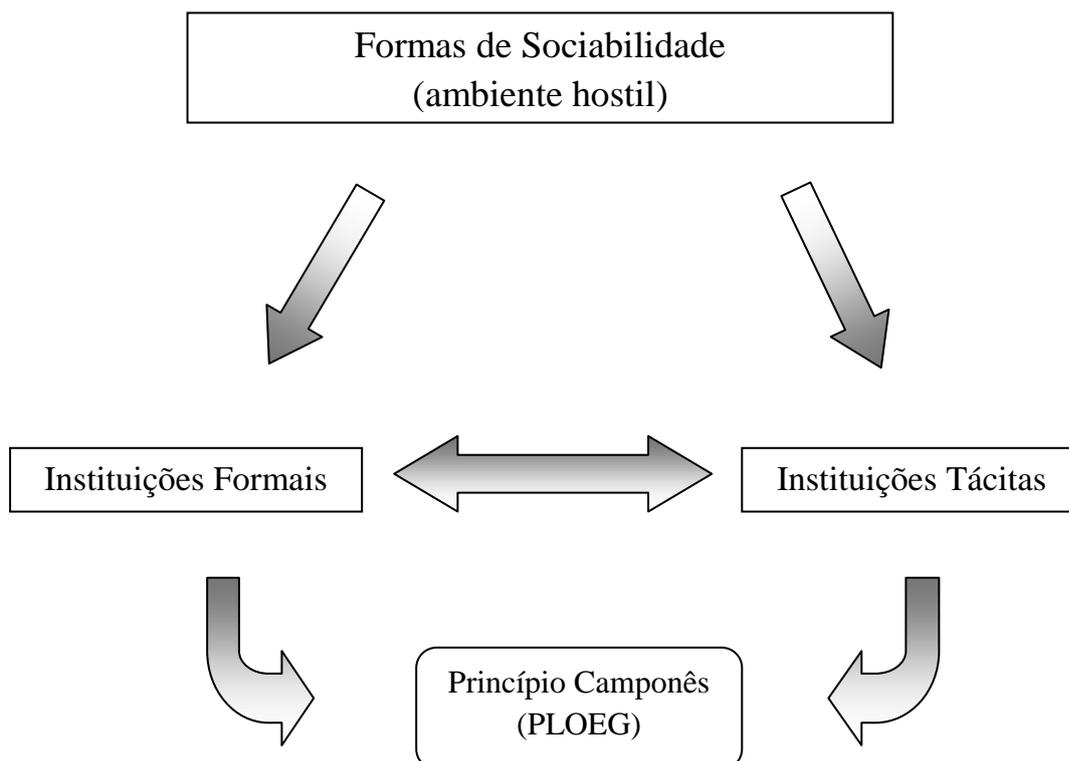


Figura 2: As formas de sociabilidade e o “Princípio Camponês”

Para o autor, existem dois princípios ordenadores das práticas produtivas agrícolas no mundo atual, o do Império, caracterizado pela desconexão entre produção e consumo, pelo distanciamento entre produtores e consumidores e por fluxos de capital internacional concentradores, realizado através dos grandes mercados de alimentos e suas redes. Também o Império se caracteriza pela relação predatória com os recursos naturais e pela não possibilidade de produção de riqueza (valor agregado), pois ao estar integrado ao sistema modernizante, não permite a apropriação dos recursos pelos agricultores. Este princípio estaria enraizado no imaginário social, dando a idéia de que apenas este modo de produção é viável no sistema capitalista.

O segundo princípio ordenador seria o princípio camponês, caracterizado pela condição camponesa descrita acima, na qual há uma conexão entre a produção e o consumo e uma maior geração de riqueza (valor agregado), visto que este se dá sob a intensificação do trabalho, uma relação mais harmoniosa com a natureza, uma maior autonomia e menor dependência dos mercados por parte dos agricultores e é constituído como um “fluxo através do tempo” (p. 69).

Essa idéia vai de encontro ao que neste trabalho defini como as duas formas de sociabilidade orientadoras das ações dos agricultores familiares, sendo elas as *Instituições formais* (caracterizadas pela lógica racional/formal; ou na visão de Ploeg, com o Império agroalimentar), e as *Instituições tácitas* (assentadas em lógicas de reciprocidade e confiança, características do “princípio camponês”). Isso permite que a análise sobre as formas de interação seja relacionada com os espaços de manobra propostos por Ploeg entre relações monetarizadas e mercantis (Impérios) e relações não-monetarizadas e não-mercantis (princípio camponês).

Da mesma forma, podemos falar em relações assentadas em lógicas racionais/formais (*Instituições formais*) e lógicas de reciprocidade (*Instituições tácitas*), com as quais os agricultores estão interagindo de forma dialética para garantirem sua reprodução social e econômica de forma (minimamente) autônoma (ver figura 3).

Apesar de referir às relações de reciprocidade e confiança uma das características da “condição camponesa”, Van der Ploeg (2008) não avança no debate acerca destas estruturas (ou relações). Ainda que reconheça a importância destas formas de interação/cooperação, o autor não é capaz de responder até que pontos as questões culturais acerca dos valores camponeses terão ou não fôlego para manterem-se num ambiente cada vez mais avesso a eles.

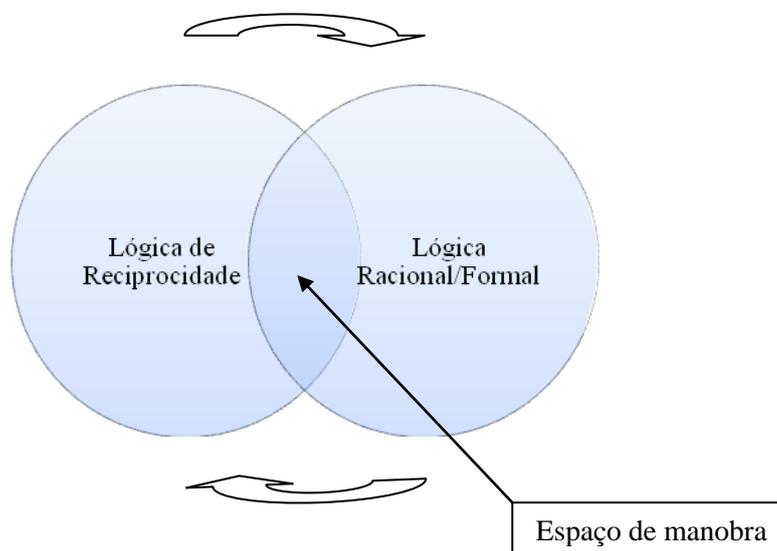


Figura 3: Princípios ordenadores da sociabilidade local

Será que os aspectos culturais da “campesinidade” vão continuar ordenando a vida dos agricultores num futuro próximo? Serão fortalecidos ou deixarão de existir? Qual a capacidade desses valores se manterem ordenando o tecido social?

No contexto pesquisado, podemos responder algumas destas questões, ainda que de forma genérica, verificando que estes valores, ou formas de sociabilidade baseadas em lógicas de reciprocidade (não-mercantis) atuam, entre os agricultores, através da troca de serviços e ajuda mútua entre os vizinhos, de forma ainda considerável, principalmente dentre os pequenos agricultores (ver tabela 4).

Tabela 4 – Relações de sociabilidade entre os agricultores da COTRIMAIO e seus vizinhos

Faz alguma prática de troca de serviços/ajuda mútua com os vizinhos?			
Estratificação	Sim	Não	Total
Pequeno	100,00	0,00	100,00
Grande	73,50	37,50	100,00

Fonte: trabalho de campo 2010

Destes pequenos produtores, todos afirmaram realizar alguma prática conjunta com seus vizinhos. As que mais apareceram foram a formação de grupos de trabalho para determinados serviços que necessitam de maior mão-de-obra, tais como a produção de silagem para alimentação dos animais. Também há empréstimo de maquinário entre eles, além do que chamaram de “ajuda paga”, realizada nas épocas de colheita principalmente. Essa “ajuda paga” diz respeito a contratação de mão-de-obra, porém esses contratos são tácitos, apenas através da palavra (ou da amizade), e o pagamento do serviço é feito através do produto colhido, principalmente a soja.

Isso aparece na fala de um dos agricultores entrevistados, o qual afirma que “*o pessoal geralmente ‘paga’ a ajuda dos vizinhos através da soja (...), quando é feito alguma troca de serviço o cara recebe em soja (...)*” (entrevista 04). Este mesmo agricultor, ao ser questionado sobre as relações que mantinha com os vizinhos, se as considerava boas ou ruins, afirma que “*tem vizinho tem tudo (...), quando tu tá em dificuldade, pra quem tu vai recorrer primeiro? Pros que tão mais perto (...)*” (entrevista 04).

Assim sendo, minhas respostas a tais indagações, ainda que superficiais vão no sentido de que, apesar de sermos treinados a desenvolver nosso raciocínio sempre em busca de um modelo ideal de desenvolvimento rural ou de campesinato – algo que nuca

irá existir – devemos ter em mente aquilo que Long (2007) sabiamente chama atenção, que é a idéia de “Campos de batalha”, nos quais existem espaços de manobra (tais como os colocados por Ploeg), nos quais os agricultores utilizam-se de estratégias por projetos e processos em contextos distintos. Ou seja, o desenvolvimento da agricultura e dos agricultores passa pelo reconhecimento da importância particular que deve ser dada ao contexto no qual estes estão inseridos, sendo suas ações determinadas pelas peculiaridades e características existentes aí, além é claro das suas capacidades de agência (*agency*).

No trabalho de campo realizado com os agricultores familiares associados a COTRIMAIO, pude perceber que de acordo com os contextos e interações que estes confrontam-se, tendem a utilizar uma lógica de reciprocidade ou uma lógica racional/empresarial. Por exemplo, é evidente a manutenção dos valores de comunidade e compadrio entre os vizinhos (principalmente entre os pequenos), os quais seguidamente se emprestam maquinário, ajudam nas colheitas e plantios, além de trocarem informações e serviços. Como também se percebe que ao relacionarem-se com a cooperativa, em determinados casos como na compra de insumos e na venda de seus produtos, os agricultores tendem a orientarem-se de forma mais racional (ver tabela 12), sempre buscando o benefício próprio (notadamente entre os agricultores considerados grandes).

Estas formas de relação racionais/formais, podem ser constatadas na fala de um dos agricultores, quando questionado sobre como via a situação da agricultura no município hoje em dia. Ele fala que,

(...) na verdade hoje o produtor tem que trabalhar com a lavoura como se fosse uma empresa. Tem a classe média digamos, que está se obrigando a entrar em um nível de tecnologia maior pra poder se manter, e o produtor pequeno na verdade, os minifúndios, hoje ele está vendo que se ele não diversificar a propriedade ele não vai conseguir se manter em cima da agricultura (...). Então na verdade é isso, e o grande produtor ele tá ciente que tem que trabalhar cada vez mais com mais tecnologia tentando diminuir custos e aumentar o retorno porque o lucro líquido hoje é muito menor que certos anos atrás, então tudo caminha pra esse lado. (entrevista 02)

Este discurso reproduzido acima demonstra que o agricultor pretende se relacionar com os mercados por meio das relações características do modelo modernizante (hegemônico) de agricultura. Ele tem consciência de que para se manter enquanto agricultor deve sempre estar buscando índices de produtividade – através da introdução de novas tecnologias – e diversificando a produção.

Tais relações também apareceram na fala do técnico agrícola da cooperativa entrevistado. Ao falar das relações entre os associados e a cooperativa, se considerava que esta se encontrava próxima dos agricultores ou se alguma coisa deveria melhorar, expressa que

(...) hoje o produtor não está muito mais relacionado com aquele cooperativismo, não vê mais a cooperativa como ele via há um tempo atrás. Que ele via a cooperativa 'ah, o pessoal da cooperativa, o que eles falavam vou fazer'... hoje ele está mais tendido pra preços, ou, vamos dizer, o que vai dar mais economia pra ele, o que ele vai ter mais lucro, do que o próprio sistema de cooperativismo. (Entrevista 03)

Esta fala demonstra a crise de valores de comunidade, descritas no início deste trabalho, que apesar de ainda se manterem, não são mais vistas enquanto socialmente relevantes. Ao meu ver a possibilidade de manutenção desses valores camponeses/familiares no interior do contexto estudado está ligada à valorização e reconhecimento das práticas de reciprocidade e comunidade como formas de autonomia e resistência dos (pequenos) agricultores no município de Três de Maio, frente uma idéia arraigada de que a agricultura deve apenas pautar-se por uma lógica empresarial, o que é muito difundido pela própria cooperativa.

Pelo que pude constatar, a manutenção dos pequenos agricultores na zona rural do município está intimamente ligada ao desenvolvimento de práticas de ajuda mútua de serviços, nas colheitas, nos plantios; na criação de grupos de vizinhos para trabalho conjunto (conforme demonstrado), como formas de estratégias (mesmo que muitas vezes inconscientes) para escapar da lógica puramente mercantil.

Sobre esse assunto, Radomsky e Peñafiel (2007) argumentam de forma precisa o seguinte:

O essencial para a análise sociológica – e isto obtém uma importância crucial, pois está no centro do debate do papel das redes e da reciprocidade nos mercados – é atentar para o fato de que quando os capitais econômicos são escassos, os recursos podem ser centralizados por meio das relações sociais de proximidade, confiança, parentesco, reciprocidade (p.49).

O problema não é a produção de grãos em escala familiar, mas a dependência crescente dos agricultores dos mercados, sendo que estes não conseguem planejar-se minimamente, pois a cada ano o preço das *commodities* variam e dos insumos e adubos também.

O que interessa agora é demonstrar em quais situações os agricultores utilizam-se de uma ou outra forma de interação, em que determinadas “situações limites” (DOUGLAS, 1998) estes tendem a agir de forma tácita ou racional? Passemos para a análise dos dados coletados no campo.

4.2 Crise de valores e crise de confiança

Como descrito na metodologia deste trabalho, a fim de interpretar as diferentes formas de sociabilidade nas quais os agricultores familiares associados à COTRIMAIO determinam suas ações, realizei uma estratificação social de acordo com a área total das propriedades. Para tanto, baseando-me nos dados sobre a estrutura fundiária do município (ver gráfico 2), e também na informação adquirida na cooperativa de que 92% dos agricultores associados a esta possuem menos de 50ha, dividi a aplicação dos questionários entre aqueles agricultores que considere pequenos (menos de 50ha) e grandes (mais de 50ha). Essa distinção tem como principal objetivo comparar de que modos as *instituições tácitas e formais* influenciam estes dois grupos, e, é claro, suas relações com a cooperativa.

Com relação à escolaridade dos agricultores pesquisados, como demonstra a tabela 5, 44% possuem da 5ª a 8ª série incompletos, evidenciando um nível escolar relativamente baixo.

Tabela 5 – Escolaridade dos agricultores da COTRIMAIO

Escolaridade	
Apenas lê e escreve	5,6
1ª a 4ª série completo	5,6
1ª a 4ª série incompleto	5,6
5ª a 8ª série completo	11,1
5ª a 8ª série incompleto	44,4
2º grau completo	11,1
2º grau incompleto	11,1
Nível técnico	5,6
Total	100,0

Fonte: trabalho de campo 2010

Sobre a renda mensal familiar (tabela 6), constata-se que entre os grandes produtores essa chega a mais de R\$ 8.000,00 para 37,50%, uma renda relativamente alta quando comparada as da maioria dos pequenos, que é entre R\$ 900,00 e R\$ 2.000,00 (35%).

**Tabela 6 – Renda total mensal das famílias dos agricultores da
COTRIMAIO**

Qual é a receita total mensal da família?(incluindo todas atividades)								
Estratificação	De 401 a 900 reais	De 901 a 1.600 reais	De 1.601 a 2.000 reais	De 2.001 a 3.500 reais	De 3.501 a 5.000 reais	De 5.001 a 8.000 reais	Mais de 8.000 reais	Total
Pequeno	0,00	35,00%	30,00%	10,00%	0,00%	25,00%	0,00%	100,00%
Grande	0,00	12,50%	12,50%	12,50%	12,50%	12,50%	37,50%	100,00%
Total	5,60%	22,20%	22,20%	11,10%	5,60%	16,70%	16,70%	100,00%

Fonte: trabalho de campo 2010

Outra questão importante, exposta na Tabela 7 é a análise sobre o valor que sobrou no último ano agrícola, porém descontando todos os gastos. Ou seja, qual a receita adquirida pela família no último ano descontando o consumo intermediário, o qual nada mais é do que o que foi gasto para a produção (compra de insumos, manutenção de maquinário, etc..).

Tabela 7 – Valor da Renda bruta no último ano agrícola, dentre os agricultores da COTRIMAIO

Descontando tudo que o senhor gastou, quanto sobrou no último ano agrícola?						
Estratificação	menos de 5.000 reais	de 5.001 a 12.000 reais	de 12.001 a 20.000 reais	de 20.001 a 30.000 reais	mais de 30.000 reais	Total
Pequeno	30,00%	60,00%	10,00%	0,00%	0,00%	100,00%
Grande	0,00%	12,50%	0,00%	50,00%	37,50%	100,00%
Total	16,70%	38,90%	5,60%	22,20%	16,70%	100,00%

Fonte: trabalho de campo 2010

Enquanto para 37,50% dos grandes proprietários, sobrou mais de R\$ 30.000,00, entre os pequenos produtores, mais que a maioria 60%, afirmaram ter sobrado entre R\$ 5.001,00 a R\$ 12.000,00.

Como já referido anteriormente, o principal produto produzido historicamente na região é a soja. Desta forma, saber até que ponto essa ainda mantém-se como a principal fonte de renda para os agricultores é extremamente importante. Neste sentido, observando a tabela 8 podemos verificar que esse ainda é o principal produto e a principal fonte de renda dos agricultores. Enquanto que para os pequenos proprietários, a soja representa de 30% a 50% da renda para 40% das famílias, para os grandes produtores esse produto representa de 50% a 80% da renda para 37,5% dos agricultores.

Tabela 8 – Participação da soja na renda dos agricultores da COTRIMAIO

Estratificação	Qual é a participação da soja nessa renda?						Total
	menos de 10%	de 10% a 30%	de 30% a 50%	de 50% a 80%	de 80% a 100%	não sabe/não respondeu	
Pequeno	10,00%	30,00%	40,00%	0,00%	0,00%	20,00%	100,00%
Grande	0,00%	12,50%	25,00%	37,50%	25,00%	0,00%	100,00%
Total	5,60%	22,20%	33,30%	16,70%	11,10%	11,10%	100,00%

Fonte: trabalho de campo 2010

Analisando de forma geral, na tabela 9 podemos observar que no município de Três de Maio, com os agricultores associados à COTRIMAIO, *as instituições formais*, da mesma forma que no estudo realizado anteriormente em outras regiões do estado²² estão em descrédito por parte dos agricultores, ainda que a cooperativa goze de confiança significativa.

Contudo, essa confiança depositada na cooperativa dá-se principalmente entre os agricultores considerados pequenos, sendo que 60% deles afirmaram depositar maior confiança no pessoal da cooperativa, enquanto entre os grandes, apenas 12,5% afirmaram confiar mais nesta.

Segundo pude verificar durante o trabalho de campo, essa grande confiança depositada pelos pequenos agricultores na COTRIMAIO, esta ligada ao fato de que além desses dependerem muito mais daquela, sua relação com os funcionários da cooperativa é muito mais intensa, principalmente com os técnicos agrícolas. Como afirmou o técnico agrícola entrevistado, seu trabalho não tem como principal objetivo a venda de insumos e produtos aos agricultores, *“porque na verdade tu vai lá no intuito pra prestar assistência mesmo, a venda na verdade é uma consequência. O trabalho mesmo é de troca de informações”* (entrevista 03). Essa troca de informações e até mesmo ajuda em conserto de maquinário pode presenciar quando do trabalho de campo. Assim, segundo ele, sempre há discussão com os agricultores sobre o que será utilizado na lavoura, posto que eles estejam *“sempre discutindo, pra ver qual é a melhor situação, o que é mais viável, mais econômico”* (entrevista 03).

²² Este estudo, denominado “Agricultura Familiar, desenvolvimento local e pluriatividade no RS: a emergência de uma nova ruralidade” foi realizada durante os anos de 2003 e 2005, em conjunto, pela Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) e pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) com financiamento do CNPq. Este deu origem a um extenso banco de dados sobre as características principais da população rural do estado, sendo quatro municípios estudados Veranópolis – região da Serra, Morro Redondo – Região Sul, Salvador das Missões – Região das Missões, e Três Palmeiras – Região Norte.

Tabela 9 – Graus de confiança institucional e credibilidade dos agricultores da COTRIMAIO

Em quem o senhor deposita MAIS CONFIANÇA e CREDIBILIDADE?	
Técnicos da Emater	5,60
Pessoal da prefeitura (funcionários, agentes saúde, etc)	0,00
Vereadores do município	0,00
Dirigentes do sindicato	0,00
Pastor e/ou padre da igreja que frequenta	11,10
No pessoal ligado à Cotrimaio (técnicos, diretores,etc)	38,90
Nos vizinhos	44,40
Total	100,00
Em quem o senhor NÃO tem CONFIANÇA e NENHUMA CREDIBILIDADE?	
Técnicos da Emater	0,00
Pessoal da prefeitura (funcionários, agentes saúde, etc)	38,90
Vereadores do município	33,30
Dirigentes do sindicato	5,60
Pastor e/ou padre da igreja que frequenta	0,00
No pessoal ligado à Cotrimaio (técnicos, diretores,etc)	0,00
Nos vizinhos	5,60
Não sabe/não respondeu	16,70
Total	100,00

Fonte: trabalho de campo 2010

Outro ponto é a participação dos agricultores associados nas atividades oferecidas pela cooperativa, tais como dias de campo, assembléias, cursos e palestras. Constata-se (Tabela 10) que os pequenos participam em sua totalidade, enquanto apenas 25% dos grandes, nas atividades da cooperativa.

Tabela 10 – Participação dos agricultores nas atividades oferecidas pela COTRIMAIO

Participa das atividades oferecidas pela cooperativa?			
Estratificação	Sim	Não	Total
Pequeno	100,00%	0,00%	100,00%
Grande	25,00%	75,00%	100,00%
Total	66,70%	33,30%	100,00%

Fonte: trabalho de campo 2010

Ainda com relação às relações dos agricultores com a cooperativa, nota-se que os agricultores grandes utilizam-na principalmente como uma forma de obter vantagens, na medida em que suas ações sociais são orientadas com relação à fins e a valores (WEBER, 1991). Essa constatação pode ser feita através da análise da tabela abaixo.

Tabela 11 – Destino da produção dos agricultores da COTRIMAIO

O senhor entrega seus produtos para outras empresas? (%)			
Estratificação	Sim	Não	Total
Pequeno	30,00%	70,00%	100,00%
Grande	87,50%	12,50%	100,00%
Total	55,60%	44,40%	100,00%

Fonte: trabalho de campo 2010

Veja que enquanto apenas 30% dos pequenos agricultores admitiram entregar seus produtos a outras empresas, este número chega a 87,5% entre os grandes. Aqui vale a pena ressaltar a grande expansão de empresas do ramo agropecuário no município de Três de Maio, as quais são especializadas em vendas de insumos e produtos para a lavoura, além de comprar os produtos dos agricultores. Essas empresas constituem-se como grandes concorrentes da COTRIMAIO, e por serem empresas muitas vezes ligadas a grandes corporações de implementos agrícolas, estão apenas interessadas em vender seus produtos e obter dinheiro, sem se preocupar com nenhuma das características do movimento cooperativo, tais como com a comunidade.

Segundo o diretor entrevistado o que acontece no município hoje em dia é que,

(...) existem muitas agropecuárias (...). Se você chegar em um momento, em algum momento nessa agropecuária, ele não vai ter, por exemplo adubo. Ele só vai ter na hora de plantar milho, plantar trigo, plantar soja. Ele não carrega um estoque pro agricultor comprar o ano inteiro. Enquanto que a cooperativa tem que ter sempre ali, porque se o agricultor vem buscar um saco e outro mais um, tem que ter ali. Esses lugares não! Eles só pegam naquele momento, então ali é um mês, então eles não tem custo de estoque nenhum. Muitas vezes é a família que cuida e na grande maioria das vezes tira nota só de 10% do que vendeu. Com isso, claro, ele está sonhando um monte de imposto também e vende por bem menos. Daí o produtor muitas vezes 'Bah, mas dá um real de diferença' e acaba indo lá. Então tu vai dizer o que: 'não, não vai lá que eu te dou o dinheiro aqui', não dá. Só que o produtor deveria se tocar, que ele não tá contribuindo para o município, não está fazendo nada certo, aí amanhã ou depois ele vai precisar de saúde, vai precisar de estrada, aí ele vai pedir lá pro prefeito, o prefeito não tem. Da onde é que sai o dinheiro do município...(entrevista 01).

Contudo podemos verificar na tabela 12, que são principalmente os grandes produtores que acabam “querendo fazer negócio” com a cooperativa, sendo que quando há outras empresas pagando um pouco mais, esses vendem seus produtos a elas.

Tabela 12 – Principais motivos, dentre os agricultores da COTRIMAIO em entregar sua produção para outras empresas/agropecuárias

Qual o principal motivo de entregar para outras empresas/agropecuárias?								
Estratificação	Não entrega	Amizade	Burocracia	Falta de confiança	Manter a concorrência	Melhor preço	Outros	Total
Pequeno	70,00%	0,00%	10,00%	0,00%	10,00%	0,00%	10,00%	100,00%
Grande	12,50%	12,50%	0,00%	12,50%	0,00%	62,50%	0,00%	100,00%
Total	44,40%	5,60%	5,60%	5,60%	5,60%	27,60%	5,60%	100,00%

Fonte: trabalho de campo 2010

Dos agricultores pequenos que destinam seus produtos para outras empresas, podemos verificar que os principais motivos são a burocracia (10%) existente na cooperativa (o que indica um grau de formalização, posto que como vimos anteriormente esta também constitui-se numa empresa) e a manutenção da concorrência (10%). Já entre os grandes produtores, 62,5% dos que afirmaram entregar para outras empresas o fazem quando essas pagam um melhor preço que a COTRIMAIO, indicando novamente que suas ações são orientadas através de valores e fins.

Essa realidade é reforçada pelo diretor entrevistado:

Hoje, mesmo sendo associado da cooperativa, ele quer fazer um negócio com a cooperativa cada vez. Se a cooperativa não é competitiva no preço dos insumos, por exemplo, na hora de vender os insumos pra ele fazer a lavoura, ou na hora de entregar a produção, tem outro que paga mais, ele acaba muitas vezes desviando da cooperativa, porque ele quer fazer um negócio toda vez com a cooperativa... (entrevista 01).

Ou seja, percebemos que nas relações entre os agricultores e a cooperativa, as formas de sociabilidades adotadas são quase que predominantemente formais pautadas em lógicas racionais por contratos e regras. Somente entre os pequenos agricultores é que as relações de confiança, as *instituições tácitas*, sobressaem-se em relação à cooperativa, como demonstrado acima.

Considerações Finais

Analisando os dados anteriormente descritos podemos concluir que apesar das transformações ocorridas no meio rural nos últimos anos, e que foram descritas no capítulo 2, as formas de sociabilidade típicas ainda se mantêm no interior da agricultura familiar.

Neste sentido, verifica-se que apesar da introdução das formas capitalistas de produção e de relações sociais adentrarem o espaço rural, elas não são capazes de se estender a todas as esferas da vida social dos indivíduos, ainda que sejam predominantes na maioria delas. Assim, minha hipótese primeira que diz respeito à convivência das distintas formas de sociabilidade no interior da agricultura familiar pode ser comprovada, posto que apesar das *instituições formais* predominarem no contexto pós-modernização, elas não são capazes de extinguir totalmente as *instituições tácitas*.

Essa constatação é importante na medida em que permite refutar as análises marxistas que apontavam para a transformação dos agricultores em proletários rurais e a conseqüente extinção de suas formas típicas de organização e dos seus modos de vida, avançando no debate acerca do desenvolvimento rural. Como vimos, a agricultura familiar constitui-se como uma forma mercantilizada de agricultura, pois é capaz de adaptar-se e interagir com os mercados, porém isso não significa, de forma alguma, que esta seja considerada como uma forma capitalista de produção, muito antes pelo contrário.

Ao mesmo tempo, os agricultores utilizam-se de relações não mercantilizadas para manterem-se no meio rural e fortalecerem suas relações, principalmente quando analisadas as formas de trabalho entre os pequenos produtores. Essa afirmação corrobora os estudos de Eric Sabourin (2009) na região nordeste do Brasil, sendo que este autor demonstra que os agricultores, por um lado, visam à produção de valores materiais destinados à troca mercantil e, por outro, dedicam-se a gerar valores materiais de uso, associados à produção de valores afetivos (amizade, respeito) e éticos (confiança, responsabilidade, justiça, equidade, etc.).

No que diz respeito à análise da Cooperativa Agropecuária Alto-Uruguaí Ltda, pudemos notar que apesar desta ter alterado sua forma de gestão ao longo dos anos, constituindo-se numa empresa, essa ainda mantém formas de interconhecimento no seu interior, principalmente quando da admissão de novos sócios, processo no qual os

valores e ações desenvolvidas pelo agricultor no interior da comunidade é de extrema relevância ainda. Outra relação não mercantilizada (não formal) encontrada no interior da cooperativa é a relação do técnico agrícola com os produtores. Como pude presenciar durante o trabalho de campo, essa também se dá através de relações de reciprocidade que geram amizade e conhecimento através da troca de informações mútua. Como já descrito, creio que a grande confiança depositada pelos agricultores (principalmente os pequenos) no pessoal da COTRIMAIO (ver tabela 09) é resultante do trabalho realizado pelo técnico agrícola, pois este não age impondo seu conhecimento técnico em detrimento do saber-fazer do agricultor, mas muito mais troca informações para, através de um consenso, decidir os produtos que serão utilizados na lavoura, o dia certo para sua aplicação, a forma mais adequada de cultivo, etc.

Ou seja, apesar da COTRIMAIO priorizar as relações formais/racionais na sua relação com a sociedade, integrando-se aos mercados de *commodities* e investindo na sua expansão e desenvolvendo uma agricultura através do modelo dominante, digamos assim, de venda e utilização de insumos em larga escala, essa ainda baseia algumas de suas relações nas formas tácitas de interação.

Todavia, como foi demonstrado, a COTRIMAIO ao longo de seu desenvolvimento histórico foi dando prioridade às relações formais impostas à agricultura por meio do projeto modernizante. Desta forma, a quase totalidade da gestão de seu trabalho e de suas relações com a sociedade em geral realiza-se a partir de lógicas racionais e secularizadas, buscando com isso um caráter profissionalizante que se dá através da especialização produtiva e dos avanços da atividade agroindustrial para outras regiões. Assim, a cooperativa passa ao longo dos anos a atuar como uma empresa, buscando eficiência e resultados principalmente no plano econômico, deixando de lado, de alguma forma, as questões referentes aos anseios e preferências historicamente constituídas pelos agricultores familiares associados a ela. Por tornar-se uma empresa, esta busca primeiramente o lucro, colocando este a frente das questões sociais e culturais dos seus associados. Isso é motivo de grande descontentamento entre os agricultores, como foi analisado anteriormente.

Dessa análise podemos constatar que apesar da cooperativa utilizar em seu discurso o favorecimento aos pequenos agricultores (os quais representam 92% dos associados), por meio de relações comunitárias e voltadas ao contexto local, buscando com isso a confiança do associado, ela acaba, contraditoriamente, agindo através de relações formais e secularizadas, as quais privilegiam os grandes produtores (minoria

em seu interior) na medida em que por atuar como uma empresa – utilizando-se das relações de oferta e procura, onde paga menos quem compra mais – favorece esses agricultores, que por estarem em melhores condições (maior capital e maior produtividade), sempre fazem uso da cooperativa apenas quando essa lhes possibilita maiores vantagens se comparadas às outras empresas.

Assim, os grandes produtores (que nesse trabalho são considerados aqueles agricultores com mais de 50 hectares) agem de forma extremamente racional, com referência a fins e a valores (WEBER, 1991), posto que não dependem tanto da cooperativa para sua reprodução social e econômica. Pelas *instituições formais* estarem sendo privilegiadas pela cooperativa, essa não percebe que a impossibilidade de seu desenvolvimento mais robusto está no fato de que não incentivam as relações de reciprocidade e confiança como valores significativos no interior da comunidade. Essa constatação pode ser verificada pela reclamação constante de alguns pequenos agricultores para o fato de que não há por parte da cooperativa uma classificação entre os sócios que faça um controle entre aqueles que entregam a maioria de sua produção (quase sempre os pequenos como demonstrado na tabela 11) à ela. Se isso fosse feito, poderiam ser beneficiados os agricultores que mais contribuem, através de descontos diferenciados na aquisição de insumos e adubo para a realização dos seus cultivos.

No meu entender a valorização dessas *instituições tácitas* pela cooperativa, aumentaria ainda mais a confiança nela depositada pelos agricultores, e contribuiria para o enfraquecimento das agropecuárias, que vêm crescendo significativamente no município nos últimos anos.

Entre os grandes, por mais que estes ajam de acordo com uma lógica racional, buscando sempre a satisfação pessoal através do melhor preço oferecido pelos seus produtos, estes ainda mantêm algumas formas de sociabilidade assentadas nas relações de reciprocidade através da ajuda entre vizinhos. Como demonstrado, 73,5% deles realizam algum tipo de troca de serviços ou ajuda mútua entre si, o que demonstra a necessidade das *instituições tácitas* para manterem sua reprodução.

Já os pequenos produtores agem com a cooperativa principalmente por uma relação de confiança, sentem-se donos efetivos da mesma. Isso é comprovado na fala de um dos agricultores entrevistados, quando perguntado sobre as vantagens de ser associado à cooperativa: “As vantagens que eu vejo, é que eu estou entregando a produção numa casa que eu sou o dono...porque se eu entrego no comércio, é pra um terceiro, e no caso eu estou entregando na minha casa...”(entrevista 04). Ou seja, os

pequenos agricultores por participarem em sua totalidade das atividades oferecidas pela cooperativa, acabam por sentirem-se como donos desta, posto que confiam e entregam a maioria de sua produção à esta.

Ainda, quando entregam para outras empresas, o principal motivo alegado diz respeito à burocracia encontrada no interior da cooperativa, que como já descrito, profissionaliza e racionaliza sua atuação ao longo dos anos.

Nas suas relações com a comunidade e os vizinhos, podemos verificar que os pequenos produtores utilizam-se das formas tácitas de interação, nomeadamente através da reciprocidade, representadas pelo compartilhamento de maquinário entre si e pela ainda presente ajuda mútua entre os vizinhos, expressadas pela constituição de grupos coletivos de trabalho (silagem; colheita; plantio), que geram autonomia e resistência para que possam continuar vivendo no campo. Estas formas de ajuda mútua dão-se através de contratos tácitos (boca-a-boca), nos quais o “pagamento” é realizado por meio de certa quantidade do produto colhido ao término da colheita, principalmente no caso da soja.

Portanto a gestão do trabalho entre os pequenos agricultores ainda mantém formas de sociabilidade características do campesinato, as quais são constantemente reatualizadas e utilizadas pelos agricultores para diminuir os custos de produção e de trabalho necessários à sua sobrevivência. Desta forma, podemos comprovar a segunda hipótese deste trabalho, a qual diz respeito à utilização das instituições tácitas como forma de resistência e garantia de autonomia por parte dos agricultores (PLOEG, 2008), ainda que não consigamos efetivamente atribuir as causas desta manutenção.

Apesar de buscarem também o lucro em suas transações, os agricultores considerados aqui como pequenos, tendem a agir de forma tradicional, ao passo que levam em conta, principalmente, o que é indicado pela cooperativa para organizarem sua produção.

Assim, as *instituições tácitas* são vistas enquanto formas de estratégias para superar as dificuldades (ou pelo menos amenizá-las) e permitir sua reprodução social.

Finalmente esse estudo realizado tem como principal desdobramento, a meu ver, demonstrar que as teorias analisadas no capítulo 1, que dizem respeito às formas de relações econômicas assentadas na confiança mútua, e não no auto-interesse individual e racional, encontram-se ainda arraigadas nas formas de sociabilidade dos indivíduos (pelo menos no contexto agrícola estudado). O processo de secularização social descrito por Max Weber, Karl Marx e outros, não é capaz de solapar as formas culturais nas

quais as relações econômicas estão imersas. Como muito bem colocou Polanyi, esses valores sociais nos quais a economia encontra-se imersa, não só determinam as formas de trocas realizadas entre os indivíduos, mas também, e principalmente, permitem com que estas relações sejam estabelecidas de modo estável.

No caso da agricultura familiar do município de Três de Maio, como se viu, apesar dos aspectos produtivos estarem fortemente mercantilizados, os modos de vida dos agricultores ainda se mantêm através de especificidades típicas do campesinato. Não há separação entre a posse dos meios de produção e a força de trabalho, a acumulação de capital não se dá através de moldes capitalistas (principalmente entre os pequenos), e as formas de gestão do trabalho seguem obedecendo a critérios familiares e relações de reciprocidade entre vizinhos.

A complexidade com que se apresenta a realidade social no universo rural é significativa, e meu intuito através deste trabalho é contribuir, mesmo que em parte, para o entendimento dessa realidade. O que não deixa de ser menos intrigante é a capacidade da agricultura familiar de ajustar-se às diferentes formas de relações nos diferentes contextos nas quais é encontrada.

Referências:

ABRAMOVAY, Ricardo. **Do setor ao território: funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo**. Rio de Janeiro: IPEA, 1999.

_____. Entre deus e o diabo: mercados e interação humana em Ciências Sociais. **In: Tempo Social: Revista de Sociologia da USP**, v. 16, n.2, p. 35-64, 2004

ANTONELLO, Vilso José. **Cooperativas empresariais rurais: proposta ou desafio?** Dissertação (mestrado em Sociologia). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1996.

APPADURAI, Arjun. **A vida social das coisas: as mercadorias sob um perspectiva cultural**. Rio de Janeiro, EdUFF, 2008, 399 p.

BOUDON, Raymond. **A desigualdade das oportunidades : a mobilidade social nas sociedades industriais**. Brasília: Ed. Universidade de Brasília; 1981. 284 p.

CÂNDIDO, Antônio. **Os parceiros do Rio Bonito; estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida**. Editora 34, 9º ed. 2001.

CONTERATO, Marcelo. **Dinâmicas regionais de desenvolvimento rural e estilos de agricultura: uma análise a partir do Rio Grande do Sul**. Tese (doutorado em Desenvolvimento Rural). Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2008.

_____. **Mercantilização e estilos de agricultura familiar**. Texto de circulação interna do grupo de pesquisa IPODE. Porto Alegre, 2008, 26p.

DELGADO, G. C. **Capital Financeiro e Agricultura no Brasil**. São Paulo, Ícone, 1985, pp. 19-49.

DOUGLAS, Mary. **Como as instituições pensam**. São Paulo, EDUSP, 1998.

DURKHEIM, Émile. **Da divisão do trabalho social**. São Paulo: Martins Fontes, 1995. 483 p.

GAZOLLA, Marcio. **Agricultura familiar, segurança alimentar e políticas públicas: uma análise a partir da produção para autoconsumo no território do Alto-**

Uruguai/RS. Dissertação (mestrado em Desenvolvimento Rural). Faculdade de Ciências Econômicas. UFRGS, Porto Alegre, 2004.

GIL, A.C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 4ª edição. São Paulo: Atlas 1994.

GRANOVETTER, Mark. **Ação Econômica e Estrutura Social: o problema da imersão.** In: RAE – eletrônica, v. 6, n. 1, Art. 9, jan/jun. 2007. www.rae.com.br/eletronica.

GRAZIANO DA SILVA, José. Do complexo rural aos complexos agroindustriais. In: **A Nova Dinâmica da Agricultura Brasileira. São Paulo, Unicamp, 1996, pp. 1-40.**

_____ **Tecnologia e Agricultura Familiar.** 2ª Edição. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2003, 238 p

HODGSON, Geoffrey. **Economia e Instituições: manifesto por uma economia institucionalista moderna.** Editora Celta. Oeiras, 1994

LAZARSFELD, Paul F. **La sociologia y el cambio social.** México: Centro Regional de Ayuda Técnica; c1967. 251 p.

LONG, Norman. **Sociología del desarrollo: una perspectiva centrada en el actor.** México, Colección Investigaciones, 2007.

MACHADO, Nuno. **Sociedade VS Mercado: notas sobre o pensamento econômico de Karl Polanyi.** Dissertação (mestrado em Sociologia Econômica e das Organizações). Instituto superior de Economia e Gestão, Universidade Técnica de Lisboa. Lisboa, dezembro de 2009.

MALINOWSKI, Bronislaw. **Crime e costume na sociedade selvagem.** Brasília, DF. Editora UnB, 2003. 100 p.

MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a dádiva: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. In: **Sociologia e Antropologia.** São Paulo: EDUSP, 1974, V. 2, p. 49-209.

MELLO, João Manuel C. de & NOVAES, Fernando. **Capitalismo tardio e sociabilidade moderna.** São Paulo: Editora UNESP, Campinas. 2009. 112p.

MENDRAS, Henri. **Sociedades camponesas.** Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

NAVARRO, Zander. **Do “mundo da roça” ao mercado: mudanças recentes e o desenvolvimento agrário no Sul do Brasil**. Brasília: NEAD, 2002. Relatório de pesquisa.

NEVES, Delma Pessanha. **Agricultura familiar: questões metodológicas**. Revista Reforma Agrária, vol. 25, n. 2 e 3, mai./dez. 1995: 21-36.

NIEDERLE, Paulo. **Mercantilização, estilos de agricultura e estratégias reprodutivas dos agricultores familiares de Salvador das Missões/RS**. Dissertação (mestrado em Desenvolvimento Rural). Faculdade de Ciências Econômicas. UFRGS, Porto Alegre, 2007.

NORTH, Douglass. **Custos de transação, instituições e desempenho econômico**. 3. ed. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 2006, c1994. 38 p.

PLOEG, J. D. Van der. **Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2008

PLOEG, J.D. Van der. O modo de produção camponês revisitado. In: **SCHNEIDER, S (org). A Diversidade da Agricultura Familiar**, Porto Alegre, 2006.

_____ El proceso de trabajo agrícola y la mercantilización. In: **GUZMAN, E.S. (Ed.) Ecología, Campesinato y Historia**. España: Las ediciones de la Piqueta, 1992.

POLANYI, Karl. **A Grande Transformação: as origens de nossa época**. RJ, 1980, Ed. Campus.

_____ A nossa obsoleta mentalidade mercantil. In: **Commentary, Voa. 3, Fevereiro de 1947**, págs. 109.117, Repr. in Primitive, Archaic and Modern Economies, essays of Sari Fokunapi, George Dalton ed., Nova Iorque: Anchor Books, 1968, págs. 59-77

RADOMSKY, Guilherme F.W. **Redes sociais de reciprocidade e trabalho: as bases histórico-sociais do desenvolvimento na serra gaúcha**. Dissertação (mestrado em Desenvolvimento Rural). Faculdade de Ciências Econômicas. UFRGS, Porto Alegre, 2006.

RADOMSKY, Guilherme e PEÑAFIEL, Adriana: “Rede social, reciprocidade e trabalho: a experiência dos vinicultores de Veranópolis, RS” In: **Economia Solidária e Ação Coletiva – ESAC, Unisinos, Santa Cruz 2(1) 43-50 janeiro/junho 2007.**

RAUD-MATTEDI, Cécile. A construção social do mercado em Durkheim e Weber: análise do papel das instituições na sociologia econômica clássica. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais. Vol. 20, nº 57, fevereiro de 2005, pp. 127-142.**

_____ Análise crítica da sociologia econômica de Mark Granovetter: os limites de uma leitura do mercado em termos de rede e imbricação. In: **Política & Sociedade, nº 6, abril de 2005, Florianópolis. pp. 59-82.**

REDFIELD, Robert. **Civilização e cultura de folk: estudo de variações culturais em Yucatan.** São Paulo: Martins, 1949. xii,429 p.

SABOURIN, Eric. **Organizações e sociedades camponesas: uma leitura pela reciprocidade.** Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2010 (no prelo).

SABOURIN, Eric. **Camponeses do Brasil: entre a troca mercantil e a reciprocidade.** Rio de Janeiro: Ed. Garamond, 2009.

_____ Organizações e Dispositivos Coletivos dos Agricultores no Nordeste do Brasil. In: **SABOURIN, E. (org.) Associativismo, cooperativismo e economia familiar no meio rural. Cadernos do CEAM, nº 23, UnB. Neagri, pp. 29-61.** Brasília, 2006.

SAVI, Aline. **As relações constituídas historicamente entre produtores familiares e cooperativas agropecuárias no RS: A Cooperativa Regional Sananduva de Carnes e Derivados Ltda.** Dissertação (mestrado em Desenvolvimento Rural). Faculdade de Ciências Econômicas. UFRGS, Porto Alegre, 2006.

SCHLESINGER, Sergio & NUNES, Sidemar P. A soja na agricultura familiar: os casos de Planalto (PR) e Três de Maio (RS). In: **A agricultura familiar da soja na Região Sul e o monocultivo no Maranhão: duas faces do cultivo da soja no Brasil.** Rio de Janeiro: FASE. 2008. 147p.

SCHNEIDER, Sergio. **Agricultura familiar e industrialização: pluriatividade e descentralização industrial no Rio Grande do Sul.** Porto Alegre, Editora da UFRGS.

SMITH, Adam. **Riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas.** São Paulo: Nova Cultural, 1996.

TÖNNIES, Ferdinand. **Comunidad y sociedad.** Buenos Aires: Losada, c1947. 321 p.

WANDERLEY, Maria de N. B., Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. **In:Estudos Sociedade e Agricultura, n. 21, p.43-61. Out. 2003.**

WEBER, Max. **Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva.** Editora Universidade Federal de Brasília. Brasília – DF, 1991.

_____ **A ética protestante e o “espírito” do capitalismo.** São Paulo: Companhia das Letras, 2004. 335 p.

WOLF, Eric. **Sociedades Camponesas.** Zahar Editores. RJ, 1976

APÊNDICES

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO SEMI-ESTRUTURADO APLICADO JUNTO AOS AGRICULTORES

BLOCO 1 – CARACTERIZAÇÃO DO PRODUTOR

1. Nome do Produtor:	2. Gênero (1) M (2) F
3. Telefone de contato:	
4. Estado: RS	5. Município: Três de Maio
6. Localidade:	

7. Qual é a sua idade? |_|_| anos

8. Qual é o seu estado Civil?

1. () Solteiro 2. () Casado / mora junto 3. () Separado / Divorciado 4. () Viúvo

9. Quantas pessoas fazem parte da sua família? _____

10. Qual a sua escolaridade? _____

BLOCO 02 – PERFIL PRODUTIVO

11. Quais os principais produtos cultivados na propriedade?

- (1) Soja
- (2) Trigo
- (3) Milho
- (4) Leite
- (5) Outros. Quais? _____

12. Possui horta? () Sim () Não

12.1 O que o senhor faz com os produtos da horta?

- (1) Consome (2) Vende (3) Troca

13. Possui Pomar? () Sim () Não

13.1 O que o senhor faz com os produtos do pomar?

- (1) Consome (2) Vende (3) Troca

14. Quais dos seguintes bens para a produção agrícola o(a) senhor(a) possui?

- | | | |
|-----------------------|------------------------------|----------------------------|
| (1) Trator | (4) Colheitadeira | (7) Arado de tração animal |
| (2) Arado de trator | (5) Junta de tração animal | (8) Outros _____ |
| (3) Reboque de trator | (6) Carroça de tração animal | |

15. Com relação à propriedade da terra, o(a) senhor(a) é...

- (1) proprietário (2) arrendatário (3) meeiro/parceiro (4) outro. Qual?.....

16. Quantos hectares têm a sua propriedade? |_|_|_|_|_|_|_|_|_|_|

17. O(a) senhor(a) contrata trabalhadores fora da família?

- (1) Sim. Quantas pessoas? _____ (2) Não

18. Qual é, aproximadamente, a receita total da sua família, incluindo todas as atividades (receita agrícola, trabalho assalariado, etc.)?

- | | |
|----------------------------|----------------------------|
| (1) menos de 400 reais | (6) de 3.501 a 5.000 reais |
| (2) de 401 a 900 reais | (7) de 5.001 a 8.000 reais |
| (3) de 901 a 1.600 reais | (8) mais de 8.000 reais |
| (4) de 1.601 a 2.000 reais | (9) NS/NR |
| (5) de 2.001 a 3.500 reais | |

19. Qual é a participação da soja na sua renda?

- | | | |
|------------------|------------------|-------------------|
| (1) Menos de 10% | (3) de 30% a 50% | (5) de 80% a 100% |
| (2) de 10% a 30% | (4) de 50% a 80% | (6) NS/NR |

20. Descontando tudo o que o senhor gasta, quanto sobrou no último ano agrícola?

- | | |
|------------------------------|------------------------------|
| (1) Menos de 5.000 reais | (4) De 20.001 a 30.000 reais |
| (2) De 5.001 a 12.000 reais | (5) Mais de 30.000 reais |
| (3) De 12.001 a 20.000 reais | (6) NS/NR |

21. Alguém na sua família recebe aposentadoria ou pensão?

- (1) Sim (2) Não

22. No último ano agrícola, o(a) senhor(a) adquiriu algum empréstimo/crédito?

- (1) sim. Qual programa? _____ (2) não

23. [Se sim] Para qual(is) produto(s)? _____, _____

BLOCO 03: RELAÇÃO COM A COOPERATIVA

24. Há quantos anos está associado à Cotrimaio? |_|_|_| anos

25. Quais produtos o senhor entrega na cooperativa?

- (1) Soja
 (2) Trigo
 (3) Milho
 (4) Leite
 (5) Outros. Quais? _____

25.1 Produz outros tipos de produtos que não destina à cooperativa?

- (1) Sim (2) Não
 Qual (ais)? _____

25.2 [Se sim], o que faz com estes produtos?

- (1) Autoconsumo (2) Vende diretamente aos consumidores
 (3) Troca com vizinhos

26. O senhor entrega seus produtos para outras cooperativas?

- (1) Sim (2) Não

[Se sim], qual o principal motivo de o Sr. Entregar em outra cooperativa?

27. Que tipo de produção faz?

- (1) Transgênica (2) Convencional (3) Orgânica

28. Participa das atividades oferecidas pela cooperativa? () Sim () Não

28.1 [Se sim], quais? (1) Assembléias (2) Cursos e palestras (3) Dias de campo

29. Qual é o principal critério que o senhor leva em consideração na hora de escolher os membros da diretoria da COTRIMAIO?

- (1) Parentesco (2) Amizade (3) Capacidade Administrativa (4) Indicação de “terceiros”
 (5) Outro: Qual? _____

BLOCO 04: SOCIABILIDADE E REPRESENTAÇÕES

30. Em quem o senhor deposita MAIS CONFIANÇA E CREDIBILIDADE? (assinalar apenas uma alternativa):

- nos técnicos da Emater
 no pessoal da prefeitura (funcionários, agentes de saúde, etc.)
 nos Vereadores do município
 nos dirigentes do seu sindicato
 no pastor e/ou padre da Igreja que frequenta
 no pessoal ligado à Cotrimaio (técnicos agrícolas, diretores, etc.)
 nos vizinhos
 não sabe/não respondeu

31. Em quem o senhor NÃO TEM CONFIANÇA E NENHUMA CREDIBILIDADE? (assinalar apenas uma alternativa):

- nos técnicos da Emater
 no pessoal da prefeitura (funcionários, agentes de saúde, etc.)
 nos Vereadores do município
 nos dirigentes do seu sindicato
 no pastor e/ou padre da Igreja que frequenta
 no pessoal ligado à Cotrimaio (técnicos agrícolas, diretores, etc.)
 nos vizinhos
 não sabe/não respondeu

32. Como é sua relação com seus vizinhos? Existe troca de serviços/ ajuda mútua?

- sim não

[Se sim], como o senhor avalia essa ajuda entre os vizinhos? _____

33. Ao organizar sua produção e escolher o que será cultivado, o senhor leva em conta, principalmente, quais dos seguintes aspectos:

- os produtos e a forma tradicional como sempre produziu
 as técnicas e os produtos sugeridos pelos técnicos da cooperativa
 os produtos e a forma de produção que darão maiores lucros
 outros. Quais? _____

34. Em relação à época em que seus pais trabalhavam na agricultura, o Senhor considera que o período atual (assinalar apenas uma alternativa):

- melhorou muito, em todos os aspectos está pior do que antes, nada melhorou
 melhorou, em algumas coisas não se aplica (os pais não eram agricultores)
 não sabe/ não respondeu

35. O Senhor tem perspectivas na agricultura e vê futuro para sua família nesta atividade?

Sim Não Não sabe/ não respondeu

36. O Senhor gostaria que seus filhos seguissem a profissão de agricultor:

Sim Não Não sabe/ não respondeu

37. Existe algum membro da família (filho ou outro) que o Senhor prevê que continuará a trabalhar em sua propriedade depois que o Senhor não puder mais trabalhar nela?

Sim Não Não sabe/ não respondeu

38. Caso haja uma piora na renda e na agricultura de modo geral nos próximos anos, o Senhor pensa em fazer o quê (assinalar apenas uma alternativa):

- continuar a fazer o mesmo que atualmente e esperar que a crise passe ou volte ao normal;
- deixar de trabalhar na agricultura e vender a terra;
- buscar aperfeiçoamentos tecnológicos para melhorar a produção na propriedade;
- procurar emprego em alguma atividade não-agrícola, sem vender a terra;
- Não sabe/ não respondeu

APÊNDICE B – ROTEIROS DE ENTREVISTA**AGRICULTORES:**

Nome:

Idade:

Desde quando o senhor está na cooperativa?

Porque começou a participar? Recebeu incentivo de quem?(vizinho, parente, amigo)

Como era quando o senhor começou? (havia relações de amizade, parentesco, compadrio?)

A agricultura daquela época era diferente em quais aspectos da de hoje? E a sociedade de uma forma geral?

Quem tu conhece aqui na cooperativa?

Quais as principais vantagens em ser associado da Cotrimaio? E as desvantagens?

O senhor já pensou em sair da cooperativa?

O senhor participa dos encontros/cursos que a cooperativa promove?

O senhor participa das assembléias?

O que de mais importante o senhor “tira” destas atividades?

Você costuma debater com outros agricultores sobre os preços de mercado?

Vocês costumam partilhar entre si conhecimentos técnicos? (sobre novos tipos de manejo, novas tecnologias, etc.)

O senhor costuma emprestar dinheiro para seus parentes/amigos/compadres?

Como é a sua relação com os vizinhos?

O senhor sabe quanto vale a saca de soja no mercado e qual o valor comercializado pela cooperativa?

O senhor pesquisa onde vai vender seus produtos ou entrega tudo para a cooperativa?

O senhor controla seus gastos de forma rigorosa?

Como o senhor avalia a situação da agricultura no município hoje em dia?

Tem perspectivas quanto ao futuro desta atividade aqui?

DIRETOR DA COOPERATIVA:

Nome:

Idade:

Ano de filiação à Cooperativa:

Quais as principais características dos agricultores associados à Cotrimaio que o senhor identifica?

Quais são os critérios fundamentais para a admissão de novos associados?

Quais são os principais produtos comercializados pela Cooperativa?

Como se realiza a mediação entre os mercados e os agricultores?

Essa relação é feita a partir de quais formas?

Os agricultores participam das palestras e atividades relacionadas à Cooperativa?

Na sua visão, quais os principais ganhos com estas atividades? (conhecimento/informação; fatores de mercado; fortalecimento da coesão entre a cooperativa e os agricultores)

A Cotrimaio leva em conta as opiniões dos agricultores nas tomadas de decisões em relação à comercialização com os mercados? Estes têm espaços para propor formas de gestão que sejam mais concernentes à sua realidade?

Na sua opinião, qual a importância da Cotrimaio para seus associados? Ela vem alterando-se nos últimos anos?

Como o senhor avalia a situação da atividade agrícola atualmente no município?

ANEXOS

ANEXO 1 – HISTÓRICO E DESENVOLVIMENTO DA COTRIMAIO

1968

Em 02 de fevereiro, é fundada a Cooperativa Agro-Pecuário Alto Uruguai Ltda. – COTRIMAIO, através da união de 25 agricultores, no município de Três de Maio, RS.

1970

No dia 15 de outubro, é constituída a filial em Doutor Maurício Cardoso.

1973

Em 30 de setembro, é fundada a filial de Crissiumal.

1974

Em 29 de abril, iniciam-se as atividades na filial de Boa Vista do Buricá.

1975

Em 13 de fevereiro, são constituídas 2 filiais, uma em Alegria e outra em Esquina Araújo. No mesmo ano, dia 09 de setembro, também foi fundadas as filiais de Humaitá e Sede Nova.

1976

No dia 11 de fevereiro é fundada a filial em Tiradentes do Sul e em 05 de maio na cidade de Horizontina.

1977

Em 20 de janeiro, iniciam-se as atividades em São Caetano.

1985

Dia 11 de junho é constituída a filial em Cascata do Buricá.

1990

Em 10 de abril, é fundada a filial da cidade de Independência.

1993

Em 12 de julho, iniciam-se as atividades em São José do Inhacorá.

2001

No mês de março, a história foi marcada pela criação da Cooperativa Central Agroindustrial Noroeste Ltda. – COCEAGRO; concentrando na época aproximadamente 16 mil associados por intermédio das cooperativas integrantes COTRIMAIO, COMTUL (Cooperativa Mista Tucunduva de Tucunduva) e COOPERMIL (Cooperativa Mista São Luiz de Santa Rosa). O objetivo principal era o de desenvolver projetos comuns na industrialização de produtos agropecuários, agregando valor a estes e desenvolvendo a economia dos associados e da região através

de novas alternativas.

No dia 06 de novembro, é fundada a filial da Cotrimaio na cidade de Cruz Alta.

2002

Em 28 de janeiro a COTRIMAIO estendeu a sua área de atuação rumo ao centro do Estado, através do arrendamento de filiais pertencentes à Cooperativa Tritícola Cruz-altense - COTRICUZ, no município de Cruz Alta. O negócio tornou-se inédito entre as cooperativas singulares do Rio Grande do Sul pela forma e tamanho ao incorporar os negócios tradicionais da Cooperativa Cruz Altense, principalmente a comercialização de grãos e a venda de insumos. Naquele momento a COTRIMAIO duplicava a sua área de ação, são fundadas as filiais nas cidades de Boa Vista do Cadeado, Boa Vista do Incra, Fortaleza dos Valos, Pejuçara, Ponte Queimada e Três Capões.

Ainda em 2002, teve início uma nova etapa na cooperativa; com base num projeto de Recursos Humanos avaliou-se a gestão de pessoas e assuntos que tratavam da administração da organização, e passou-se à Gestão por Negócios, sendo esta positiva e cumpridora de metas, tornando a COTRIMAIO mais competitiva. Os objetivos foram ampliados para: foco no desenvolvimento das pessoas, pela própria gestão; foco na organização como um todo e suas atividades; foco nos resultados; foco no mercado; e ampliação da visão dos processos existentes.

2003

O primeiro projeto da COCEAGRO foi à construção de um moinho industrial de trigo, com capacidade de industrialização de 300 mil sacas de trigo por ano e o início das operações deste moinho ocorreu em abril de 2003. E no dia 29 de setembro é fundada a filial em Bom Progresso.

2005

A COTRIMAIO buscava novos mercados, e no dia 18 de novembro, alcançou seu objetivo em Palmeira das Missões com o arrendamento de unidades de recebimento, posto de combustível e supermercado da Cooperativa Tritícola Palmeirense – COPALMA, conquistando a terceira região de atuação.

Ainda em 2005, através da Central de Cooperativas, a COTRIMAIO investiu no Segmento Óleo Vegetal, através da sociedade na aquisição da antiga fábrica de óleo da COINBRA em Cruz Alta, juntamente com a Cooperativa de Água Santa - COASA, a já parceira COMTUL e o grupo espanhol TEJEDOR LTDA. A fábrica reativada em junho de 2006 tem capacidade diária para produzir 183 ton. de litros de óleo de soja, e 760 ton. de farelo.

2006

No dia 28 de setembro, é constituída a filial em Fazenda Velha.

2008

A Cotrimaio comemorou no dia 02 de fevereiro, o seu quadragésimo aniversário de fundação, onde seus clientes foram os presenteados com 40 prêmios. Os sorteios do Promocional 40 Anos Cotrimaio é + Você, foi dividido em dois momentos importantes

para a cooperativa. O primeiro aconteceu no dia do aniversário da COTRIMAIO, com um almoço festivo a diversas autoridades das três regiões de atuação, no qual foram sorteados, 10 computadores Dell, 04 motos Sundown 125 cilindradas e 01 Gol 0 KM. Durante o evento foi realizado também o sorteio do promocional interno, dirigido aos colaboradores da cooperativa. O segundo sorteio do promocional aconteceu no dia 05 de julho de 2008, data em que se comemorou o dia Internacional do Cooperativismo, com o sorteio de mais 25 prêmios, dentre eles, 16 computadores Dell, 06 motos Sundown 125 cilindradas e 03 carros - Gol 0 km.

No final do ano, a Cotrimaio foi condecorada com o Prêmio Responsabilidade Social, uma iniciativa da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul. O prêmio demonstrou o reconhecimento do público pelo trabalho sério e responsável. Foi relacionado na inscrição ao prêmio o Projeto de Desenvolvimento e Capacitação da Mulher Agricultora para a Gestão da Propriedade e o Cooperativismo, que já capacitou aproximadamente 1000 mulheres associadas da cooperativa.